

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM HISTÓRIA

**A USINA DA DISCÓRDIA: DISPUTA PELO PODER LOCAL –
O CASO DAS PRISÕES EM CONSTANTINA (1966)**

Caciana Luzia Ferronato

Passo Fundo

2008

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**A USINA DA DISCÓRDIA: DISPUTA PELO PODER LOCAL –
O CASO DAS PRISÕES EM CONSTANTINA (1966)**

Caciana Luzia Ferronato

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, Mestrado em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, sob orientação da professora Dr. Ana Luiza Setti Reckziegel.

Passo Fundo

2008

F396u Ferronato, Caciana Luzia

A usina da discórdia : disputa pelo poder local - o caso das prisões em Constantina (1966) / Caciana Luzia Ferronato. – 2009.

118 f. : il. color. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo
do, 2009.

Fun-

Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Ana Luiza Setti Reckziegel.

1. Rio Grande do Sul – História. 2. Constantina (RS) – História política. 3. Energia hidrelétrica. 4. Poder (Ciências sociais).
I. Reckziegel, Ana Luiza Setti, orientadora. II. Título.

CDU 981.65

Catálogo: bibliotecária Daiane Citadin Raupp - CRB 10/1637

Aos meus pais, Carlos e Angela, pela paciência e apoio nas horas mais difíceis. Ao Fabiano, Magliane, Ana Paula e Elisa, por entenderem que nem sempre podia estar presente nos momentos festivos e de descontração. À coordenação do Curso de Mestrado em História da UPF, pela atenção que dispensa a todos os alunos. À Professora Ana Luisa, pelas tantas sugestões preciosas e indicações pontuais. Aos meus amigos especiais, Amanda e Emerson, por entenderem minha ausência neste primeiro ano do Augusto. À Rosi, Caroline, Aline e a Zelio, pelos dias que precisei imensamente da ajuda deles e sempre foram prestativos. Àquelas pessoas que se dispuseram a colaborar no meu trabalho com suas lembranças. De modo especial, a Mario Eduardo, que no final precisou partir. Enfim, a todos que de alguma maneira estiveram presentes nesta jornada, meu carinho e meu respeito.

“Sei o quanto é difícil viver de futuro. Os que vivem do passado e querem a todo custo preservar o presente (como se isto fosse possível), tudo fazem para nos destruir. Lançam calúnias, difamações, ameaças, prisões. Só não conseguem apontar as nossas contradições. Um homem se desmoraliza quando vive em contradições. Há que ser coerente e corajoso, engajado na linha do futuro, pois é lá que se situam as promessas de Deus.” (FREI BETO, Das Catacumbas, p.41)

RESUMO

Este estudo pretende relatar as disputas políticas regionais ocorridas no interior do Rio Grande do Sul, a partir da criação e do desenvolvimento de núcleos municipais e de empresas de energia hidroelétrica, durante o período de 1959 a 1970. Sendo assim, o objeto de análise desta investigação é a disputa entre dois grupos políticos distintos no município de Constantina, Rio Grande do Sul, sendo que de um lado vigora os ideais de empresários ligados ao PSD e, de outro, profissionais liberais, filiados ao PTB. Os fatos, os relatos, o contexto nortearam-se por depoimentos, documentos oficiais e, também, por pesquisa de fundamentação teórica. No decorrer do trabalho buscou-se entender duas problemáticas: a primeira, com a emancipação de Constantina em 1959, a comunidade antes unida, divide-se em dois grupos distintos e rivais, procurando esclarecer as causas de tal rompimento. A segunda relatando sobre as prisões de 1966 em que não constam em documentos oficiais causas para que as mesmas tenham ocorrido. E entre os acontecimentos figura a Usina Força e Luz Constantina Ltda. No período compreendido entre 1959 e 1970 foram uniões desfeitas, disputas acirradas, prisões, humilhações – em alguns momentos –, para se chegar ao desenvolvimento desejado de uma pequena região interiorana do Rio Grande do Sul, que ainda hoje busca um desenvolvimento sustentável e adequado aos seus habitantes.

Palavras-chave: Política, Relações de poder, Energia hidroelétrica, Prisões.

ABSTRACT

This study aims to report on regional political disputes occurring within the Rio Grande do Sul, from the creation and development of municipal and corporate centers of hydroelectric power during the period 1959 to 1970. Thus, the object of analysis of this research is a dispute between two distinct political groups in Constantina city in Rio Grande do Sul, with a side effect the ideals of businessmen linked to the PSD, and other, professionals, affiliated to PTB. The facts, the reports, the context is guided by statements, official documents and also search for a theoretical foundation. During the study sought to understand two issues: first, the emancipation of Constantina in 1959, before the community united, divided into two distinct groups and rivals, seeking to clarify the causes of such disruption. The second reported on the arrests in 1966 not included in official documents for causes that they have occurred. Among the events is the Light and Power Plant Constantina Ltda. In the period between 1959 and 1970 unions were broken, incited disputes, arrests, humiliation - at times - in order to reach the desired development of a small inland region of Rio Grande do Sul, which today seeks sustainable development and appropriate to its inhabitants.

Keywords: Politics, Relations of power, Hydroelectric energy, Prisons.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Esquema do Aquífero Guarani.....	20
Figura 2 – Principais sistemas aquíferos do Brasil.....	23
Figura 3 – Mapa esquemático do Sistema Aquífero Guarani.....	24
Figura 4 - Usina de Marmelos, Juiz de Fora/MG.....	27
Figura 5 - Usina da Sede.....	33
Figura 6 - Usina Sociedade Força e Luz Constantina Ltda - Saída do Duto para o Rio.....	37
Figura 7 - Usina Sociedade Força e Luz Constantina Ltda – Vista lateral do reservatório.....	38
Figura 8 - Usina Sociedade Força e Luz Constantina Ltda – Saída do reservatório.....	38
Figura 9 – Usina Sociedade Força e Luz Constantina Ltda – Gerador	38
Figura 10 - Usina Sociedade Força e Luz Constantina Ltda – Turbina.....	39
Figura 11 - Usina Sociedade Força e Luz Constantina Ltda – Ruínas da casa de força.....	39
Figura 12 - Rio Grande do Sul – localização da Zona da Produção.....	48
Figura 13 - Rio Grande do Sul – localização de Constantina.....	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMFORP: American & Foreign Power Company

AMZOP: Associação dos Municípios da Zona da Produção

ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica

ARENA: Aliança Renovadora Nacional

BNDE: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CCEE: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (até 1963)

CEEE: Comissão Estadual de Energia Elétrica

CEEE: Companhia Estadual de Energia Elétrica (a partir de 1963)

CGISE: Gestão Integrada de Empreendimento de Geração do Setor Elétrico

CMSE: Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico

CNPE: Conselho Nacional de Política Energética

ELETROSUL: Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A

EPE: Empresa de Pesquisa Energética

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSD: Partido Social Democrático

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

UDN: União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 A ENERGIA ELÉTRICA COMO FONTE DE PODER.....	16
1.1 Água: recurso natural finito e fonte de poder	16
1.1.1 Distribuição da água no Planeta.....	18
1.1.2 O Aquífero Guarani.....	21
1.2 Economia e Energia.....	26
1.3 A questão da energia elétrica no Rio Grande do Sul	33
1.4 A Usina da discórdia – o caso de Constantina.....	37
2 A INFLUÊNCIA DO PODER NA FORMAÇÃO DE UMA UNIDADE ADMINISTRATIVA.....	44
2.1 Poder e Política.....	45
2.2 Caracterização socioeconômica da Região da Produção (1959-1970).....	47
2.3 Os homens políticos de Constantina e o poder local.....	50
2.4 O nascimento de um município	59
3 OS REFLEXOS DA DITADURA DE 1964 EM CONSTANTINA: INTERESSES POLÍTICOS MOVEM PERSEGUIÇÕES	66
3.1 Movimento da legalidade no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Constantina	69
3.2 Embates político-partidários em Constantina.....	76
3.3 Madrugada fria de 1966.....	79
3.4 A vitória dos homens de pijama	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	106
ANEXOS.....	111
Anexo 1.....	112
Anexo 2.....	113
Anexo 3.....	116
Anexo 4.....	117
Anexo 5.....	118
Anexo 6.....	119

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo do presente trabalho envolve um tema que reflete a vida política do município de Constantina, Rio Grande do Sul (RS). Refere-se às prisões ocorridas em 05 de abril de 1966, decorrentes de denúncias feitas contra integrantes do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), então contrário ao regime político vigente no Brasil naquela época: a Ditadura Militar, bem como as técnicas de repressão usadas para conter os descontentes - perseguições, prisões, torturas; por representantes da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Faz-se necessário salientar os grupos divergentes deste fato: pelo MDB foram presos José Antonio de Oliveira Valle, advogado, Armando Casa, advogado, Ruy Domingos Martini, comerciante, Bruno Mendonça Casa, médico, Hermeto de Araujo e Silva, advogado e vereador. Já no que consta da ARENA, a liderança e a denúncia que acarretou nas prisões, segundo informações apresentadas na seqüência do trabalho, partiu de Antonio Paschoal Siliprandi, comerciante e vereador¹.

Foram realizadas 05 (cinco) prisões de integrantes ou simpatizantes do MDB durante a madrugada do dia 05, acusados de tentar tomar à força a Delegacia de Polícia da cidade de Constantina, o que, segundo os presos, é uma inverdade, pois o que estavam fazendo junto à comunidade constantinense era um trabalho em prol da melhoria no fornecimento de energia elétrica junto à população da cidade. Na época, este serviço era oferecido por uma empresa cujo sócio era Antonio Paschoal Siliprandi. Hoje se sabe que tal conduta por parte da Polícia Militar, que estava a cargo das prisões, vinda de Passo Fundo, somente demonstrou a força de um governo autoritário e centralizado.

Esse assunto – Ditadura Militar e suas técnicas de repressão - tornou-se o centro de vários estudos no Brasil, trazendo à tona vários problemas sociais, principalmente cerceando as liberdades individuais², fórmula usada para reiterar o poder central no país. Muitos fatos

¹ Informação constante na Ata nº 140, datada de 04/06/1966, da Câmara Municipal de Constantina.

² Toma-se como exemplo claro os Atos Institucionais, onde o governo explicitava todas as normas que estariam vigentes no período.

ocorreram e são até hoje noticiados devido à insistência de famílias incansáveis em busca de verdades sobre o paradeiro de familiares. Outros cidadãos estão em busca da veracidade dos fatos, pois se sabe que vários documentos da época ainda estão sob a guarda do Governo Federal, em alguns casos documentos simplesmente desapareceram. Em algumas situações encontramos, porém, documentos sendo colocados à mostra para que todos conheçam realmente a trajetória da época.

Além da mídia, vários ensaios e estudos acadêmicos trazem a público os diversos percalços encontrados por cidadãos envolvidos no contexto do governo militar. Porém, grande parte deles retrata situações vividas nos grandes centros, por personagens já conhecidos ou não tão desconhecidos. No entanto, são necessárias as iniciativas regionais de certas instituições que fornecem mecanismos e incentivam os estudos locais, como é o caso do Programa de Pós-Graduação em História, Mestrado em História, da Universidade de Passo Fundo, que desde o ano de 1998 vem oferecendo um curso voltado a esta temática.

Como é o caso da presente dissertação, que busca resgatar e relatar fatos ocorridos na região da Grande Sarandi³, entre 1959 – data da emancipação de Constantina - e 1970 – ano da encampação⁴ da energia elétrica sob responsabilidade da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE). As duas datas referem-se a marcos da História de Constantina, mas especificamente ligadas aos fatos de abril de 1966, afinal, as disputas entre as duas partes iniciam-se a partir da emancipação de Constantina, município desagregado de Sarandi em 1959 e constituído politicamente por dois grupos distintos – PSD e PTB –, os quais provocam uma situação *sui generis* para uma localidade de pequeno porte do município em questão. Essa situação deve-se ao fato de que ambos andavam lado a lado até 1959, buscando, com a união, alcançar objetivos: independência econômica do município de origem, desenvolvimento comercial e industrial⁵. Sabe-se que na época a política local era liderada por duas famílias: Araújo – PTB – e Siliprandi – PSD, que além de liderarem partidos diferentes eram concorrentes dentro do espaço comercial.

³ Região compreendida pelos municípios de Sarandi, Constantina, Barra Funda, Nova Boa Vista, Rondinha, Ronda Alta, Liberato Salzano, Engenho Velho, Novo Xingu, Três Palmeiras, São Pedro das Missões.

⁴ Termo usado por Jose Antonio de OliveiraValle, em depoimento escrito, datado de 15/05/2007, para referir-se a aquisição dos bens da Sociedade Força e Luz Constantina Ltda. pela Companhia Estadual de Energia Elétrica.

⁵ Argumento usado junto ao processo de emancipação.

Tais histórias permanecem nas conversas entre os “mais velhos” e poucos são aqueles que vão em busca de verdades sobre elas. Imagina-se que seja pelo fato de vários envolvidos ainda estarem presentes na comunidade e de uma forma ou outra constituírem parte da elite que decide os passos da região⁶.

Assim, assentamos como objetivo específico deste trabalho analisar as prisões ocorridas em 1966, fato este que rompeu em definitivo a anterior aliança criada pelos partidos citados até o ano acima referido, prejudicando os petebistas, sobretudo uma parcela de seus líderes. Visa analisar também nesse contexto todo o processo emancipatório de Constantina e sua formação política.

Nesta perspectiva, busca-se explorar as seguintes problemáticas: 1) Com a emancipação de Constantina ocorrida em 1959, a comunidade, antes unida, divide-se em dois grupos distintos e rivais, sendo que a rivalidade terá auge ante a questão da eletrificação do município: de um lado estava um grupo – detentor da propriedade de uma usina – e de outro um grupo que buscava a encampação estatal. 2) Sobre prisões ocorridas em 1966 na localidade de Constantina e que não constam documentos legais que provem os distúrbios dos quais o grupo foi acusado e preso; ficando na História do município uma lacuna que precisa ser analisada.

Para investigar tais problemáticas, parte-se de uma exploração norteada por entrevistas com personagens que vivenciaram os fatos, seja direta ou indiretamente; além da pesquisa bibliográfica. Foram consultadas, também, fontes primárias, como as atas da Câmara Municipal de Constantina referentes aos primeiros momentos do município para formar o perfil dos líderes políticos do momento e as referentes ao período das prisões, atas junto a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul devido às prisões em abril de 1966. Buscou-se também argumentação nos processos de emancipação do município de Constantina e os de indenização dos referidos presos. Para complementar a pesquisa documental, foram usadas fontes orais de pessoas que vivenciaram de alguma forma os dias das prisões: Hermeto Antonio de Araujo e Silva e José Antonio de Oliveira Valle, dois dos presos; Domingos

⁶ “...identidade regional não é apenas o resultado do perfil cultural de uma região, imagem específica – combinação de normas, modelos, representações, etc. – que os atores de uma região fazem de si próprios, mas também resulta das relações sociais que essa mantém com outras regiões e com a sociedade global, sendo, portanto, ao mesmo tempo, determinada do exterior e elaborada internamente.” RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti, História Regional e dimensões teórico-conceituais, In: História: Debates e Tendências, v.1 jun/1999, Passo Fundo: EDIUPF, p.19

Giacomini e Mario Eduardo Giacomini, dois líderes da ARENA na época das prisões, sendo que o último era o presidente da Câmara no período; Ari Ferronato e Vital Martini, vizinhos dos presos citados acima; Deomir Ítalo Carboni, morador de Constantina na época da prisões e simpatizante, no período, da ARENA; Alberto Machado, médico que morava no período das prisões em Constantina e possuía um Hospital na cidade; Loir Pedrotti, filho de um dos sócios da Usina que gerou as prisões segundo os presos.

Todas as entrevistas foram feitas de forma oral e escrita, nenhum dos depoentes aceitou que fosse gravada, no entanto elas foram transcritas e aceitas pelos depoentes, conforme autorizações colhidas.

Para que se tenha uma visão global do trabalho, o texto foi estruturado em três capítulos:

No primeiro capítulo, aborda-se a questão da água no cenário mundial e local e sua importância como fonte de vida, de renda, de poder, de energia, agregando informações sobre o Aquífero Guarani, localizado no Sul da América e do qual a região estudada – Constantina – também faz parte. Também se fazem ponderações sobre a criação e funcionamento de uma usina hidrelétrica – motivo alegado, mais tarde, pelos emedebistas para a ocorrência das prisões. Tal usina era de pequeno porte, porém foi um dos tópicos apontados até mesmo no relatório feito para emancipar Constantina, tendo como alegação ser de fundamental importância para o desenvolvimento da região. Esse valor foi usado pelos seus proprietários, especificamente Antonio Siliprandi, então líder da ARENA, como meio de aumentar o poder no município, seja político ou econômico.

No segundo capítulo, o foco é a construção de conceitos como: Estado, poder, região, participação social, política, assim como as relações existentes entre eles, fundamentando o papel do poder local na formação da sociedade e da administração política regional. Para tanto, procurou-se apresentar alguns dos personagens, caracterizando-os, visando demonstrar a posição de cada um deles dentro da comunidade. Também se preocupou em caracterizar a região estudada – Constantina, bem como sua história, principalmente a de emancipação, diretamente ligada aos fatos e na qual alianças em prol da formação do novo núcleo municipal foram esquecidas – objeto de estudo, e desenvolvimento econômico.

Já no capítulo três, e usando o papel social e econômico da usina hidrelétrica e seus problemas estruturais em Constantina, resgatam-se as prisões tidas como arbitrárias⁷, ocorridas em abril de 1966 e que possuem duas versões. Uma, do grupo ligado à ARENA, que agregou grande número na região de partidários do PSD, após a extinção dos partidos pelo Ato Institucional nº 2, o qual alegava serem os aprisionados líderes de um movimento rebelde contra o Governo Federal, acusando-os de “terroristas organizados”. A outra, do grupo de presos, que alegava ser perseguido por estar defendendo o bem comum da comunidade, pedindo a vinda da empresa estatal de energia elétrica para o município. O que ocorreu é que a empresa que operava na região pertencia à elite do PSD local, que explorava as águas do Rio Caturetê – divisa natural entre os municípios de Sarandi e Constantina.

Ao final desse mesmo item, apresenta-se um esboço de 1970, ano culminante para o município, quando um dos presos de 1966, Hermeto de Araujo e Silva, tornou-se prefeito, e a empresa CEEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica) efetiva seus serviços no município como um todo, tornando a usina Sociedade Força e Luz Constantina Ltda. inoperante.

A conclusão do estudo coincide com dois momentos que abalam a vida pacata dos cidadãos. O mais importante: o pleito municipal, que vem enredado de problemas advindos da contratação de “pistoleiros”, como ocorre nas três últimas eleições municipais, ocasionando tiroteios, emboscadas, mortes e, conseqüentemente, a vinda de reforço da elite policial do Estado. O outro momento ocorrerá somente em abril de 2009, porém os preparativos já estão sendo organizados: o aniversário de 50 anos de emancipação do local de estudo.

Este trabalho encontra sua justificativa no fato de que é preciso resgatar a história do município de Constantina, antes que se vão embora personagens que vivenciaram fatos marcantes e importantes para a construção dessa comunidade. Afinal, somente boatos não podem se transformar em história e as histórias dos homens daquela época, depois de confrontadas e colocadas num parâmetro de comparação, podem ser usadas como fontes. Além disso, é preciso deixar esclarecido para as futuras gerações o porquê de dois dos principais grupos políticos existentes na localidade serem rivais e não conseguirem formar alianças políticas municipais.

⁷ Expressão usada nos pronunciamentos, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, dos deputados estaduais Wilmar Taborda (26/04/1966) e Amaral de Souza (03/05/1966) para designar os fatos ocorridos em Constantina a 05/04/1966.

1. A ENERGIA ELÉTRICA COMO FONTE DE PODER

Vários estudos⁸ trazem a Energia Elétrica como uma das responsáveis pelos mais notáveis progressos no desenvolvimento da economia e, neste trabalho, tal importância será demonstrada em uma região específica: a sede urbana de Constantina, Rio Grande do Sul e a Usina Hidrelétrica Força e Luz Constantina Ltda.

Para tanto, neste capítulo, será resgatada a estrutura que leva uma sociedade a buscar o desenvolvimento econômico e as facilidades para que isso aconteça, da qual a energia elétrica, mais especificamente a hidrelétrica, faz parte.

Assim, esta seção tem exatamente a função de descrever a evolução, o uso da referida energia no mundo e o desenvolvimento da mesma na região de estudo. Também se faz necessário entender a importância da força que gera a energia hidrelétrica: a água. Deste modo, o capítulo também tratará de sua importância, não só econômica, mas fundamental para a vida humana e do planeta, trazendo como exemplo o Aquífero Guarani agregado ao subsolo da região estudada.

1.1. Água: recurso natural finito e fonte de poder

“A água como fonte de vida” parece ser uma expressão muito usada, pois em quase todos os momentos e situações a que se faz referência a esse produto natural, tal frase é usada. Porém, neste estudo, ela se revela objeto de estudo, de vida, de estratégia e de poder.

⁸ Referem-se à energia elétrica com esses termos as obras: Panorama do Setor de Energia Elétrica no Brasil, do Centro da Memória da Eletricidade do Brasil, p.11. Energia e Classes Sociais no Brasil, de Antonio Carlos Boa Nova, p. 55. A Energia e a Economia Brasileira, de Andréa Sandro Calabi, p. 49.

De estudo, porque cientistas alegam que a vida em nosso planeta surgiu dela há milhares de anos. De vida, pelo mesmo motivo e pela alegação científica de que nenhum ser humano sobrevive mais que quatro dias de calor sem ingerir um mínimo de líquido⁹. De estratégia, por vários cursos de água serem usados para demarcar territórios e estarem presentes nas primeiras cidades do Brasil Colonial, por exemplo, ou então todas as cidades primitivas terem sido construídas no entorno de grandes rios – tomamos como exemplos as civilizações: egípcia, mesopotâmica, romana e grega. Em qualquer atlas histórico, percebe-se que essas antigas civilizações tratavam de se fixar próximas aos rios e lagos. Em Rebouças (2006, p.1),¹⁰ diz-se que:

As águas utilizadas para abastecimento do consumo humano e de suas atividades socioeconômicas são captadas em rios, lagos, represas e aquíferos subterrâneos. Certamente, pelo fato desses mananciais se encontrarem nos domínios terrestres – continentes e ilhas – são, também, referidos como “águas interiores”.

Mas o item que mais chama a atenção e vem sendo fonte de estudos é a água como fonte de manutenção do poder – quer seja econômico, político – sobre os grupos sociais, explorado por Dowbor (1999, p.54)¹¹:

A água é um recurso social, e o seu uso racional no município deve ser planejado: devem ser estudadas as diversas fontes, confrontadas com os diversos usos. Lembremos que uma boa utilização de água potável constitui muitas vezes a forma mais rápida e mais barata de eliminar as principais doenças, e que o ordenamento racional do uso da água pode dinamizar fortemente tanto a agricultura como a indústria. A falta de controle do uso da água, por outro lado, provoca em geral problemas ambientais dificilmente reversíveis, e resulta em situações dramáticas no que diz respeito à qualidade de vida.

Um exemplo muito comum é vermos nas regiões mais áridas do planeta centenas de milhares de pessoas migrando em busca de água. A maior parte dessa população migra para países vizinhos, o que acarreta, na maioria das vezes, graves tensões com as populações locais em virtude do aumento da competição pelos recursos já escassos. Essas tensões fizeram com que o PNUMA¹² criasse mais uma classificação para refugiados (além dos de guerra e políticos): os refugiados ambientais.

⁹ SGARIONI, Mariana. *Vida Seca - Quanto tempo o corpo agüenta sem água?*, Revista Superinteressante, edição 197, fev./2004.

¹⁰ REBOUÇAS, Aldo da Cunha et alli (org.). *Águas Doces no Brasil – Capital Ecológico, uso e conservação*. 3ª Ed., São Paulo: Escrituras Editora, 2006.

¹¹ DOWBOR, Ladislau. *O que é Poder Local*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

¹² Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

1.1.1. Distribuição da água no planeta

A abundância do elemento líquido causa uma falsa sensação de recurso inesgotável. Assim, é constante vermos as pessoas desperdiçando água em vários momentos do dia. Porém, se todos soubessem o quanto escasso é esse recurso quem sabe a responsabilidade aumentaria. Afinal, a porcentagem de água potável de fácil acesso está em torno de 0,77% de todo o total do líquido existente no planeta¹³. Nas palavras de Rebouças¹⁴, atenta-se para o fato de que:

Dentre os fatores modeladores do quadro geográficos onde evolui a espécie humana, destaca-se a última Grande Idade de Gelo, que teve início há aproximadamente cem mil anos, atingiu o auge há vinte mil anos e terminou há cerca de dez mil anos.

Desde então, sob a ação do calor irradiado pelo Sol, grandes parcelas das massas de água que compõem a hidrosfera são transformadas em vapor. Esse vapor esfria à medida que sobe à atmosfera, condensando e formando as nuvens, as quais voltam a cair na Terra sob a ação da gravidade na forma de chuva, neblina e neve, principalmente.

No que diz respeito ao Brasil, surge outro grande problema: a água potável está distribuída de forma desigual no território. Para se ter uma idéia 80% de toda a água potável de fácil acesso no Brasil, está junto à região da Amazônia onde vivem cerca de 5% de toda a população do País. Segundo dados apresentados por Macedo (2001, p.2)¹⁵:

Em 2025, segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), serão 48 países [que não irão possuir água doce para a sua população, indo, em] 2050, para o número de 50 países sem água suficiente para toda a população. Enquanto em Nova York (USA) o consumo atinge cerca de 2000 litros/habitante/dia, na África, a média do continente é de 15 litros/habitante/dia

¹³ “A água é de longe a substância mais abundante na Terra, cobrindo cerca de 77% da sua superfície, assim distribuída: 361,3 milhões de km² de oceanos e mares, 17,5 milhões de km² de calhas de rios e pântanos, 16,3 milhões de km² de calotas polares e geleiras e 2,1 milhões de km² de lagos” (REBOUÇAS, 2006, p.4)

¹⁴ Ibidem, p.6

¹⁵ MACEDO, Jorge Antônio Barros de. *Águas & Águas*. São Paulo: Livraria Varela, 2001.

O interessante é entendermos que “o principal vilão no consumo de água é a agricultura, principalmente nos países do terceiro mundo”¹⁶, consumindo 79% a 88% da água disponível. Ou seja, se de um lado precisamos da agricultura para suprir nossas necessidades de nutrição por outro lado é a própria que nos tira grande parcela da água, que também é necessária para a sobrevivência.

Para se entender a importância da água potável nas regiões onde a produção agrícola prevalece, deve-se observar os seguintes dados referentes à produção de produtos básicos para a alimentação da humanidade: para se produzir uma tonelada de grãos são necessárias mil toneladas de água, e para uma tonelada de arroz, duas mil toneladas de água. O que acarretará, no futuro, a competição entre o uso da água potável para fins domésticos e industriais ou para produção de alimentos, principalmente na África e na Ásia.

O inacreditável é que, já em 2009, 20% da população mundial não tenha acesso a água potável, sendo que, em 2025, estima-se que 2/3 de toda a população viverá em áreas de seca crônica, citando como exemplo o Nordeste do Brasil. Porém a falta de água em si não será o único grande problema, junto com ele está a má distribuição desse recurso e a sua contaminação, ficando ainda mais difícil sua utilização. Unindo todos esses problemas futuros, observa-se o quão perigosa está a situação mundial.

No que tange ao Brasil, a questão da água potável, vista no parágrafo anterior, não foge muito do problema mundial. Através de estudos sabe-se que não somente no Nordeste esse problema se agravará, mas também nos grandes centros, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, e que ocorrerá em função da poluição dos mananciais, do uso sem planejamento e do desperdício.

Para se ter uma idéia, somente com vazamentos, perde-se em torno de 20%, além, é claro, de desperdícios chamados de ordem cultural, tais como lavar calçadas, carros, regar plantas do jardim e tomar banhos demorados com água clorada e fluoretada.

Também há outro problema que encarece ainda mais a água: a poluição, uma vez que para tornar a água utilizável é preciso tratá-la, e tal tratamento é dispendioso. Afinal, ou se

¹⁶ Ibidem, p.2

trata a água para levá-la a população, ou sabe-se que mais tarde será preciso tratar a própria população que sofrerá com doenças advindas da água insalubre¹⁷.

De todos os problemas, é preciso estar ciente dos que causam a contaminação dos recursos hídricos, para buscar saná-los: esgotos sem tratamentos nas cidades lançados em rios e lagos; aterros sanitários que afetam os lençóis freáticos; defensivos agrícolas que escoam com a chuva sendo arrastados para rios e lagos; garimpos que jogam produtos químicos, como mercúrio, em rios e córregos; indústrias que utilizam rios como carregadores de seus resíduos tóxicos.

Macedo¹⁸ afirma que no Brasil 92% do esgoto doméstico é lançado em rios ou no mar sem nenhum tratamento. Exemplo desse desrespeito é quando todos os anos, no período de veraneio, os governos municipais litorâneos, precisam realizar análise das praias e muitos constataam um nível elevado de coliformes fecais, ou seja, perde o município, o turismo e a própria população que joga o esgoto nos mares. O referido autor diz que:

Nas cidades outra fonte de contaminação, que preocupa os cientistas, são os cemitérios, cuja localização e operação inadequadas de necrópoles podem levar a contaminação de mananciais por microrganismos que proliferam no processo de decomposição dos corpos, através do necro-chorume.¹⁹

Tal fato estaria contaminando lençóis freáticos e aquíferos encontrados sob eles. Das tantas doenças advindas desse problema, citam-se: tétano, hepatite e infecções diversas. E, se fossem analisados os aspectos financeiros, certamente se perceberia o quão seria vantajoso se os governantes incentivassem estudos para a solução do problema, diminuindo, assim, os gastos com medicamentos, médicos especialistas, advindos das doenças surgidas pela contaminação dos mananciais.

A outra questão é: se o homem tivesse idéia do quão minucioso e demorado foi para que a Terra criasse a água, com certeza procuraria cuidar dela e preservá-la. Entretanto, devido à falta e escassez desse elemento, algumas autoridades internacionais estão se

¹⁷ Algumas doenças relacionadas à água: amebíase, cólera, dengue, doenças diarréicas agudas, esquistossomose, filariose, febre tifóide, giardíase, hepatite A, leptospirose. Disponível em <http://www.aguabrasil.icict.fiocruz.br/index.php?pag=doe> Acesso em: 26/12/2008, 09h53.

¹⁸ Ibidem, p. 8

¹⁹ Ibidem

mobilizando e criando mecanismos para que os consumidores “considerem a água um bem escasso com valor econômico, e não uma dádiva da natureza, de uso gratuito”²⁰.

Outra questão é salientar que mesmo existindo água no subsolo dos territórios nacionais em quantidades altas, não se minimiza a necessidade de preservação, pois essas porções podem sofrer agressões sem retorno ao seu estado normal, contaminações por agrotóxicos, por exemplo. Um desses veios de água subterrâneos é o Aquífero Guarani, que avança o território de vários países da América do Sul, inclusive do Brasil:

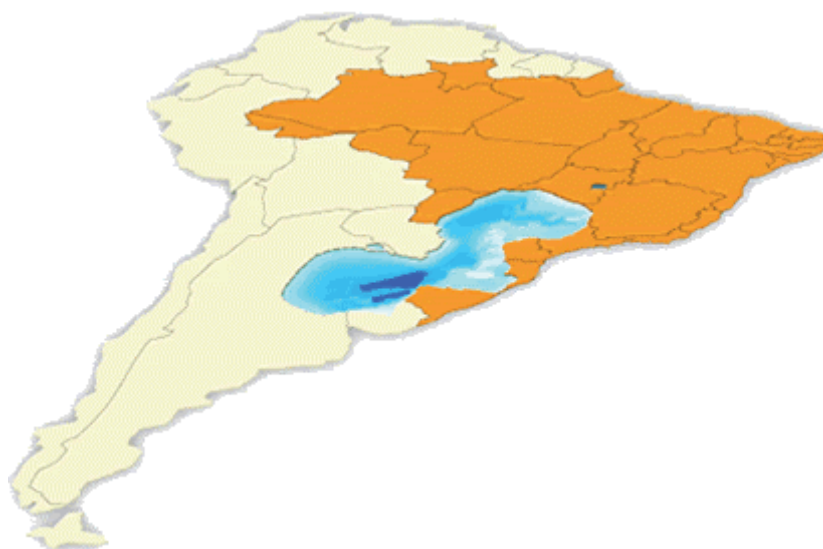


Figura 1 - Esquema do Aquífero Guarani

Fonte: <http://www.uniagua.org.br/default.asp?tp=3&pag=aquifero.htm>

1.1.2. O Aquífero Guarani

Antes de centrar a referência no Aquífero Guarani em particular, é preciso estabelecer que tipo de veio seja este e qual sua importância para a humanidade.

Numerosas passagens do “Gênesis” ressaltam a importância da água subterrânea captada por poços escavados, tais como: Capítulo 25:11. “Depois da morte de Abraão, Deus abençoou Isaac, seu filho, o qual habitou junto ao poço...” O capítulo do “Gênesis” é uma verdadeira cartilha de água subterrânea “... e Isaac escavou novamente os poços que tinham sido cavados no tempo do seu pai Abraão...”²¹

²⁰ SALATTI, LEMOS, SALATTI, 2006, p.47

²¹ REBOUÇAS, opus citatum, p.112-113

Assim, pode-se observar que a importância das águas subterrâneas – os aquíferos – dá-se desde os primórdios da humanidade, sobretudo nas zonas áridas e semi-áridas. Com a evolução da sociedade, a água passou a ser também fonte de energia para as renascentes indústrias em diversas regiões do mundo. No século XIII, a China era o país mais industrializado do mundo e desenvolvera uma tecnologia impressionante para utilizar a força da água, que incluía máquinas de fiar cânhamo altamente sofisticadas, que estavam muito à frente de tudo que se produzia na Europa antes do século XVIII.²² Água essa, bem verdade, vinda de rios e lagos, mas que em algumas regiões era originária de poços.

No Brasil, a captação dessas águas vem sendo feita desde a época da colonização, como atestam poços encontrados em fortes militares, conventos, igrejas e outras construções da época. Muito mais na região semi-árida do Nordeste do que em qualquer outra, já que esta região possui cursos de água com regime de fluxo temporário. Porém, no Brasil ocorre uma espécie de preconceito a respeito da utilização de água via poço, pois muitas pessoas associam o seu uso a própria região semi-árida, ou seja, a região mais pobre do país.

Além do que as águas subterrâneas apresentam propriedades distintas das da superfície, o que torna seu uso muito mais vantajoso: elas já vêm filtradas e purificadas através do sistema de percolação²³, dispensando tratamentos prévios, não ocupam espaço na superfície, sofrem menor influência das variações climáticas.

O que poucas pessoas percebem, no entanto, é que o “estoque” de água existente no subsolo brasileiro é de extrema necessidade e, por isso, mesmo existindo uma legislação que procure preservá-lo contra a exploração aleatória e a contaminação que ele vem sofrendo, é necessária muito mais consciência por parte da população para a preservação das águas, quer queira na superfície ou no subsolo.

Sobre a questão da poluição das águas subterrâneas, pode-se destacar dois fatores: a vulnerabilidade própria do aquífero, e o tipo, quantidade e forma de lançamento do poluente no solo. Assim, observa-se a que profundidade se encontra-se o aquífero da superfície atingida pela poluição, a quantidade do poluente, a porosidade do solo atingido. Se todos os

²² PONTING, Clive. *Uma história verde do mundo*. trad. Ana Zelma Campos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 441-453.

²³ Passagem lenta de um líquido através de um meio filtrante, no caso líquido é a água e meio filtrante as rochas, areia, produtos que fazem parte do solo.

itens listados forem agregados e mostrarem alto risco, então provavelmente o aquífero foi atingido e então se encontra outro problema: a dificuldade em recuperar essa água – despoluir – e o custo para acelerar o processo de despoluição.

Todos esses problemas são previstos nas legislações atuais, quer sejam federais, estaduais e mundiais. O que é necessário é fazê-las prevalecer sobre os crimes contra a natureza. De todas as legislações existentes pode-se destacar algumas, como é o caso do Código das Águas de 1934, que “estabelecia como águas públicas de uso comum as correntes, canais, lagos e lagoas navegáveis ou fluviáveis, ainda que uma corrente deixe de ser navegável ou fluviável em algum dos seus trechos. O domínio dessas águas fora dividido entre a União, os Estados e os Municípios.”²⁴ O mesmo código apregoava que:

inclusão do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos na Constituição de 1988, a aprovação da Lei no 9.433 em 1997, estabelecendo a Política e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e a criação da Agência Nacional de Águas (ANA) em 2000, a água é, definitivamente, incorporada à agenda política brasileira. O sistema hídrico nacional, construído para ser descentralizado, integrado e, principalmente, participativo, permite garantir a sustentabilidade do recurso água para as gerações futuras²⁵

Pode-se dizer que o Brasil possui não somente o Aquífero Guarani mas diversos, como mostra o mapa a seguir. No entanto é no Aquífero Guarani que a maioria dos olhares se volta por ele estar inserido no subsolo de vários estados brasileiros, além de ser transfronteiriço, ou seja, chegar a outros países da América do Sul.

²⁴ BRASIL. Caderno setorial de recursos hídricos: geração de energia hidrelétrica. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos, 2006, p.29.

²⁵ Ibidem, Prefácio



Figura 2 – Principais sistemas aquíferos do Brasil

Fonte - http://www.semarnh.goias.gov.br/protar/documentos/caderno/caderno_63-73.pdf, 07/01/2009, 09h29

Sobre o tipo de aquífero, no que diz respeito ao Guarani, tem-se um tipo misto pois em algumas regiões é livre – afloramento - por encontrar-se próximo da superfície, em outras é do tipo confinado por ser encontrado em maior profundidade e ser intercalado entre camadas permeáveis – observe o mapa a seguir. Deve ser observado, no entanto, que estudos revelaram a salinização do aquífero nas partes mais confinadas.

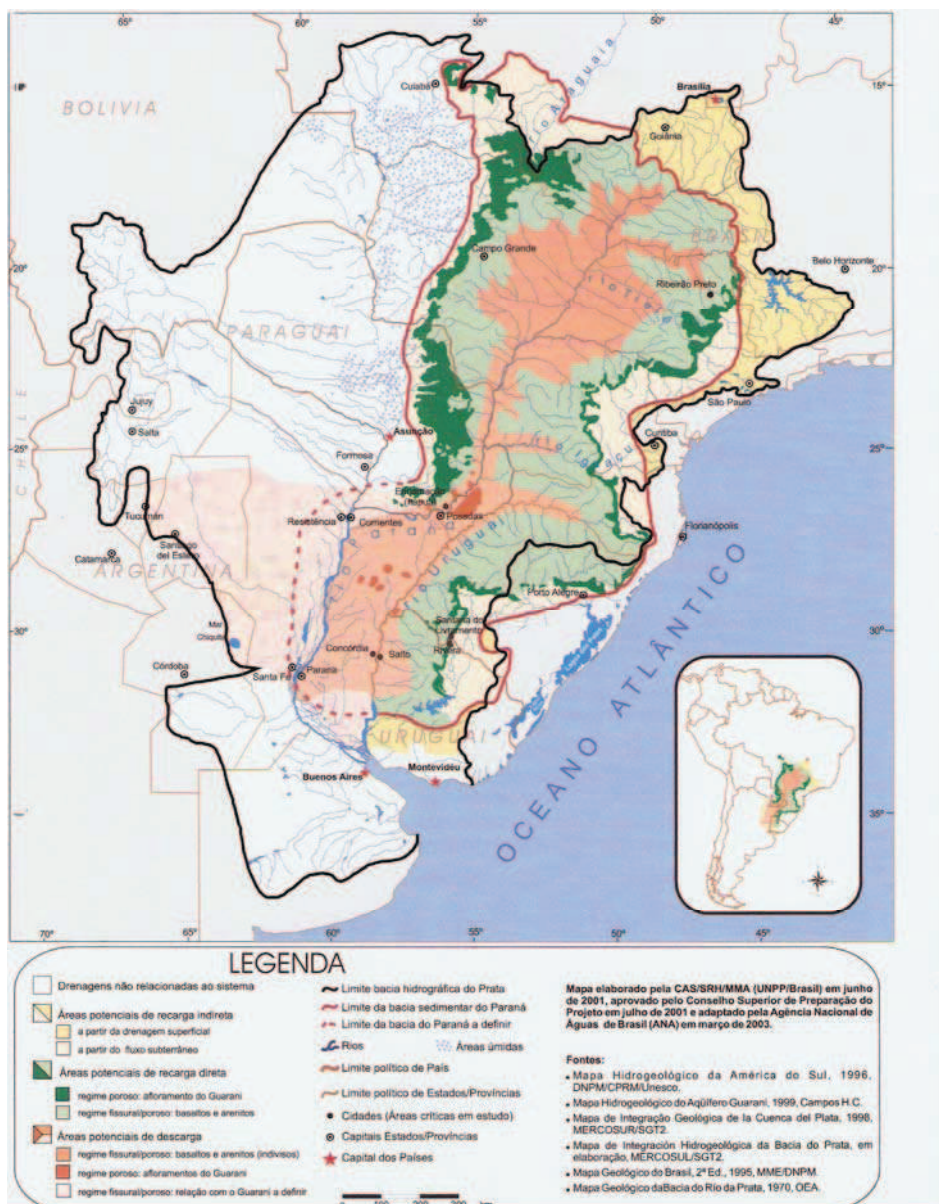


Figura 3 – Mapa esquemático do Sistema Aquífero Guarani

Fonte - <http://www.sg-guarani.org/index/site/index.php?language=pt>

Para entender melhor o mapa acima, deve-se ter conhecimento de que a parte verde – nos dois tons – representa as áreas potenciais de recarga direta, ou seja, a região de afloramento. Já a parte em amarelo representa as áreas potenciais de recarga indireta – áreas mais confinadas. Também se observa que a cor salmão representa as áreas potenciais de descarga.

De grande valor para a população que vive sobre ele, pode-se dizer que esta – estima-se que em torno de 70 milhões – é influenciada diretamente pelo Guarani, através de poços artesianos de fácil acesso e rios. Mas é preciso salientar que, se por um lado algumas regiões

do Guarani são favoráveis à recarga, por outro lado ficam suscetíveis à contaminação por águas impróprias, tornando as suas águas sem utilidade momentânea para a população.

Assim, observa-se que o homem não tem somente as águas da superfície para utilizar, mas que precisa da mesma forma melhorar o monitoramento de uso e de cuidados dessas águas.

1.2. Economia e Energia

A partir da Segunda Revolução Industrial, ocorrida por volta de 1870, surgem inúmeras inovações, principalmente no campo tecnológico e industrial. Com tais mudanças ocorre uma revolução energética de profundas e duradouras implicações. A eletricidade e o petróleo, exemplo dessas novas fontes energéticas, deram impulso à criação de máquinas usadas tanto na vida doméstica como no processo de industrialização, melhorando desta forma a vida dos homens. É no século XIX que surgem as primeiras centrais hidrelétricas: na Suíça, viabilizada já em 1850, com melhorias introduzidas por Francis Thomas Bancon²⁶. Apresentava pontos positivos, como “robustez, consumo praticamente nulo de combustíveis e manutenção barata”. Já em 1880, esta energia tinha a finalidade de alimentar as redes de iluminação pública.

Afinal, “energia, em suas diversas formas, é requisito indispensável ao funcionamento do aparelho produtivo de que dispõe uma determinada sociedade, assim como o é na fruição e reprodução da vida de cada indivíduo desse organismo social”²⁷

Os problemas provenientes de sua falta ou do seu mau gerenciamento causaram, e, em certas regiões, ainda são responsáveis, como é afirmado por Conant e Gold²⁸ (p.6), “efeitos severos dentro da coexistência dinâmica dos conflitos de interesses, complexos, antagônicos, às vezes, antiéticos”. Um conflito permeado por esta afirmação foi notado na região de estudo do presente trabalho.

²⁶ Engenheiro Inglês (1904-1992), desenvolveu as células de combustível alcalinas.

²⁷ CALABI, Andréa Sandro (et al). *A energia e a economia brasileira: interações econômicas e institucionais no desenvolvimento do setor energético no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1983, p.47.

²⁸ CONANT, Melvin A.; GOLD, Fern Racine. *A Geopolítica Energética*. Trad. Ronaldo Sergio de Biasi. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

Deve-se ressaltar, no entanto, que mesmo a eletricidade tendo sido um ganho fenomenal à humanidade a partir do final do século XIX, o carvão ainda continuou sendo muito bem aceito e usado durante muito tempo. Alguns estudos²⁹ (p.13) trazem que esta fonte energética era responsável em 1913 por cerca de 88% da energia produzida no mundo.

Tem-se conhecimento de que a energia propulsora destas indústrias provinha, sobretudo, de carvão e gás, no entanto outros setores complementares à indústria necessitam primordialmente da energia elétrica, como é o caso do comércio e da prestação de serviço, principalmente, pública, conforme explicitado em Calabi³⁰:

O consumo de energia primária da população urbana inclui o consumo doméstico, o consumo em transporte de passageiros e o ligado aos diversos serviços que usufrui, como por exemplo iluminação pública, comércio, etc. Ao contrário da energia incorporada ao processo de produção e distribuição de mercadorias, a parcela de energia aqui referida destina-se à apropriação como *bem* de consumo pelos diversos grupos sociais. seu consumo é realizado pelos indivíduos quando estes encontram-se fora da situação de trabalho, e diz respeito à sua manutenção física e à fruição da vida

Desta forma, coube ao Brasil adequar-se aos avanços de energia, optando por um tipo de energia elétrica que possuísse grande oferta de matéria-prima geradora: a energia hidrelétrica³¹, uma vez que oferecia poucas dificuldades: o potencial superava de muito a capacidade instalada.

Ainda hoje, tal prerrogativa se confirma, pois assim afirma Rouseff (p.195):³²

O Brasil é reconhecido mundialmente por sua riqueza hídrica. Os rios brasileiros, a maioria do tipo planalto, quando represados formam grandes reservatórios capazes de armazenar 4 a 5 anos de aflúências. Como a força da gravidade é gratuita e as águas vêm dos céus, a energia é intrinsecamente barata

²⁹ ELETROBRÁS. *Memória da Eletricidade*. Disponível em: <<http://www.eletronbras.gov.br/elb/portal/main.asp>>. Acesso em: 10 set. 2008.

³⁰ CALABI, opus citatum, p. 78

³¹ Tanto a energia hidrelétrica, como da lenha combustível, da tração animal, dos ventos, são consideradas energias solares, pois são fontes cuja característica comum é possuírem um tempo de reposição relativamente curto face aos combustíveis fósseis, sendo dessa forma mais diretamente solares.

³² ROUSSEFF, Dilma Vana. O Rio Grande do Sul e a crise de energia elétrica. In: CORAZZA, Gentil; MIRANDA, Luiz; SCHMIDT, Carlos (Org.). *A energia elétrica em debate: a experiência brasileira e internacional de regulação*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

Dentro da evolução hidrelétrica brasileira tem-se como primeira autoridade a investir e acreditar no setor elétrico D. Pedro II, pois se sabe que com ele se instalou a primeira linha permanente de energia elétrica – hoje a Central do Brasil³³. Também no período de seu reinado construiu-se a primeira usina hidrelétrica do Brasil, em Minas Gerais, proporcionando, então, o caminho para outros investimentos no ramo, o que ocasiona, em certas localidades, sobretudo na região sudeste, o oferecimento da tão esperada energia elétrica pública.



Figura 4 - Usina de Marmelos, Juiz de Fora/MG: Primeira Usina Hidrelétrica da América do Sul, inaugurada em 1889.

Fonte: Cesama.

Outro passo importante, demonstrando que o país finalmente rumava ao desenvolvimento urbano, foi a inauguração, em 1892, da primeira linha de bondes elétricos permanentes no Brasil.

Como se tornou objeto de grande expectativa e investimento, surgiu a necessidade de formular legislação, estabelecendo normas para o funcionamento da estrutura física e comercial da exploração hídrica no território.

³³ Segundo Ricardo Carneiro, em sua tese de doutoramento: Estado, mercado e o desenvolvimento do setor elétrico brasileiro, 2004, somente foi possível a modalidade energética proveniente das águas pluviais através da “importação de tecnologia”. Comprova-se este fato com a passagem onde D. Pedro II concede a Thomas Alva Edison o privilégio de introduzir no país aparelhos e processos de sua invenção destinados à utilização da eletricidade na iluminação pública, em 1879.

Apesar de a eletricidade ter sido introduzida no Brasil em 1879, somente em 1903 é formulado o primeiro texto de lei disciplinando o uso desta energia. A partir de então, grupos se organizam na constituição de sociedades para explorar esta riqueza. Destacam-se aqui empresas estrangeiras³⁴, sobretudo de origem canadense que, em 1912, transformam-se no conglomerado Light, nacionalizado em 1979.

No intuito de promover melhorias graduais no processo da eletrificação brasileira, o Governo procurou sistematizar medidas colocadas em prática desde 1931, quando foram suspensas as operações de transferência de cursos e quedas d'água. Criou um decreto que dispusesse sobre concessões, autorizações, fiscalização, caducidade dos contratos, abrindo, inclusive, a possibilidade de o próprio Governo Federal construir e explorar usinas hidrelétricas para serviços de utilidade pública.

Com as mudanças do perfil do consumidor e conseqüente aumento da demanda de energia, o Governo precisou remodelar a legislação procurando estabelecer novos parâmetros dentro da questão energética, comportando-se como um juiz que faz as leis e cuida para que elas sejam seguidas.

Assim, conforme citado em Eletrobrás³⁵: “a trajetória institucional deste setor caminha, no período 1930-1945, das medidas destinadas à consolidação jurídica do setor, que culmina com a aprovação do Código de Águas em julho de 1934, até o início das atividades na exploração do setor elétrico”.

A partir daí procura-se regionalizar a solução dos problemas energéticos, criando empresas responsáveis pela geração e gestão desta força – 1945: Companhia Hidro Elétrica São Francisco; 1956 – Escelsa no Espírito Santo, e em 1957: Furnas no Sudeste são alguns dos exemplos.

Na evolução dos tempos outras medidas são tomadas, como o Modelo Energético, abordado por Calabi (1983, p. 237):

³⁴ 1899: São Paulo Railway, Light and Power Empresa Cliente Ltd - SP RAILWAY; 1904: Tramway, Light and Power Empresa Cliente - RJ TRAMWAY; 1912: Brazilian Traction, Light and Power Empresa Cliente Ltd., unificou as empresas do Grupo Light.

³⁵ Opus citatum, p.122

[...] elaborado pela Secretaria do Ministério das Minas e Energia, Petrobrás, Conselho Nacional do Petróleo, Eletrobrás, Nuclebrás e grupos especiais formados para o carvão mineral e vegetal, sob a orientação geral do Ministério das Minas e Energia. Trata-se de um modelo que se autodefine como *conceitual*, isto é, não interfere nas atividades de planejamento energético das empresas e concessionárias do setor de energia, mas, antes, procura montar um quadro geral da situação atual e da situação futura, uma vez definidas as possibilidades e metas setoriais das diferentes fontes que compõem o perfil do consumo de energia primária no Brasil

Neste documento, percebe-se a tentativa do Governo em melhorar e investir gradualmente no setor energético do País, mesmo que indiretamente, sobretudo no que diz respeito à responsabilidade pela legislação, sobretudo na área de hidreletricidade, visto a grande quantidade de vias fluviais existentes no território. Isso fez com que não houvesse necessidade de ir buscar a matéria-prima em outros países, no entanto, foram necessários financiamentos estrangeiros para a viabilidade de tal projeto.

Dessa forma a política do governo federal, em todas as evoluções do processo energético, primou pela busca de melhorar a oferta do produto, fazendo com que o mesmo fosse de boa qualidade e abundante. Este item influenciaria em todos os outros setores econômicos e de desenvolvimento do país:

Enquanto mercadoria de consumo, sua requisição [energia elétrica] é condicionada pelas características físicas e naturais da região onde vive o organismo social e pelos padrões culturais de consumo dos diferentes grupos sociais que o compõem. Esta associada, portanto, a questões como a distribuição pessoal da renda, hábitos culturais, grau e tipo de urbanização etc³⁶

Também se deve ter conhecimento de que o crescimento e as transformações qualitativas por que passou o consumo de energia primária no Brasil entre as décadas de 40 a 70 do século XX, não são fenômenos autônomos, independentes da evolução sócio-econômica da nação no período. Elas estão interligadas à energia assimilada na indústria, agricultura e transporte de mercadorias como insumo produtivo, e na vida como bem de consumo nas cidades e no campo, satisfazendo necessidades básicas de sobrevivência ou lazer.

³⁶ Ibidem, p.48

Como este aumento de energia cresceu acompanhando o crescimento social e econômico do país novos ideários precisaram ser buscados. Desta forma, chegou-se a um patamar onde, segundo Rousseff (2003, p.161):

A partir dos anos 50, coube ao Estado a tarefa maior de implantação e desenvolvimento da infra-estrutura necessária à industrialização do Brasil, intervindo de forma decisiva na organização, na operação, no investimento e no financiamento do setor de energia elétrica, de petróleo e de gás. Na verdade, o Estado constituiu esses setores e assumiu sua operação de forma direta pois o volume do capital requerido era excessivo, a taxa de retorno baixa e o prazo de maturação muito longo para a iniciativa privada nacional

Tanto assim que em 1962, no governo de João Goulart, cria-se a Eletrobrás com o objetivo de legislar e regulamentar o setor de energia elétrica brasileiro.

Desde então energia tornou-se mais ainda uma questão de estudos e investimentos dotados pelo governo federal. Isso fez com que entre 1963 e 1970 ocorresse, principalmente na região Sudeste, um estudo das principais bacias hidrográficas, permitindo um aumento progressivo de investimentos para transformar tal recurso em energia. Em números, constatou-se que o Brasil usava apenas 18 % do total estimado em energia hidráulica³⁷.

As inovações administrativas no quesito energia não param por aí e, com a intenção de aprimorar cada vez mais a interferência estatal no assunto, cria-se, em 1965, o Departamento Nacional de Águas e Energia, encarregado da regulamentação dos serviços de energia elétrica no país.

O que mais permeia neste período no que tange aos estudos de aprimoramento fica voltado à região Sudeste por compreender não somente até 1960 o centro administrativo brasileiro como, até hoje, o maior pólo de desenvolvimento industrial e econômico do país.

Porém se faz necessário, quando se visa ao desenvolvimento em todo o território nacional, ampliar as legislações para que os objetivos sejam alcançados. Assim, em 1997 o Governo Federal constitui a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL – que, a partir da sua instalação, torna-se responsável pela regulamentação do setor de energia elétrica. Sob a

³⁷ A estimativa era que o Brasil possuía capacidade para gerar 106.499 MW/ano (CONANT; GOLD, 1981).

responsabilidade da ANEEL criaram-se novos dispositivos, empenhando-se na melhoria do fornecimento de energias ao País. Um desses dispositivos foi a criação do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE –, em 2000, que assumiu a atribuição de formular e propor ao presidente da República as diretrizes da política energética nacional.

Com o crescente desenvolvimento do país, o governo federal novamente busca formas de proporcionar energia a todos os brasileiros, principalmente residencial. Assim cria em 2003:

programa LUZ PARA TODOS, objetivando levar, até 2008, energia elétrica aos 12 milhões de brasileiros que não têm acesso ao serviço. Deste total, 10 milhões estão na área rural. A gestão do programa é compartilhada entre estados, municípios, agentes do setor elétrico e comunidades.³⁸

Mas a preocupação com o desenvolvimento energético do Brasil leva o governo a aprovar em 2004 um novo modelo de gestão sobre a comercialização de energia elétrica e criar a Empresa de Pesquisa Energética – EPE –, com o intuito de

subsidiar o planejamento técnico, econômico e sócio ambiental dos empreendimentos de energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados e fontes energéticas renováveis. O novo modelo definiu a oferta de menor tarifa como critério para participação nas licitações de empreendimentos, estabeleceu contratos de venda de energia de longo prazo e condicionou a licitação dos projetos de geração às licenças ambientais prévias.³⁹

Juntamente com a EPE são criados a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE – e o Comitê de Gestão Integrada de Empreendimentos de Geração do Setor Elétrico – CGISE.

No entanto, faz-se necessário mapear sua evolução na região sul, especificamente no Rio Grande do Sul, por ser o Estado onde se desenrola os fatos de 1966, objeto principal deste estudo e por também contar com uma rica história na evolução da hidreletricidade nacional.

³⁸ ELETROBRÁS, 2008

³⁹ ELETROBRÁS, *ibidem*

1.3. A questão da energia elétrica no Rio Grande do Sul

A partir do momento em que a energia elétrica entra em cena no Brasil, essa tecnologia se expande, fazendo surgir, segundo Dias (p.44), “um grande número de unidades isoladas, instaladas em diversos pontos do território brasileiro”.⁴⁰

Tais unidades eram constituídas por usinas de pequeno porte de propriedade de pequenas empresas, que, na maioria das vezes, atendiam somente um único município, quando não somente o centro urbano dos mesmos. Neste quesito salienta-se que eram estas as usinas que forneciam quase que totalmente a energia hidrelétrica no País, nos primeiros momentos de seu uso no território.

Neste contexto, o Rio Grande do Sul investe nesta energia com mais ênfase, após 1927, quando a American & Foreign Power Company (AMFORP) adquire a Companhia Energia Elétrica Rio-Grandense e a The Rio-Grandense Light e Power Syndicate, tornando o Estado apto a melhorar a prestação de serviço nesta área, adquirindo o monopólio da mesma e entrando em conflito com pequenos proprietários de usinas, visionando-a como uma enorme agregadora de riqueza futura. Porém, mesmo o Estado Gaúcho procurando ajustar-se à nova estratégia econômica, vai destacar-se pela organização e gerência de redes elétricas somente a partir de 1943, com a criação da Comissão Estadual de Energia Elétrica- CEEE, com o objetivo de prever e sistematizar, em plano geral, para todo o Estado, o aproveitamento de seus potenciais hidráulicos em conexão com suas reservas carboníferas

A partir deste período o governo estadual foca ainda mais seus interesses no desenvolvimento comercial e industrial da economia local, uma vez que o Estado era possuidor , conforme Carrion Jr. (p.38):⁴¹

[...] de um setor industrial profundamente integrado com a economia regional, economia esta com razoável poder aquisitivo, se comparada com o resto do país, estruturara-se na região uma produção de bens de consumo tradicionais, mais compatíveis com uma estrutura de rendas médias, sem grande poder competitivo nem elevadas escalas de produção.

⁴⁰ DIAS, Renato Feliciano (Coord.). *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1988.

⁴¹ CARRION JR., Francisco M. *RS: política econômica e alternativas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.



Figura 5 - Usina da Sede, a mais antiga usina ainda em operação no Rio Grande do Sul, em Ijuí/RS
 Fonte: Departamento Municipal de Energia de Ijuí (DEMEI).

Tal fornecimento era obtido, principalmente e, como já citado, por várias pequenas hidrelétricas espalhadas pelo estado mais sulino do território, que, na ocasião, eram propriedades particulares e com constantes problemas oriundos das questões tarifárias e de fornecimento, o que se encontra exposto em Ueda (p.182):⁴²

O estado reclamava que o setor elétrico era composto de pequeno e ineficiente sistema de força motriz, com variações de voltagem e frequência, conectados a uma rede de energia elétrica totalmente antiquada. Por sua vez, os proprietários alegavam que as tarifas e os valores a serem pagos pelo governo eram pequenos demais.

Desta forma, coube ao Governo Estadual, em 1943, resolver o problema da área com a criação de uma comissão específica a fim de “sistematizar um plano geral de aproveitamento dos potenciais hidráulicos do estado”⁴³. Tal problema se resolveu com a criação de uma Comissão Estadual de Energia Elétrica, que ficaria responsável pela elaboração do Plano de Eletrificação. Afinal os centros considerados industriais do Estado – São Leopoldo, Caxias do Sul e Novo Hamburgo – enfrentavam constantemente problemas de fornecimento de energia⁴⁴, enquanto que as regiões periféricas – Serra Noroeste e Depressão Central – encontravam-se sob o fornecimento de empresas privadas, muitas delas de pequeno porte,

⁴² UEDA, Vanda. O papel das redes técnicas: transportes, energia e telecomunicações. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (orgs). *República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. v.4. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2007.

⁴³ Ibidem, p. 182

⁴⁴ Crise gerada pela falta de combustíveis e a estiagem de 1944.

deficitárias também, o que servia como mais um motivo do não desenvolvimento econômico das mesmas.

Passados dois anos a Comissão, percebendo que o setor necessitava de ainda mais incremento e desenvolvimento, lança-se:

[...] a programação de obras de eletrificação, constituída de pequenas usinas hidrelétricas formadoras do mercado e preparadoras de pessoal. O programa foi apresentado ao Conselho Nacional de Águas e Energia e à Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, que aprovam o acordo com os Decretos nº 18.318, de 6 de abril de 1945, e 19.896, de 29 de outubro de 1945.⁴⁵

Neste mesmo ano, 1945, a Comissão Estadual de Energia Elétrica lançou um programa de obras de eletrificação, constituída de pequenas usinas hidrelétricas para preparar e qualificar recursos humanos para trabalhar no setor elétrico.

Porém as mudanças não se detiveram no ano citado, pois já no ano de 1946, o Governo Estadual, através de um decreto – nº 1.252 –, deixa a cargo somente da CEEE a eletrificação do Rio Grande do Sul. As concessões de novas empresas de eletrificação deveriam passar pela instância do governo federal, conforme previsto pelo Decreto nº 41.019, de 1954, incluindo a regulamentação dos serviços de fornecimento de energia elétrica no que diz respeito ao estabelecimento de tarifas⁴⁶.

Também no ano de 1954 é criada a

Lei nº 2.308, que prevê que 40% do Imposto Único sobre Energia Elétrica (IUEE), imposto que era cobrado nas faturas de energia elétrica, sejam repassados a União, sendo o restante dividido entre estados e municípios. Esses recursos seriam repassados ao Fundo Federal de Eletrificação, gerenciado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)⁴⁷

⁴⁵ CEEE, Companhia Estadual de Energia Elétrica. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.ceee.com.br/pportal/ceee/Component/Controller.aspx>>. Acesso em 10 Set. 2008.

⁴⁶ A fiscalização para que esse controle permaneça está a cargo da ANEEL, conforme as Diretrizes que norteiam o mercado de energia elétrica e a relação entre fornecedor e cliente.

⁴⁷ Ibidem

Essa estratégia foi adotada para facilitar o uso de uma verba vinda da própria energia elétrica para a melhoria dessa rede, com futuros empréstimos a empresas do ramo já existentes e outras, que, porventura, fossem constituídas.

Também nesse ano a CEEE, no Rio Grande do Sul, passa a atender cerca de “127.353 consumidores com 2.241 Km de linhas de transmissão, 648 km de linhas de distribuição e subtransmissão e 2.889 Km de linhas construídas”, conforme Ueda.⁴⁸

Assim a preocupação do governo estadual em melhorar as fontes de energia no Estado fazem com que seja criada, em 1958, a Secretaria do Estado dos Negócios de Energia e Comunicações, que já em 1959 subordina a CEE a essa pasta. A partir daí, medidas são tomadas regularmente, tanto em âmbito federal como estadual, para melhorar o funcionamento do setor e agregá-lo a exploração nacional⁴⁹.

Com tantas mudanças o governo do Rio Grande do Sul sentiu necessidade de criar uma Companhia Estadual de Energia Elétrica, o que ocorreu em 1963, utilizando a mesma sigla que anteriormente era usada para designar a Comissão Estadual de Energia Elétrica – CEEE.

Porém, as inovações no setor de energia dentro do estado gaúcho não estavam estagnadas no que tange à própria administração estatal; a região foi uma das pioneiras em estabelecer como forma de aprimorar o serviço do setor elétrico através da criação de cooperativas de eletrificação rural, sendo a primeira criada em idos de 1941 – Cooperativa de Força e Luz de Quatro Irmãos, no hoje município de Erechim. A dinâmica evoluiu e atualmente o estado conta com 15 cooperativas objetivando o cooperativismo de eletrificação, sendo que a maioria delas foi criada dentro do contexto da Ditadura Militar no Brasil – 1964 a 1985.

Conforme Ueda (p.184), também pensando na agilização e melhor atendimento e gerenciamento no atendimento da região sul do país:

⁴⁸ UEDA, opus citatum, p.193

⁴⁹ É editado o Decreto Estadual nº 10.466, que encampa os ativos da Companhia Energia Elétrica Rio-Grandense (CEERG), empresa de capital norte-americano que vinha prestando serviços de eletricidade em Porto Alegre e Canoas. Por esse Decreto, os serviços dessa empresa passam a ser feitos pela CEEE (CEEE, 2008).

[...] o governo federal, em 68, constitui a ELETROSUL (Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A), na posição de subsidiária da ELETROBRÁS, sendo, por consequência, encarregada da construção e operação de usinas geradoras termo e hidrelétricas bem como seu sistema de transmissão em toda a Região Sul do Brasil, abrangendo os estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul⁵⁰.

Porém a prestação de serviço de energia no Estado gaúcho, antes sob responsabilidade total da CEEE e algumas Cooperativas Rurais, é fragmentado quando no ano de 1997, cerca de dois terços da área de Distribuição da CEEE foram privatizados, surgindo, assim, outras duas concessionárias que passaram a atuar entre os gaúchos.

Hoje, muito mais que empresas estatais, o fornecimento de energia elétrica ao consumidor final está a cargo de grupos de empresas espalhados por todo o território, que compram a energia das grandes usinas repassando para os consumidores. Exemplo que remete às Usinas de pequeno porte no interior do País, que não ficavam responsáveis somente pela distribuição, mas também pela geração da energia e manutenção de toda a rede elétrica. É o caso da Usina Força e Luz Constantina Ltda., que prestava serviços de abastecimento de energia hidrelétrica à sede do município de mesmo nome, e que será mais bem analisada no próximo item.

1.4. A Usina da discórdia – o caso de Constantina

A Usina Sociedade Força e Luz Constantina Ltda.⁵¹, já citada no item anterior, não tinha suas instalações dentro dos limites territoriais do município de Constantina, mas “tinha a represa nas águas do rio Caturetê, logo abaixo da ponte que divide Constantina com Sarandi: a Ponte do Cescon” (depoimento escrito).

No entanto, para os habitantes desta comunidade, era muito significativa, visto que foi um dos itens usados na defesa para a emancipação do município, alegando que a região seria auto-suficiente no quesito energia, conforme parte constante no processo emancipatório:

⁵⁰ Hoje congrega também o Estado do Mato Grosso do Sul (ELETROSUL, 2008).

⁵¹ Ver Decreto de criação em anexo. Único documento legal de sua existência, pois foram empreendidas pesquisas até mesmo na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul e nada foi encontrado.

Desejamos ressaltar, que o futuro município de Constantina – ao contrário do que sucede com inúmeros municípios do Rio Grande do Sul – contará com abundante energia elétrica, para auxiliar no seu desenvolvimento econômico. A 12 Kms. da Vila de Constantina está situada uma usina hidro-elétrica – produto da iniciativa particular – com capacidade para fornecer 375 HP. Essa usina, recém agora começou a fornecer luz e força. Essa circunstância já deu lugar a que inúmeras novas indústrias voltassem suas atenções para Constantina. Sabemos mesmo que alguns industriais já estão com projetos prontos para localizar seus estabelecimentos no nosso atual distrito. Presente, além da colocação de luz nas ruas, processa-se a ligação de todas as residências situadas em Constantina. Estão sendo levantadas linhas de transmissão de corrente para todos os pontos do interior do distrito. Facilmente se pode concluir da inestimável contribuição que isso representará para o progresso de toda a região. Pensa-se também, inclusive, na construção de frigorífico para abate de porcos. Até aqui, a grande produção suína da zona tem sofrido um êxodo total. Em um futuro breve, estaremos presenciando a transformação de nossa matéria prima em fonte de riqueza nova ⁵²(folha 64).

Vale ressaltar que as instalações da usina ainda são encontradas no local de origem, cujo motivo são os processos judiciais movimentados pelos herdeiros. Também se vê que ela tem a estrutura de uma usina de qualidade, possuindo a estrutura básica até hoje exigida para a montagem de empresas do ramo, como mostram as figuras a seguir:



Figura 6 - Usina Sociedade Força e Luz Constantina Ltda - Saída do Duto para o Rio

⁵² PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CONSTANTINA. 1958. Responsável Edi Siliprandi



Figura 7 - Usina Sociedade Força e Luz Constantina Ltda – Vista lateral do reservatório



Figura 8 - Usina Sociedade Força e Luz Constantina Ltda – Saída do reservatório



Figura 9 – Usina Sociedade Força e Luz Constantina Ltda – Gerador



Figura 10 - Usina Sociedade Força e Luz Constantina Ltda – Turbina



Figura 11 - Usina Sociedade Força e Luz Constantina Ltda – Ruínas da casa de força

Observando as fotos anteriores, constata-se, confirmadamente, que as instalações da usina em questão não estão totalmente deterioradas. Afinal percebe-se que a turbina, o gerador, o duto, o reservatório e o canal, caso fosse necessário, precisariam somente de uma reforma para voltar a funcionar. Também, com certeza, a casa de força, como demonstrada em foto, precisaria ser reconstruída pelo fato de que uma parte dela foi demolida por ser feita de madeira e com o tempo tornar-se obsoleta. Já as linhas de distribuição de energia não se encontram mais no local, pois, segundo Pedrotti⁵³ “foram vendidas, não se sabe para quem nem por quanto, assim que a CEEE tomou para si a responsabilidade da distribuição da energia na região” (2008, informação oral).

⁵³ Pedrotti é filho e herdeiro de um dos sócios da Usina, luta na justiça para poder utilizar a terra onde se encontra os resquícios da mesma.

A história desta empresa é permeada de passagens com grande importância na constituição e política do município de Constantina e no desenrolar de sua existência até os anos iniciais da década de 1970.

A documentação da referida usina parece ter desaparecido; o que resta é o Diário Oficial da União permitindo sua atividade somente a partir de 1963. No entanto, pesquisas revelaram que a energia elétrica já era fato consumado na região já no ano de 1941, embora se sabendo que era produzida por um gerador a óleo diesel que fornecia energia a Igreja Matriz do ainda Distrito de Sarandi, denominado Constantina. Tal fato é conhecido através de documentos da paróquia onde consta que “durante o mês de abril, fizeram-se as instalações da luz elétrica, o que ocasionou grande satisfação aos paroquianos”. Também consta no mesmo livro que “no dia 17 de junho de 1941 funcionou pela primeira vez, a luz elétrica”.

A constituição social da Usina Sociedade Força e Luz Constantina Ltda. era feita por Antonio Paschoal Siliprandi, Horacio Izaltino da Luz, Ângelo Colussi, Doutor Santana e José Pedrotti (informação oral).⁵⁴ Os quatro primeiros sócios seriam os responsáveis pelo investimento monetário na sociedade, sendo que a Pedrotti restava conceder à sociedade a área onde a mesma seria construída.

Pedrotti surgiu como sócio no momento em que se opôs à venda da região ribeirinha onde a sociedade seria solidificada. Desta forma, a solução foi torná-lo sócio. Fato que nos dias de hoje transformou-se em um processo judicial para que os herdeiros de Pedrotti reintegrem a terra da Usina às suas próprias terras, visto que este não recebeu nada ao final da desintegração da sociedade.

Conforme tratado anteriormente, a empresa já operava a partir de 1941. Mas o decreto federal que autorizou seu funcionamento data de 08 de outubro de 1963, conforme Diário Oficial da União de 24 de outubro do mesmo ano, seção I, parte I, página 8.971⁵⁵.

Tudo estaria de acordo, se tal usina seguisse oferecendo seus serviços de maneira satisfatória, como consta no próprio decreto de autorização: “[...] ficando a mesma obrigada, para os seus objetivos, a satisfazer integralmente as exigências do Código de Águas (Decreto

⁵⁴ PEDROTTI, 2008

⁵⁵ Cópia do D.O, anexada ao trabalho.

nº 24.643, de 10 de julho de 1934), leis subseqüentes e seus regulamentos, sob pena de revogação do presente ato”.⁵⁶

No entanto, há relatos de que tal fato não ocorria. Até mesmo a Igreja Católica da comunidade ficou sem abastecimento de energia elétrica, precisando acordar com os proprietários da usina para resolver o problema:

Estamos contentes de umas semanas para cá termos novamente luz elétrica na canônica e na Igreja provisória. Para ter esta luz o vigário ajudou com a importância de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros). A contribuição mensal é de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), para a casa paroquial e a Igreja. Temos apenas luz só até meia noite. (p. 58).⁵⁷

Em outra ocasião, para a instalação elétrica na nova Igreja, o vigário solicitou à Usina que fizesse orçamento para as instalações no local. No entanto, a empresa não possuía pessoas competentes para tanto, sendo o serviço terceirizado. O vigário, por sua vez, buscou, por iniciativa própria, profissionais de outra localidade para agilizar o serviço. Sabedores do projeto os “senhores da Usina elétrica”⁵⁸ propuseram que fariam a ligação face o pagamento de dez por cento do total pago à empresa fornecedora da instalação elétrica. O fato não se prolongou, existem lacunas nos documentos. Porém a energia foi ativada logo em seguida⁵⁹.

Em outros vários episódios, contados constantemente por moradores mais idosos, devido a divergências políticas, um dos proprietários da Usina, Siliprandi, ordenava o corte sistemático de energia aos seus desafetos políticos.⁶⁰

Mais uma vez, a Usina, na prática, não cumpria seu papel social de fornecer serviço de qualidade para todos, como foi afirmado ainda nos documentos de emancipação de Constantina citando sua potência de 375HP e da qual teria condições de fornecer conforme

⁵⁶ BRASIL. *Decreto nº 52.626, de 08 de outubro de 1963*. Fração.

⁵⁷ Livro Tombo da Paróquia São José, Constantina, vol. I, p.85.

⁵⁸ Tal expressão é constantemente utilizada junto ao Livro Tombo para caracterizar os proprietários da mesma.

⁵⁹ Sabe-se que o vigário não efetuou o pagamento exigido, mas não se tem idéia de que expediente foi usado para tal.

⁶⁰ Fato curioso e engraçado trata de um episódio no qual Siliprandi ordena o corte de fornecimento de uma determinada casa comercial. Quando o dono percebe, armado, impede o intento. Siliprandi também surge armado e então ficam horas discutindo. Sabe-se que o corte não ocorreu, pois o proprietário do estabelecimento alegava e comprovava pagamentos em dia de suas tarifas e estava disposto a entrar na justiça caso o fato se prolongasse.

informações junto à CEEE energia suficiente para abastecer “aproximadamente, 700 residências com consumo de 270 kWh”⁶¹.

No entanto, mais uma das informações divergentes sobre a mesma é encontrada comparando-se a documentação de emancipação e a ficha de Imposto sobre Serviços – ISS – junto à Prefeitura Municipal de Constantina, onde consta que a usina teria somente a capacidade de geração de 350 HP.

⁶¹ Informação obtida via e-mail, junto à Comunicação Social da CEEE, em 03/04/2007.

2. A INFLUÊNCIA DO PODER NA FORMAÇÃO DE UMA UNIDADE ADMINISTRATIVA

Semanticamente, poder designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. Tanto pode ser referida a indivíduos e a grupos humanos como a objetos ou a fenômenos naturais... Aqui se salientam três conceitos de poder que têm influência direta com o presente trabalho: o poder econômico, o poder ideológico e o poder político.

No que se relaciona ao poder econômico, sabe-se que são referidos valores da posse de certos bens, necessários e considerados como tais. Na maioria das vezes, estes são os donos dos meios de produção, que têm a posse da terra e das indústrias e têm a empresa em seu nome; em oposição, está o trabalhador que nada tem a não ser a sua força de trabalho (mão-de-obra), única força que tem para, em troca, receber um salário mínimo.

Já no que diz respeito ao poder ideológico deve-se observar que este se baseia na influência das idéias formuladas pelo poder dominante. Os formadores de idéias têm a função de consenso, isto é, de criar idéias que mantenham as estruturas intactas, preservando a classe dominante. A família, as religiões, a escola, os meios de comunicação sociais e o direito (lei) são alguns dos aparelhos (instituições) que dão sustentação ao sistema.

Porém é no campo da política que o poder ganha seu papel mais crucial. Esta tem a estrutura burocrática (administrativa) a seu favor. Quem detém o poder econômico e o poder ideológico tem, conseqüentemente, o poder político. O poder político utiliza-se, muitas vezes, de instrumentos mediante os quais exerce a força física (armas de toda espécie e potência). É o poder que se utiliza da força (coação), empregando as mais diferentes formas de violência, para garantir a permanência dos privilégios de determinado grupo. Todas as três formas de poder se fundamentam e mantêm uma sociedade de desiguais.

No presente trabalho é salientado que o poder emana de um pequeno grupo inserido junto à comunidade de Constantina e que este, em hipótese alguma, quer perder esse poder. Seu líder, já será melhor caracterizado no item 3.3, é Antonio Paschoal Siliprandi, que conforme explicitado em depoimentos, era grande detentor de poder econômico e através desse impunha sua força e vontade política.

2.1 Poder e Política

Durante o período da Ditadura Militar no Brasil, existiram grupos que lutaram abertamente por ideais coletivos. É o que se vê em República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar, em um texto de Áurea Petersen e Elisabeth Pedroso, que trata dos movimentos comunitários, em que comenta a existência “de articulações esporádicas de moradores de classes médias e altas para tratarem de questões pontuais ou conjunturais” (p. 215).⁶²

Ainda no presente observa-se a essência destes grupos, diferente de tantos outros que estavam sendo criados para defender direitos de grupos minoritários.

As modalidades de ação desses grupos eram diferentes das adotadas pelos setores de menor renda: predominavam abaixo-assinados encaminhados ao legislativo ou ao governo ou a algum político em especial ou denúncias nos meios de comunicação de massas. Por outro lado, tais movimentos, geralmente, não eram permanentes; costumando desarticular-se tão logo fossem atingidos os objetivos que geraram a mobilização ou refluindo devido ao não atendimento do solicitado.⁶³

Apesar das referidas tratarem de associações porto-alegrenses, cabem perfeitamente àquela que será estudada na seção 4 do presente trabalho, que buscava a encampação da energia elétrica estatal, em Constantina.

⁶² PETERSEN, Áurea; PEDROSO, Elisabeth. Movimentos Sociais Urbanos. In: Coord. Geral Tau Golin, Nelsn Boeria; Diretor do volume René Gertz. *República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

⁶³ Ibidem, p.127

Aqui vale trazer à tona o poder local disputado por dois grupos distintos: o PSD⁶⁴ e posterior ARENA, e o PTB⁶⁵, posterior MDB. Afinal disputavam em todos os aspectos a liderança do pequeno município de Constantina.

Tal fato ocorreu quando um grupo de oposição, em 1966, o qual diziam eles⁶⁶, no intuito de defender os objetivos locais que era o desenvolvimento econômico, advindo de uma melhora na rede elétrica, a qual facilitaria, certamente, a pequena produção industrial existente no local, foi preso acusado de terrorismo, que ameaçava a paz regional. Tal atitude, no entanto, vinha ao encontro às aspirações de um líder pessedista, ou seja, fazia parte do Partido Social Democrático, o PSD, Antonio Paschoal Siliprandi, não só político forte e líder local, mas também um dos proprietários da hidrelétrica que abastecia grande parte da zona urbana de Constantina.

Conforme relatos e documentações⁶⁷, nunca existiu a intenção de barrar a atividade empresarial de Siliprandi.

Ocorre que os munícipes de Constantina viam no grupo de cinco pessoas o meio de buscar melhoras de vida não somente nas pequenas indústrias ali existentes, mas também em suas residências, no seu dia-a-dia.

⁶⁴ O Partido Social Democrático (PSD) foi um partido político brasileiro, fundado em 17 de julho de 1945 e extinto pelo Regime Militar, por intermédio do Ato Institucional Número Dois - o AI-2, em 27 de outubro de 1965. Foi formado sob os auspícios de Getúlio Vargas, reunindo os antigos interventores do governo federal nos estados (como Benedito Valadares em Minas Gerais e Ademar de Barros em São Paulo). Entre 1945 e 1964, junto com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), formava o bloco pró-getulista da política brasileira, em oposição à União Democrática Nacional (UDN) antigetulista. Durante sua existência, foi o partido majoritário na Câmara dos Deputados, tendo eleito dois presidentes da República: Eurico Gaspar Dutra em 1945 e Juscelino Kubitschek de Oliveira em 1955.

⁶⁵ O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi fundado no Rio de Janeiro (então Distrito Federal), em 15 de maio de 1945 sob a inspiração de Getúlio Vargas, seu maior líder e no bojo do Queremismo, movimento popular cuja consigna era *Queremos Getúlio* e que propunha uma Assembléia Constituinte com Getúlio na Presidência da República. Além de Getúlio, a fundação do PTB foi articulada pelo seu Ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho. Sua base eleitoral era o operariado urbano, com forte ligação com os sindicatos. Ideologicamente, as raízes do PTB são o castilhismo gaúcho, o positivismo, traços de social-democracia e o pensamento de Alberto Pasqualini, o maior ideólogo do PTB.

⁶⁶ Araujo e Valle em depoimento oral.

⁶⁷ N.A.: colhido em depoimentos e nos processos de indenização.

Por outro lado, muitos foram aqueles que julgaram e condenaram estes mesmos cidadãos, na premissa de não assimilarem a importância dos fatos descritos, proclamados “pelo bem do povo”.

Assim, chega-se ao ponto de poder, que nasce no momento em que a violência, muitas vezes, é usada para suplantar a vontade de um grupo. Então, será preciso empregar o poder para que a vontade da maioria possa ser efetivada.

O que se quer fazer entender é que todo o povo, qualquer grupo, possuiu poder de persuasão, pois em diversas situações, para se ter ou manter o poder é melhor que haja conflitos, mostrando que se consegue dominar a situação através de vários mecanismos: medo, chantagem, expectativas, sonhos. E, como estes conflitos são marcados, efetivamente, ao longo do processo histórico das sociedades, é preciso entender que saber e poder se completam, nas práticas sociais.

Outro ponto que se nota, já explanado anteriormente, é que todo poder distribuído dentro da rede social possui uma resistência também em rede. Afinal vivem-se “democracias”, muitas delas – é correto afirmar – demagogas.

Dessa forma, percebe-se que os conceitos de Estado, Governo e Poder, são realmente permeados por interesses de grupos específicos, em que, freqüentemente, ultrapassa o bem comum, mas este mesmo pode ter sido usado como subterfúgio para disputas políticas, de poder, particulares.

Neste ponto, é preciso analisar um aspecto muito importante, que influenciou, e muito, no processo como um todo: a economia da região em questão.

2.2. Caracterização socioeconômica da Região da Produção (1959-1970)

Para se compreender o poder e a influência do Estado em uma determinada região, neste caso, a Zona da Produção (conforme figura 12)⁶⁸, do Estado do Rio Grande do Sul, no período compreendido entre 1959 a 1970, deve-se levar em conta as características geográficas e étnicas da região em questão. A área foi mais intensamente povoada a partir da década de 1930, sendo uma localidade com características similares às das “Antigas Colônias”⁶⁹: ondulações e algumas depressões, com clima temperado, com as estações do ano bem definidas e que contou com portugueses, alemães e italianos.

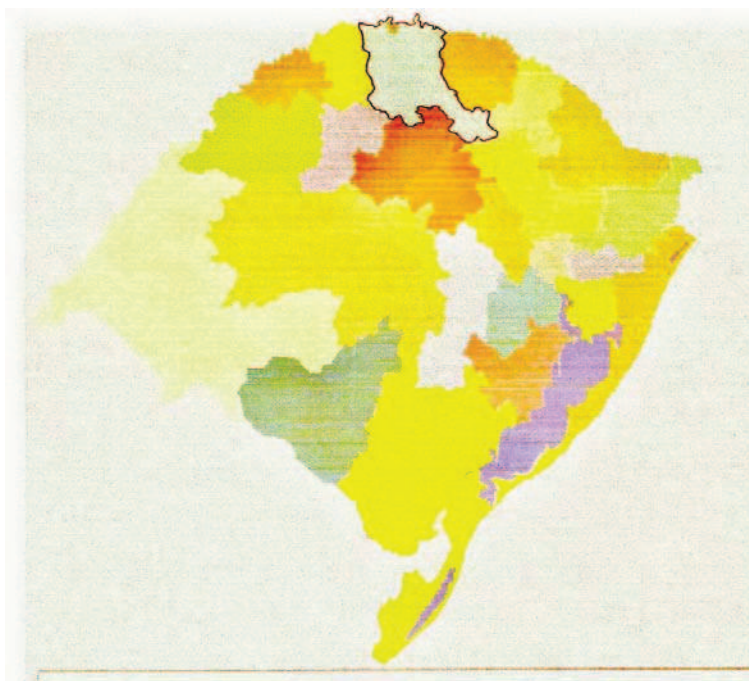


Figura 12 - Rio Grande do Sul – localização da Zona da Produção – em destaque
Fonte: FAMURS

⁶⁸ Zona da Produção que possui uma associação denominada AMZOP: Associação dos Municípios da Zona da Produção, que compreende os municípios de Alpestre, Amestista do Sul, Barra Funda, Boa Vista das Missões, Caiçara, Cerro Grande, Chapada, Constantina, Cristal do Sul, Dois Irmãos das Missões, Engenho Velho, Erval Seco, Frederico Westphalen, Gramado dos Loureiros, Iraí, Jaboticaba, Lajeado do Bugre, Liberato Salzano, Mato Castelhano, Nonoai, Nova Boa Vista, Novo Barreiro, Novo Tiradentes, Novo Xingu, Palmeira das Missões, Palmitinho, Passo Fundo, Pinhal, Pinheirinho do Vale, Planalto, Pontão, Rio dos Índios, Rodeio Bonito, Ronda Alta, Rondinha, Sagrada Família, São José das Missões, São Pedro das Missões, Sarandi, Seberi, Taquaruçu do Sul, Três Palmeiras, Trindade do Sul, Vicente Dutra, Vista Alegre. recebendo este nome por serem municípios basicamente voltados à produção de grãos e à pecuária de corte, leiteira e suína. Ocorrendo em determinadas áreas a existência de indústrias que beneficiam tais produtos. Além disso, possui a Rodovia Presidente Kennedy, BR 386, ou Rodovia da Produção utilizada para escoar toda esta produção para centros onde existem mais indústrias voltadas ao benefício dos mesmos, ou portos.

⁶⁹ Como os primeiros moradores italianos de Constantina chamavam suas terras de origem: Bento Gonçalves, Garibaldi.

Como alguns estudos demonstram, a economia rio-grandense ateve-se nas décadas de 30 a 80, do século passado, basicamente à lavoura, industrialização e pecuária, com grande incentivo governamental à segunda, uma vez que, segundo atesta Müller (p.358):⁷⁰

[...] os mercados regionais dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul se fusionam, perdendo suas características próprias de expansão das forças de produção, dando lugar a uma economia industrial integrada e, preferencialmente, localizada no centro-Sul do país.

Economia esta que se tornou forte e efetiva a partir do período de 1957-1961, quando, significativamente, parte do setor econômico do país voltou-se para o desenvolvimento industrial.

O Rio Grande do Sul sempre desempenhara um papel periférico na economia e na política do País, mas visava à amplidão dos horizontes e do desenvolvimento industrial. Via-se o Estado somente como celeiro de grãos e produtor de carne, e não como uma região com potencial para indústrias. Ponto importante era a parte do financiamento do investimento industrial e os aspectos burocráticos para alcançar vultosos valores para implementar o parque industrial no Estado.

O referido Estado mostrava diversidades de economias regionais. A Região da Produção estava baseada essencialmente na agricultura, com alguns resquícios de pecuária e pequenas indústrias. Sua riqueza agrícola repousava na produção de soja, milho, trigo, e, em alguns pontos, o fumo. Na área que abrange nosso objeto de análise, Constantina, toda a produção de grãos era levada para a sede do município: Sarandi. Na questão da pecuária, o forte se encontrava na criação de suínos e bovinos, que eram exportados em sua quase totalidade para outras cidades: Passo Fundo, Guaporé, entre outras. Muitas vezes, tanto os grãos quanto a produção da pecuária tinham este destino por não existir, neste espaço, meios de beneficiar, mas principalmente, armazenar tais produtos. Financeiramente seria viável que esta produção permanecesse neste local, porém o grande empecilho residia na falta de estrutura para conservação dos itens ali produzidos. Isto é, a reduzida capacidade das fontes de energia existentes no município que não comportavam sequer um pequeno frigorífico,

⁷⁰ MÜLLER, Geraldo. A Economia Política Gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. (Org.). RS: Economia e Política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

onde o gado suíno pudesse ser industrializado e, posteriormente, comercializado, trazendo, assim, mais lucros e mais desenvolvimento para a região, por exemplo.

Nas palavras de Müller:⁷¹

O que se sustenta aqui é que o meio rural sul-rio-grandense constituía-se, à época, num mercado singular, com forma de industrialização organicamente conectada à agropecuária. [...] aqui, no RGS, se assiste a um espetáculo diferente: paralelo a um notável progresso industrial, desenvolve-se uma agricultura progressiva.

Na região mais específica ainda, onde está inserido o município em estudo, Constantina, deparávamos, no período em destaque, com empresas familiares de vários ramos: lojas de secos e molhados⁷², comércio de grãos – transportados, sobretudo para Passo Fundo; transportadoras de cargas, oficinas mecânicas, moinhos rústicos movidos a roda d'água, ferrarias. Na zona rural eram pequenas propriedades que cultivavam produtos e criavam víveres para subsistência; poucas eram as propriedades que produziam em quantidade para revender, tanto grãos como víveres, tais como bois, porcos, aves.

Muitos proprietários destas empresas e pequenas propriedades, no intuito de desenvolver a região, na tentativa de mudar esta realidade e pensando em tornar Constantina um município desenvolvido, buscaram sua emancipação, através de um grupo político com poder e força, junto ao Estado. Tais pessoas provinham de famílias abastadas para a região, alguns faziam parte da representação legislativa em Sarandi, município-mãe de Constantina.

2.3 Os homens políticos de Constantina e o poder local

Quando a população de um espaço físico opta por tornar-se independente, desagregar-se de outro espaço maior – aqui se referindo à emancipação – torna-se necessário que as diferenças entre os moradores da localidade sejam anuladas, conforme diz Teixeira (p.48)⁷³:

⁷¹ Ibidem, p.366

⁷² Modo como as pessoas da época denominavam o estabelecimento comercial onde tudo era encontrado.

⁷³ TEIXEIRA, Elenaldo. *O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Na sociedade complexa os grupos de interesses são numerosos e, assim, é indispensável que suas demandas sejam agregadas por agentes que façam a ligação entre sociedade civil e sociedade política.

Para obter cooperação entre indivíduos e grupos tão diferentes é preciso, [...], chegar a um consenso mínimo sobre questões básicas como condições da cidadania, participação, direitos fundamentais, acesso à riqueza, ao poder, ou, pelo menos, em torno de alguns procedimentos básicos.

Esses conceitos podem ser exemplificados a partir da análise dos grupos políticos existentes em cada localidade, pois se percebe que em grande parte todos eles estão intimamente ligados aos grupos detentores do poder econômico desta mesma região e, em outros casos, a grupos acadêmicos, por exemplo. No entanto em determinadas épocas ou situações esses mesmos grupos tão distintos se unem em busca de objetivo em comum.

Conforme Wolfgang Leo Maar declara (p.13):⁷⁴

Existem, portanto, em um mesmo instante, várias políticas, ou ao menos várias 'propostas políticas' na sociedade. Em decorrência, há uma situação dinâmica em que as diversas propostas relacionam-se entre si e com a trama social a que procuram conferir uma expressão política.

Partindo desse pressuposto salienta-se, para análise do trabalho, a situação perpetrada no município em questão estudado que, por menor que seja, também possui períodos de união ou não entre os grupos detentores tanto do poder político como econômico.

Dessa forma, traça-se um rápido panorama a respeito dos partidos existentes na região estudada e no período em questão. As agremiações políticas mais influentes na região de Constantina e Liberato Salzano, distritos pertencentes a Sarandi, e que buscavam a emancipação eram, na época, PSD e PTB⁷⁵. Tais partidários, como já descritos acima, uniram

⁷⁴ MAAR, Wolfgang Leo. *O que é Política*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

⁷⁵ O PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, foi fundado no Rio de Janeiro (então Distrito Federal), em 15 de maio de 1945 sob a inspiração de Getúlio Vargas, seu maior líder e no bojo do Queremismo, movimento popular cuja consigna era *Queremos Getúlio* e que propunha uma Assembléia Constituinte com Getúlio na Presidência da República. Além de Getúlio, a fundação do PTB foi articulada pelo seu Ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho. Sua base eleitoral era o operariado urbano, com forte ligação com os sindicatos. Ideologicamente, as raízes do PTB são o castilhismo gaúcho, o positivismo, traços de social-democracia e o pensamento de Alberto Pasqualini, o maior ideólogo do PTB. Entre 1945 e 1964 foi o PTB o partido que mais cresceu, tanto em número de votos, quanto em número de filiados: em 1946 o PTB tinha 22 deputados federais; em 1964 já tinha 104. Isto refletiu a crescente urbanização e industrialização que o Brasil experimentou naqueles anos. O PTB era, entre os grandes partidos de então, o mais à esquerda, e era constantemente acusado pelos opositores de ter políticas comunistas. O programa partidário do PTB pregava diversas reformas, como a urbana, a agrária e a educativa, e tinha ênfase no crescimento econômico, desenvolvimento industrial, nacionalização de recursos e na educação. Estava incluído no contexto populista que dominou a prática política a partir do Estado Novo em diante.

forças para chegar ao consenso e conquistar a emancipação. Porém esta “paz” foi até o momento em que a primeira legislatura formou-se legalmente, através das eleições de 1959.

Todavia, no presente objeto de estudo, é importante destacar não somente os homens que lutaram pela emancipação, mas aqueles que foram atores diretos do ocorrido na madrugada de abril de 1966. É o proposto a partir do momento⁷⁶. Para que o estudo fique mais sistematizado, as descrições serão feitas em duas partes: a primeira caracterizando os envolvidos ligados ao PSD e a segunda com os envolvidos ligados ao PTB, conforme quadro a seguir.

Quadro estabelecendo os principais personagens do período estudado

Nome do Político	Partido a que pertencia	Função na comissão de emancipação de Constantina	Papel nas prisões de 1966
Edi Siliprandi	PSD/ARENA	Presidente da Comissão	Filho de um dos acusados de delatar os presos.
Narciso Mafessoni	PSD/ARENA	2º Tesoureiro	-
Antonio Paschoal Siliprandi	PSD/ARENA	-	Suposto delator das prisões; vereador na época; sócio gerente da usina tida como causa das prisões.
Horacio Izaltino da Luz	PSD/ARENA	-	Sócio da usina – causa das prisões.
Mario Eduardo Giacomini	PSD/ARENA	-	Presidente da Câmara na época das prisões. Pertencia ao círculo de influência de Siliprandi.
Alberto Machado	PSD/ARENA	-	Médico – proprietário de hospital no município, mas que auxilia na estatização da Energia Elétrica.
Ulisses Araujo e Silva	PTB/MDB	Vice-presidente da Comissão	Tio de um dos presos e um dos líderes do MDB na época
Selcio Araujo e Silva	PTB/MDB	1º tesoureiro da Comissão	Primeiro prefeito eleito de Constantina, tio de um dos presos e líder do MDB na época
Hermeto Antonio Araujo e Silva	PTB/MDB	-	Vereador e um dos presos. Líder do MDB na Câmara. Primeiro Vice-prefeito de

⁷⁶ Vale ressaltar que não foi possível caracterizar todos pela distância geográfica em que se encontram e pela não localização.

			Constantina.
Antonio de Oliveira Valle	PTB/MDB	-	Um dos presos e também líder do MDB.

Fonte: Entrevistas orais conforme consta lista junto às referências.

A Presidência da Comissão ficou a cargo de Edi Siliprandi, jovem advogado, ligado ao PSD, várias vezes candidato a vereador pelo Distrito, mas nunca eleito, filho de um dos primeiros vereadores do município de Sarandi, Antonio Paschoal Siliprandi, influente comerciante da região.

Durante toda a sua vida política Edi Siliprandi sempre navegou por várias agremiações políticas, desde que estas pudessem suprir e apoiar seus projetos. Após algum tempo depois da emancipação de Constantina, tendo o seu partido de então perdido o pleito para os adversários do PTB, Edi migrou para o Paraná e lá constituiu uma vida política mais sólida, com cargos de certo grau de influência: em 1991, pelo PDT, foi eleito deputado Federal; em 1994, ocupava o mesmo cargo pelo PSD. Em todas as suas proposições estava a criação, desta vez, de Estados; em 1991, a criação do Estado do Iguazu, permanecendo este intento até meados de 1994. Neste mesmo ano dedicou-se a criar o Estado de São Paulo do Sul. No entanto todas as proposições tornaram-se improdutivas, devido à falta de continuidade dos processos e à falta de apoio de parlamentares e governos locais.⁷⁷

Outro integrante da comissão e que detinha o cargo de Segundo Tesoureiro era Narciso Mafessoni, também integrante de família tradicional do local e comerciante. Fazia parte do clã Siliprandi, já que se casou com Geni Siliprandi, filha de Franklin Siliprandi, que, por sua vez, era primo em segundo grau de Edi Siliprandi. Participava ativamente do PSD, sendo desta forma o único companheiro partidário de Siliprandi neste processo. Mais tarde, com o município já instalado, Mafessoni torna-se um dos primeiros vereadores eleitos. Com família numerosa, primava pela educação dos filhos, principalmente das meninas, sendo que das quatro, duas tornaram-se professoras. Já o único filho homem tornou-se seu ajudante em sua loja de confecções, também já falecido.⁷⁸

⁷⁷ Relato oral de Deomir Ítalo Carboni, e

http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_lista.asp?Autor=490795&Limite=N

⁷⁸ Informações obtidas com a filha do referido: Carmem Mafessoni Zanella.

Antonio Paschoal Siliprandi, pai de Edi Siliprandi, casado com sua prima Ida Siliprandi, foi um próspero comerciante em Constantina, administrando loja de confecções, posto de combustíveis, compra e venda de cereais e suínos. Influente líder político no local pelo PSD. Eleito vereador para a Câmara de Sarandi, participou efetivamente da campanha de emancipação deste e, mais tarde, apoiando seu filho, da emancipação de Constantina. A paixão política era extremamente forte em sua pessoa, tanto que a usou, em 1966, como forma de proteção para um de seus empreendimentos: a empresa de energia Força e Luz de Constantina. Chamado como Caudilho por alguns moradores antigos do município utilizava seu poder econômico para alcançar seus objetivos e muitas vezes fazer valer suas vontades, por outros era tido como os coronéis do Nordeste⁷⁹, figura tradicional na localidade, dominando a todos pelo carisma, poderio econômico, técnico ou intelectual, mas também pelo medo, eis que, geralmente, o coronel também detém influência nos meios políticos, podendo ser eles próprios ou públicos.

Horácio Izaltino da Luz foi vereador pelo Distrito de Constantina, em Sarandi. Pessoa bem quista na comunidade e grande líder. Fazia parte do PSD, era proprietário de comércio no interior de Constantina e agricultor de grande destaque, mas sempre atuou na organização e na busca de melhorias para o município. Foi um dos sócios de Antonio Paschoal Siliprandi na empresa Força e Luz Constantina Ltda., uma das causas, segundo consta nos processos de indenização, da prisão do grupo dos cinco em 1966.⁸⁰

Mario Eduardo Giacomini, filho de Jacob Giacomini e Ana Moretti, nascidos em Putinga, Rio Grande do Sul, migram para Constantina logo após o casamento juntamente com os pais de Ana, Eduardo e Luisa Moretti. Agricultores, eles tinham algo de incomum para aquela época: ambos estudaram até o quarto livro, oportunizando que as crianças também fizessem até o 4º livro, ensino mais comum na época. Ele, Mario, e seus irmãos Isolda e Domingos, nasceram em Constantina, sendo que Isolda é a filha mais velha do casal. Mario perdeu o pai muito cedo (ele, o pai, contava com apenas 28 anos de idade), quando pereceu de tifo⁸¹. Incomum naquela época seria a viúva permanecer sozinha, com três crianças para criar e cuidando de uma pequena propriedade agrícola. Com o tempo venderam esta propriedade, quando os meninos, já crescidos, pensavam em melhorar de vida e de ramo. Criaram então a

⁷⁹ Informações obtidas a partir de depoimentos de Loir Pedrotti, Antonio de Oliveira Valle, Mario Eduardo Giacomini e Deomir Ítalo Carboni.

⁸⁰ Informações obtidas a partir de depoimentos de Loir Pedrotti, Antonio de Oliveira Valle e Deomir Ítalo Carboni.

⁸¹ Doença infecciosa febril, transmitida ao homem por piolhos e carrapatos.

empresa Mario e Domingos Giacomini, que comercializava todos os tipos de mercadorias, de ferramentas a cereais e suínos, transportados até Passo Fundo com um caminhão da própria empresa, coisa rara na época. Mario casou-se com Lorita Algarve, “filha de Maria”⁸², e tiveram 10 filhos, destes nenhum é envolvido com a vida política.

Entrou na política a pedido de pessoas do município, pois era muito “humanitário”⁸³, sempre partidário do PSD. Foi vereador em várias legislaturas: 1964 a 1968 (período das prisões); 1973 a 1976 e 1977 a 1982. Influenciou, inclusive, seu irmão mais novo, Domingos, que acabou tornando-se prefeito municipal de 1983 a 1988. Hoje orgulha-se de, pelo menos, ter um genro e um sobrinho na política.⁸⁴

Alberto Machado, nascido em 19 de outubro de 1933, em Laguna, SC. Seus pais chamavam-se Manoel José Machado e Amélia da Silva Machado. Seu pai cursou somente o primário incompleto, nem chegando ao 4º ano, era autodidata, na vida adulta recebeu a licença de “solicitador”, o rábula⁸⁵ ou provisionado. Assim ganhava a vida, cuidando de uma família com dezesseis pessoas. Já sua mãe, Amélia, era analfabeta. Fez o primário, até a 4ª série, no Colégio Stella Maris, de Laguna, colégio de freiras. O ginásio, da 5ª a 8ª séries, inicialmente no Ginásio Lagunense, em Laguna, SC, e depois no Ginásio Frei Rogério, escola de padres maristas, em Joaçaba, SC. Ao término do ginásio em Joaçaba, já que seu pai não tinha condições de lhe oferecer mais estudos, dirigiu-se ao Rio de Janeiro, com apenas 15 anos de idade, onde trabalhava de dia e estudava à noite. Fez o ensino médio⁸⁶, optando pelo curso Científico. Em 1956, foi aprovado e matriculado no 1º ano da Faculdade de Medicina da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), formando-se em dezembro de 1961, e recebendo o diploma em 09 de janeiro de 1962, em solenidade no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Anterior a sua ida a Constantina, trabalhou em Abelardo Luz, município de Santa Catarina. Em março de 1963 foi para Constantina, já casado e com uma filha de 2 meses. Trabalhou como contratado no Hospital São Roque, que se encontrava fechado por falta de médico, construído por um grupo político, adversário político do grupo que era proprietário do outro hospital já existente no Município, onde trabalhava o Dr. Panazzollo. O antigo PSD

⁸² Expressão usada por Mario E. Giacomini que designava as moças na época muito devotas à Maria, que iam diariamente rezar o terço na Igreja.

⁸³ Expressão que Mário usou para dizer que ajudava a todos, sem distinção.

⁸⁴ Informações obtidas a partir de depoimento de Mario Eduardo Giacomini.

⁸⁵ Homem que, com certificado fornecido pelas autoridades da época, podia advogar no seu município e nos municípios vizinhos, com certas limitações. Havia causas em que não podia advogar, só advogado formado, e outras em que podia advogar como se advogado fosse.

⁸⁶ Naquela época eram oferecidos dois cursos: o Clássico e o Científico.

tinha como líderes mais importantes os Senhores Antonio Paschoal Siliprandi, Ricieri De Carli, Horácio da Luz, Desidério Paludo, Gabriel Paludo, e outros⁸⁷.

Além de médico clínico geral, Machado foi integrante do grupo que conquistou o Ginásio Estadual para Constantina, sendo um de seus primeiros professores, ministrando aulas, a princípio, gratuitamente. Hoje vive entre Constantina, RS, e o litoral de Santa Catarina, com sua esposa, Marli.⁸⁸

Ulisses Araújo e Silva, proprietário de comércio e estabelecimento de moagem, e Selcio Araújo e Silva, que possuía comércio forte no interior do Distrito de Constantina, participaram, respectivamente, como vice-presidente e Primeiro Tesoureiro da Comissão Emancipacionista. Eram de família influente no então Distrito Constantina, comerciantes com grande grau de desenvolvimento. Integrantes do PTB. Ambos falecidos, eles estão no dia-a-dia do povo constantinense como nome de ruas e campeonatos municipais.⁸⁹

Hermeto Antonio Araújo e Silva, primo e herdeiro político de Ulisses e Selcio, tem no sangue a política. Desde aquele período integra com afinco a liderança de agremiações partidárias, em princípio PTB, hoje PMDB. Advogado e contador, possui escritório até hoje no município. Primeiro vice-prefeito de Constantina, eleito vereador por várias legislaturas; em 1966 foi preso, acusado de tentar, juntamente com outras pessoas, tomar o Destacamento da Polícia Militar no Município. Parece que o fato o ajudou a vencer a eleição de 1967 para prefeito. Também foi diretor do Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens (DAER) durante o período de governo de Pedro Simon e, até pouco tempo atrás, era integrante do Conselho de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. Em 1997, juntamente com seus companheiros presos, foi considerado preso político e recebeu do Governo Federal uma indenização. Ainda destaca-se como um dos líderes do PMDB da região⁹⁰.

Antonio de Oliveira Valle, natural de Palmeira das Missões, RS, foi ainda jovem para Constantina, onde atuou como Professor do Ginásio. Casou-se com Lucila Caleffi, o que chocou certas famílias do município pelo fato de uma jovem de família tradicional da

⁸⁷ N.A.: Percebe-se que as disputas políticas estavam bem visíveis naquela época, tanto que um hospital foi construído e administrado por um partido político, o PSD, para combater o outro hospital que era do PTB.

⁸⁸ Informações obtidas do próprio Alberto Machado, via e-mail.

⁸⁹ Informações através de depoimento oral de Hermeto Antonio Araujo e Silva.

⁹⁰ Informações do próprio Hermeto Antonio Araujo e Silva, de forma oral.

comunidade casar-se com um “caboclo de Palmeira”⁹¹. Mesmo enfrentando preconceitos, atuou como advogado e hoje é um dos mais notórios criminalistas da região, inclusive sendo convidado para trabalhar em alguns processos nos Estados de Tocantins, Goiás e Mato Grosso. Considerado um historiador autodidata, faz parte do grupo de tradicionalistas respeitados na região, o que lhe oportuniza, seguidamente, ser convidado a fazer palestras sobre a História do Rio Grande do Sul. É o autor do Hino do município de Constantina, no qual através de sua letra conta a história da criação do mesmo, desde os tempos de desbravamento das terras até a emancipação.

Quanto à política partidária, quando chegou em Constantina, percebeu que suas inclinações políticas, a princípio, eram pelo PTB. Mais tarde integra o MDB e torna-se, desde então, um líder político do município.⁹²

Assim, fica evidente que os grupos eram formados por homens “fortes” da localidade, que tinham grande prestígio profissional e financeiro, muito admirados pela população local. O que os tornava aptos a liderar movimentos que mudassem o futuro das pessoas.

Por conseguinte, é preciso demonstrar como o grupo tornou-se apto em buscar este ideal, mostrando que o local tem força sobre o global. Afinal, desde a infância o indivíduo é condicionado a acreditar que as formas de organização do seu cotidiano pertencem naturalmente a uma misteriosa esfera superior, o Estado. É importante que cada indivíduo tenha consciência da necessidade de recuperar o controle dos problemas com suas devidas soluções e sob sua responsabilidade.

Um exemplo, locado no objeto de estudo do presente, é a questão da emancipação da região, hoje, de Constantina, Liberato Salzano, Novo Xingu e Engenho Velho. No fim da década de 1950, os líderes locais, para sanar os problemas existentes e buscar seu desenvolvimento, partiram para a emancipação, questão a ser tratada no próximo item.

Para que o interesse local supere o Geral é preciso que o poder do primeiro adquira uma grande importância, com cooperação de todos os setores buscando um único objetivo: a

⁹¹ Expressão, que segundo José Antonio de Oliveira Valle, era usada para caracterizá-lo na época.

⁹² Informações obtidas através de depoimento oral e relatório enviado pelo próprio Antonio de Oliveira Valle.

melhoria de vida para todos, não somente para uma pequena parcela. Todo cidadão deve exercer sua participação política, é um direito, mas também um dever dele, afinal, segundo Dallari (p.34):⁹³

[...] a participação não depende de se desejar ou não, pois mesmo aqueles que não tomam qualquer atitude são utilizados pelos grupos mais ativos, visto que o silêncio e a passividade são interpretados como sinais de concordância com as decisões do grupo dominante [...] ‘ quem cala consente ’ [...]

Um exemplo gritante no Brasil: é sabido que a maior geração de impostos, empregos formais, proporcionalmente, são gerados pelas pequenas e médias empresas, mas as mesmas não possuem voz forte nas mesas de decisões, as mesmas são tomadas pelas grandes empresas que achatam as pequenas e médias e enriquecem cada vez mais. Mas se está, segundo Dawbor (1999, p. 50), na

era dos processos econômicos e sociais articulados, da diversificação e da complexidade global, que exigem participação consciente e contribuição organizada de todos [...] são coisas que se resolvem com a articulação de diversos mecanismos e com muito pragmatismo na busca de soluções.

O município deve ter capacidade de estudar o melhor núcleo para se desenvolver, buscar investimentos, criando conjunto de infra-estrutura aceitável para que ocorra este investimento e, possivelmente, o desenvolvimento, pois conforme Dowbor⁹⁴ afirma: “Um município passivo pode se tornar uma simples periferia de uma grande empresa produzindo matéria-prima para a transformação cujos frutos não retornam ao município, levando a uma desvalorização progressiva dos recursos tanto naturais como humanos”.

A solução para o local conseguir se autogovernar, na plenitude da palavra, também segundo Dowbor,⁹⁵ talvez seja simples: “assegurar o uso de recursos que permita maximizar o desenvolvimento”. Cuidando, no entanto, para que haja um equilíbrio social e a preservação dos recursos não renováveis, para, então, termos um desenvolvimento democrático e consciente.

⁹³ DALLARI, Dalmo de Abreu. *O que é Participação Política*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

⁹⁴ Ibidem, p. 63

⁹⁵ Ibidem, p. 71

Surge então a participação política de toda a comunidade, na qual é ela que irá ajudar a definir as diretrizes de seu município, podendo iniciar esta participação no próprio processo de criação do município. Lógico que precisará seguir todo um trâmite legal para alcançar tal objetivo, mas o povo precisa participar de todas as etapas do processo. Isso pode ser definido como cidadão participante e atuante.

2.4 O nascimento de um município

Como proposto no item anterior, todo o processo que envolve a emancipação de uma região é longo, permeado de arrematação de documentos e exige, com certeza, que o povo participe ativamente. Neste caso o processo é referente à criação do município de Constantina.

O projeto e o processo de emancipação, iniciado em 1957, quando ocorreu a formação do município era longo, dispendioso, e carregado de trâmites legais, para a época. O volume que compreende todo o processo era constituído de muitas provas sobre diversas características para a formação do novo município, além de apresentar o abaixo-assinado dos moradores das localidades que fariam parte do novo município.

Era preciso provar o número de habitantes, sendo que, já, naquele período era estipulado, “conforme lei nº 2.947, de 4 de outubro de 1956, artigo 3º - São condições essenciais à criação de novos municípios: I – População mínima de 12.000 habitantes”.⁹⁶

O perímetro que compreenderia o novo município possuía, conforme relatório expedido pelo Instituto Nacional de Estatística, Agência Municipal de Estatística:

QUE, a população do distrito de CONSTANTINA é de 7.461 e do distrito de LIBERATO SALZANO (Ex-Baitaca), é de 4.714 habitantes respectivamente, perfazendo um total de 12.175 habitantes. QUE, não estão computados os habitantes das zonas requeridas nos distritos de Rondinha e Ronda Alta, por não haver dados numéricos, referentes a estas áreas.⁹⁷

⁹⁶ PROCESSO EMANCIPATÓRIO, 1958, folha 13.

⁹⁷ Ibidem, folha 18

Também seria preciso comprovar que esta região teria receita suficiente para se manter:

Diz a lei nº 2.947, de 4 de outubro de 1956: II, § 1º - Considera-se suficiente para a manutenção de seus serviços, na forma da lei, para o efeito da inciso II deste artigo, receita não inferior a Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), provenientes de impostos e taxas atribuídos à competência dos municípios, excluídas as quotas previstas nos artigos 15, §§ 2º e 4º, e artigo 20 da Constituição Federal e as referentes à Taxa de Transportes⁹⁸

Tal item foi comprovado com uma Certidão expedida pela Prefeitura Municipal de Sarandi, assinada pelo Senhor Ruy Carlos Rassale, Contador, que certificava:

[...] para fins de emancipação, que o total dos tributos que deveriam mas que não foram recolhidos, no Exercício de 1.957, pelos Distritos de CONSTANTINA e BAITACA⁹⁹, é de Cr\$ 1.700.744,40 (HUM MILHÃO SETECENTOS MIL, SETECENTOS QUARENTA E QUATRO CRUZEIROS E QUARENTA CENTAVOS)¹⁰⁰

Além destas comprovações era preciso apresentar uma lista em que estavam elencadas as possíveis possibilidades de desenvolvimento, tanto no comércio, como na indústria, na agricultura, nas rendas públicas, no ensino, na comunicação e transporte, nas associações recreativas e desportivas.

Um dos pontos destacados no processo, como item a ser estudado para auxiliar na emancipação, foi a questão da energia elétrica que a localidade possuía em forma de uma Usina denominada Sociedade Força e Luz Constantina Ltda, história já relatada no capítulo anterior.

Também era preciso a comprovação da existência de prédios que pudessem abrigar a sede do novo município e que o mesmo dispusesse de infra-estrutura que comportasse um município. Assim, através de fotos e Certidão expedida pela prefeitura Municipal de Sarandi, comprovou-se estas condições: “CERTIFICAMOS, para fins de Emancipação, que existem, na sede do Distrito de CONSTANTINA, 55 (CINCOENTA E CINCO) prédios¹⁰¹” (PROCESSO EMANCIPATÓRIO, Certidão anexada, 1958, folha 155).

⁹⁸ Ibidem, folha 21

⁹⁹ Denominação de Liberato Salzano, no período.

¹⁰⁰ Ibidem, folha 24

¹⁰¹ Certidão expedida pela Prefeitura Municipal de Sarandi, datada de 18 de janeiro de 1958, e parte constante do processo, folha nº 155.

Com tais provas ficou claro que o então Distrito possuía Hotel, Escola, Casas Comerciais, Cartório de Registros Públicos, Hospital, Serrarias etc.

Somente os documentos, entretanto, não eram o suficiente; seria necessário que alguém se dispusesse a juntar tais documentos, montar o processo e tornar aquele objetivo uma realidade. Quem assumiu tal responsabilidade para si no emprego de forças e trabalho, como já especificado, foi Edi Siliprandi, herdeiro de Antonio Paschoal Siliprandi, que, por sua vez, participou da emancipação do município de Sarandi, em 1939.

Vale ressaltar que todo esse processo de emancipações precisava seguir as regras de diversas leis estaduais que tratavam da Divisão Territorial do Estado¹⁰².

Processo até hoje demorado¹⁰³, mas que naquela época parecia mais, pois a capital era mais “distante”¹⁰⁴, os recursos mais parcos; no entanto, talvez tenha sido uma das poucas vezes que, independente de agremiação partidária, o povo de Constantina uniu-se para alcançar um objetivo: a emancipação.

Município formado, inicialmente, por nativos Caingangues¹⁰⁵, descendentes de alemães, portugueses e italianos, este é um território muito restrito, possuindo cerca de 292,40 Km², e tendo hoje, a maior parte da população, nascida neste chão. Sobre a questão, afirma Carini (p.138):¹⁰⁶

O norte do Rio Grande do Sul era um dos ‘vazios’ demográficos a serem preenchidos, [...], mantendo-se, assim, até o século XIX. No caso do médio Alto Uruguai, as *frentes de expansão* avançaram sobre os campos de Passo Fundo, Palmeira e Nonoai a partir da segunda década do século XIX, com o estabelecimento das primeiras estâncias de criação de gado e com a chegada de tropeiros/posseiros milicianos paulistas e paranaenses, cognominados também por ‘birivas’[...]

¹⁰² Leis nº 2.116, de 24 de setembro de 1953; 2126, de 23 de novembro de 1953; 2624, de 17 de maio de 1955; 2688, de 8 de setembro de 1955 e 2947, de 4 de outubro de 1956. Todas relacionadas junto ao dossiê de emancipação de Constantina, formulado pelo presidente da Comissão Emancipacionista, o Senhor Edi Siliprandi.

¹⁰³ Foi recebido na Assembléia Legislativa, pela Diretoria dos Serviços Legislativos, Serviço de Comunicações e Arquivo, em 30 de abril de 1958, e o resultado positivo somente exposto em 14 de abril de 1959.

¹⁰⁴ Aqui a palavra distante se refere à questão de estradas ruins, transportes arcaicos, o que agregava mais tempo de chegada ao destino.

¹⁰⁵ Sobre o assunto ressalta-se o livro *Estados, Índios e Colonos: o conflito na reserva indígena de Serrinha norte do Rio Grande do Sul*, de Joel João Carini, pela Editora UPF, 2005.

¹⁰⁶ CARINI, Joel João. *Estado, índios e colonos: o conflito na reserva indígena de serrinha norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2005.

A área de terra onde hoje encontramos o município de Constantina pertenceu a diversos municípios¹⁰⁷, mas em seu último período, como distrito, pertenceu a Grande Região de Sarandi, sendo instituído como 3º Distrito deste. Naquela época não possuía o nome atual, sendo denominado como Vila de Benjamin Constant, adotando o nome de Constantina somente através do Decreto Lei nº 720, de 29 de dezembro de 1944¹⁰⁸. Também dele já foram criados outros três municípios: Liberato Salzano, Engenho Velho e Novo Xingu. Hoje, dentro do contexto estadual, o referido está conforme o mapa a seguir.

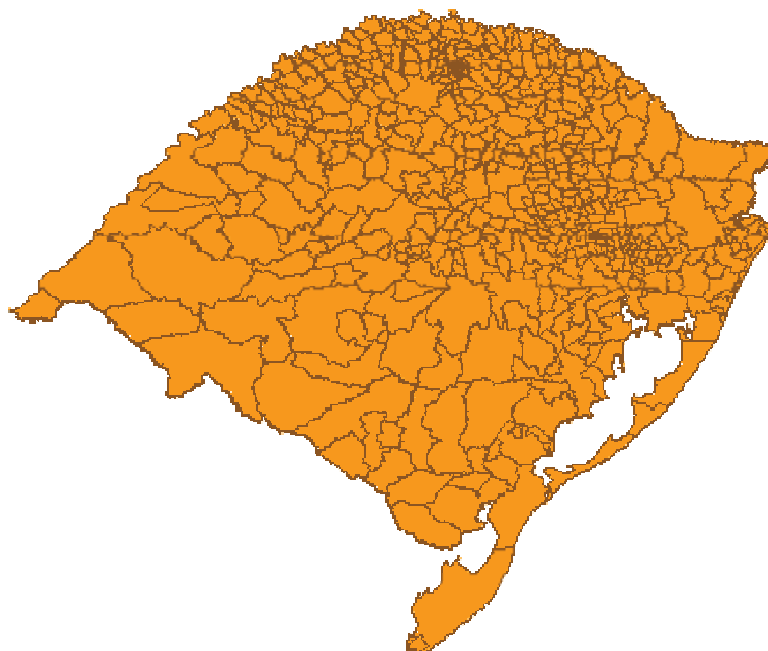


Figura 13 - Rio Grande do Sul – localização de Constantina
 Fonte: Coredes/2006 (Constantina está em destaque)

As terras em que hoje fica a sede do município, seu centro, foram doadas pelo Senhor Bento Rodrigues de Almeida¹⁰⁹, detentor de grande área e comerciante daquele vilarejo. Nesta área hoje encontramos a Igreja Matriz, o Salão Paroquial e a Casa das Irmãs da Congregação

¹⁰⁷ Até 1928 era o 9º Distrito do município de Palmeira das Missões; a partir de outubro de 1929 passou a fazer parte de Passo Fundo, e em 1949, com a emancipação de Sarandi, integrou-se a este.

¹⁰⁸ O nome anterior a Vila Benjamin Constant era “João Pessoa”, distrito de Taquaruçu, autorizada pelo ato nº 489, de 24 de fevereiro de 1931, em ato constante nos arquivos da Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo.

¹⁰⁹ Sua família veio se estabelecer nesta região para efetivar o plantio do fumo e comercializá-lo com Guaporé, Marau, Nova Prata, de onde mais tarde migraram os italianos para Constantina.

de Notre Dame, de Passo Fundo, que, inclusive, até idos da década de 80, do século XX, possuíam a única escola particular de ensino fundamental do município (informação oral).¹¹⁰

Muito se teria para contar sobre este pequeno município, que apesar de pequeno em território, também possui uma História com personagens variados¹¹¹, com destaque para o processo de emancipação, tema deste trabalho.

Para a efetivação da emancipação de Constantina, a Comissão desenvolveu estafante trabalho no interior deste distrito, visto que deveriam qualificar os eleitores, bem como as condições físicas.

Assim criou-se uma comissão para dar prosseguimento aos trabalhos:

Às quatorze horas do dia dez do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e cinquenta e sete, na Vila de Constantina, sede do distrito do mesmo nome, Município de Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul, reuniram-se, no hotel de propriedade do sr. Marcello Ferretto, as pessoas abaixo assinadas, convocadas por uma Comissão provisória, pró-emancipacionista dos distritos de Constantina e Baitaca, pertencentes ao citado Município¹¹².

O presidente da comissão Edi Siliprandi, segundo Vencatto (p.167-168),¹¹³ “sempre metido em emancipações municipais”¹¹⁴, ligado ao então PSD, em 1959 dirigiu-se a Porto Alegre, obtendo o credenciamento e posterior protocolo do Processo Emancipacionista.

O processo deu-se em meio a contendas várias, visto que alguns integrantes do poder executivo e legislativo do município de Sarandi não estavam satisfeitos:

¹¹⁰ GIACOMINI, 2008.

¹¹¹ N.A.: um dos primeiros municípios a incentivar a Agricultura Familiar e diversificada; a colônia de imigrantes portugueses que se perdeu no tempo; o núcleo de sindicalismo rural; a figura católica e folclórica do Padre Guilherme Stephens, entre outros

¹¹² Ata de Instalação da Comissão Pró-emancipação dos Distritos de Constantina e Baitaca do município de Sarandi, a qual faz parte da cópia do processo de Emancipação do município de Constantina, gentilmente cedida pelo Senhor Wilson Menegazzo.

¹¹³ VENCATTO, Almedoro. *Sarandi, um recanto histórico do Rio Grande do Sul*. Sarandi: A região, 1994.

¹¹⁴ “Sr. Edi Siliprandi, por apelido ‘sabugo’, não é couro, nem refugo, este menino é dos meus, este vai para a Assembléia, mas para a Assembléia de Deus” (VENCATTO, 1994, p. 167-168).

Nos autos do recurso da consulta plebiscitária, em que são recorrentes a Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores do município de Sarandi, e recorridos a Comissão do Movimento Emancipacionista das Zonas de Constantina, Liberato Salzano e parte de Rondinha e Ronda Alta, existe séria divergência sobre limites [...] ¹¹⁵ (PROCESSO EMANCIPATÓRIO, 1958, folha 155).

Isto é demonstrado através de documentos dirigidos aos responsáveis da Câmara Cível Especial, estabelecida na capital, e relatados pela Prefeitura Municipal e Câmara Municipal da Sede Sarandi ¹¹⁶.

Além dos grupos anteriormente mencionados, sabe-se, pelos relatos, que também entre os moradores de Constantina havia uma família que se opunha ao processo: a família de Vicente Picolloto, comerciante, dono da Casa Rádio, que mais tarde criou a primeira rádio de Constantina, embora tenha sido clandestina. Picolloto era tido como o “do contra”, pois todas as ações apoiadas pela comunidade eram nitidamente contrárias às aspirações de tal cidadão. Dessa forma o plebiscito ocorreu fazendo valer a vontade da maioria da população das localidades abrangentes do novo município.

Assim, na data de 14 de abril de 1959, Constantina, através da Lei Estadual nº 3.736, e assinada pelo então governador Leonel de Moura Brizola, Constantina desmembra-se do município mãe Sarandi, e passa a criar sua própria estrutura funcional.

Aprovada a criação do novo município, em 03 de novembro de 1959, realiza-se a primeira eleição para prefeito, vice-prefeito e vereadores. A partir desse momento a união que levou a emancipação não vigora mais, e sim uma disputa pelo poder Executivo e Legislativo, que irá reger os primeiros passos do novo município.

A disputa dá-se com dois partidos que lançam seus candidatos: PSD (Partido Social Democrata) – Marcelo Ferreto e PTB – Selcio Araujo e Silva. Segundo o Histórico do Município (p. 22): ¹¹⁷ “A vitória coube ao PTB e no dia 17 de novembro de 1959 eram

¹¹⁵ Ofício expedido ao Senhor Adalmino Moura, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, parte do processo, folha 228.

¹¹⁶ Constam documentos juntados ao processo de emancipação de Constantina, remetidos.

¹¹⁷ HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE CONSTANTINA. *Bloco Cultural Filhos da Lua*, 1900 – 1984.

empossados o primeiro prefeito, vice e vereadores, tendo como juiz da época o Dr. Reinaldo Pereira da Costa”.

Este resultado provocou seqüelas que persistem até hoje; várias são as crises vividas pelo município em decorrência deste fato.

Mas os fatos em si, muitos bem problemáticos, já ocorriam em meados da década de 1960. Com denúncias falsas num momento turbulento da História Brasileira, com disputas para a melhoria de vida dos constantinenses, que estavam colocando em prática sua participação política, o que se deu em decorrência da melhoria da rede elétrica na região.

3. OS REFLEXOS DA DITADURA DE 1964 EM CONSTANTINA: INTERESSES POLÍTICOS MOVEM PERSEGUIÇÕES

A revolução de 1964¹¹⁸, objeto de vários estudos, foi responsável por fatos que ainda hoje marcam a vida de cidadãos brasileiros.

Neste período, a ideologia e as atitudes dentro do meio militar levaram à ocorrência de várias violações aos direitos e à dignidade humana. Tal fato, porém, se apresentava como uma consequência das diretrizes traçadas pela ESG (Escola Superior de Guerra). Criada em 1948, a ESG possuía o objetivo de estudar e desenvolver teorias para a garantia da segurança nacional e teve responsabilidade não só pela articulação das estratégias do golpe, como também pela posterior manutenção dos militares no poder.

Sobre esta estrutura estatal caracterizada pelo relevante papel da ESG, alicerçou-se um regime “burocrático-autoritário”, entendido como uma espécie de reação, por parte de setores altamente burocratizados – no caso as Forças Armadas -, ao surgimento de qualquer movimento politicamente contrário à ditadura. Tal regime era marcado pela impossibilidade de exercício da cidadania ativa e passiva, pela exclusão econômica do setor popular, pelo avanço de um sistema capitalista periférico e dependente, bem como pela despolitização dos assuntos sociais, os quais passariam a ser tratados apenas como questões técnicas.

Foi a partir da ESG que se elaborou a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, onde a primeira recomendava a necessidade de combate ao inimigo e se este correspondia à figura genérica do opositor ao regime, a criação de uma eficiente rede de informações e de um real aparato repressivo para dar continuidade ao regime. Assim, a perseguição àqueles que se contrapunham à ordem estabelecida aparecia como um pressuposto necessário para a manutenção *do status quo*.

¹¹⁸ Expressão usada em: GIACOMINI, Mario Eduardo, entrevista oral datada de 02/08/2007. “...uma revolução, aos olhos de seus defensores...”, MOTTA, Rodrigo Patto Sá, p.111. Verbete Biográfico “Revolução de 1964”, Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC. Também Thomas Skidmore, em sua obra Brasil: de Castelo a Tancredo utiliza várias vezes a expressão Revolução para designar o que ocorreu em 1964 (ver p. 20, 21, 46). No próprio Ato Institucional nº 1 de 1964, é usada a expressão Revolução

Como mostra claramente um dos aparatos usados pelos militares durante o período – o Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965:

A revolução está viva e não retrocede. Tem promovido reformas e vai continuar a empreendê-las, insistindo patrioticamente em seus propósitos de recuperação econômica, financeira, política e moral do Brasil. Para isto precisa de tranqüilidade. Agitadores de vários matizes e elementos da situação eliminada teimam, entretanto, em se valer do fato de haver ela reduzido a curto tempo o seu período de indispensável restrição a certas garantias constitucionais, e já ameaçam e desafiam a própria ordem revolucionária, precisamente no momento em que esta, atenta aos problemas administrativos, procura colocar o povo na prática e na disciplina do exercício democrático. Democracia supõe liberdade, mas não exclui responsabilidade nem importa em licença para contrariar a própria vocação política da Nação. Não se pode desconstituir a revolução, implantada para restabelecer a paz, promover o bem-estar do povo e preservar a honra nacional.

É difícil encontrar números precisos de todos aqueles que foram impossibilitados de exercer sua cidadania, visto que a maioria dos documentos da época permanece indisponível para a população.

Um projeto a ser votado em 2009, prevê a abertura de vários documentos pertinentes à essa época, ao mesmo tempo protegem outros. “Pelo que ficou acordado até agora no governo, o projeto definirá três categorias para o sigilo de documentos públicos: os ‘ultra-secretos’ poderiam ser mantidos em segredo por 25 anos, os ‘secretos’, por 15 anos, e os confidenciais, por até oito anos (há ainda a possibilidade de este último prazo ser reduzido até o envio do texto ao Congresso).”¹¹⁹

A luta pelo desarquivamento é de longa data, visto que várias famílias buscam alguma informação sobre parentes desaparecidos, conforme mostra Lisboa (p. 98-106):¹²⁰

Durante décadas os familiares têm lutado para esclarecer as circunstâncias em que se deram tais mortes, recuperar os restos mortais dos desaparecidos e punir seus responsáveis. Em todos esses anos as autoridades brasileiras afirmaram que não possuem informações e que os arquivos da repressão foram destruídos ou que nunca existiram. Desde junho de 2003, a sentença proferida pela juíza Solange Salgado, em ação judicial movida por familiares de desaparecidos da Guerrilha do Araguaia, [...], garantiu aos familiares o direito a obter essas informações.

Apesar de nem todos os documentos estarem à disposição, levantamentos feitos por entidades e órgãos da imprensa contabilizam números surpreendentes de presos e

¹¹⁹ SANDER, Leticia, Folha de São Paulo, 01/12/2008, <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pagina.php?id=192>

¹²⁰ LISBOA, Suzana Keninger, Direito à memória: desarquivando o Brasil. In: *Relatório Azul 2005: Garantias e Violações dos Direitos Humanos*.

desaparecidos. Existem dados que afirmam ter sido 7 mil pessoas presas somente na primeira semana do golpe. Estima-se em 10 mil o número de detidos em uma única semana de abril de 1964. trabalhadores, comunistas, dirigentes sindicais, intelectuais, militares e estudantes foram perseguidos e tiveram os seus direitos políticos cassados. Cerca de 50 mil pessoas teriam sido presas em todo o país nos primeiros três meses do regime militar.

O golpe de 1964 começou a se esboçar a partir do dia 25 de agosto de 1961, quando Janio Quadros renunciou ao cargo de presidente da república e em seu lugar deveria ficar João Goulart.

No entanto, consta nos registros (p.53) que:

Quando, em abril de 1964, os militares derrubaram o presidente João Goulart e ocuparam o poder, na verdade estavam dando seqüência a uma longa tradição intervencionista que remonta aos séculos anteriores da nossa historia. Ainda antes da Proclamação da Republica e durante a época escravista registraram-se inúmeros episódios de participação dos militares na repressão contra lutas populares.¹²¹

João Goulart estava em viagem pela China e não era bem visto pelos militares e outros grupos brasileiros. Acreditavam que Goulart era muito simpático à causa comunista, além de pertencer “à corrente nacionalista, partidária da implementação de ‘reformas de base’ da sociedade brasileira que, [...], contrariavam poderosos interesses” (p. 349)¹²².

A primeira tentativa de golpe teve dois grupos divergentes: de um lado o grupo disposto a impedir até mesmo a volta de Jango, de outro o grupo que apoiava o mesmo, liderado pelo então Governador do Rio Grande do Sul Leonel de Moura Brizola, que era cunhado de Jango. O que mais chama a atenção é que naquele momento até mesmo o exército ficou dividido: eleito pelo voto direto, popular, a ala legalista dos militares não apoiava o golpe impetrado contra Jango, conforme os relatos a seguir extraídos de *A legalidade: Último Levante Gaúcho*, de Joaquim Felizardo.

¹²¹ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. 33ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003, p53.

¹²² DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. *O livro de ouro da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

Aquele final de agosto de 1961 foi tenso. A causa da Legalidade aglutinou classes e segmentos sociais dos mais diversos. João Goulart era o presidente legal e tinha que assumir. Naquela semana as classes populares tiveram a real sensação de serem participantes e não meramente espectadores dos fatos históricos, como ocorrera ao longo dos séculos. (p.20)

O general, ao meu lado, na extremidade de uma mesa de reuniões, de imediato tomou a palavra, comunicando-me que o comando e todos os generais do III Exército haviam decidido não aceitar nenhuma solução para a crise, fora da Constituição. [...] A partir do momento em que o III Exército assumiu aquela definição, começou a pender em favor da Constituição e da Legalidade. Criou-se uma situação de resistência em todo o País. (Testemunho de Leonel de Moura Brizola, p.52-53)¹²³

Com a visão de um levante militar, categorias brasileiras se unem em prol da Constituição do Brasil que assegurava ao vice-presidente o cargo então deixado vago por Janio Quadros.

3.1. Movimento da legalidade no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Constantina

Quando, em agosto de 1961, a relação entre ministros, exército e Presidente da República torna-se insustentável, com acusações ao então presidente Janio Quadros de estar se rebelando contra a política econômica impetrada havia anos no Brasil, a qual estava ligada intimamente aos ditames norte-americanos, ficou claro que um movimento maior estava para acontecer. Além do que, o mesmo presidente tomava atitudes contra a manutenção do *status quo* impetrado conforme os ditames norte-americanos.

Desde o início de seu governo, Jânio Quadros percebeu que a situação não estava a seu favor. Isso porque a eleição presidencial não havia sido acompanhada de uma renovação da Câmara dos Deputados e do senado Federal, onde eram francamente minoritários os partidos que haviam colaborado para elevar Jânio Quadros ao Poder Executivo, apoio que não logrou aumento através de negociações.

¹²³ FELIZARDO, Joaquim. *A Legalidade: Último Levante Gaúcho*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; MEC/SESu/PROEDI, 1988.

Exemplos de atitudes de Jânio Quadros que fez com que seu pouco apoio percesse estão retratados na obra *A Rebelião da Legalidade*, escrita por Vivaldo Barbosa.¹²⁴ O primeiro quando Jânio Quadros “havia determinado ao Itamarati providências para o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética e enviara missão especial, de alto nível, chefiada pelo jornalista e diretor do *Diário de Notícias* do Rio, Ribeiro Dantas, aos países do Leste europeu, em busca de caminhos comerciais para o Brasil” (p. 17).

Outro exemplo demonstrado através de uma viagem que vai de encontro aos interesses dos setores capitalistas com ligação norte-americana: a Jango é solicitada uma viagem a China que acaba o levando também à União Soviética. Mas não somente essas viagens atingiram a tranqüilidade política do Brasil interna e externamente. Outros fatos vieram a somar: “ocorreu o episódio em que o embaixador dos Estados Unidos, Moors Cabor, fora ao palácio entrevistar-se com Jânio para protestar contra a política externa independente de seu governo. Como a conversa ficara ríspida, Jânio levantou-se e ordenou que o embaixador se retirasse”.¹²⁵

Mais uma passagem com relação ao Brasil e aos Estados Unidos ocorre quando: “O presidente John Kennedy enviara seu emissário especial, Adolf Berle Jr., para sondar sobre possível invasão a Cuba com forças internacionais das quais o Brasil participaria. Recebeu forte negativa de Jânio. Mais tarde, essa invasão se daria pela baía dos Porcos, rechaçada por Fidel.”¹²⁶

Com tais atitudes Jânio Quadros conquista aliados, mas também agrega vários desafetos, até mesmo políticos que tinham auxiliado na sua campanha. Uma prova do fato é quando os Estados Unidos cria uma Aliança para excluir Cuba da OEA e o Brasil envia uma delegação para rechaçar tal atitude. A grande surpresa resideiu no fato de que essa mesma delegação, possivelmente de pessoas da confiança de Jânio, apoio a atitude dos Estados Unidos, mostrando ao mundo que presidente e o restante do governo brasileiro não tinham os mesmos objetivos.

¹²⁴ BARBOSA, Vivaldo. *A Rebelião da Legalidade: documentos, pronunciamentos, noticiários, comentários*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

¹²⁵ BARBOSA, 2002, loco citado

¹²⁶ BARBOSA, 2002, loco citado

Outras atitudes mostram o descompasso do Governo de Jânio Quadros o que culmina com sua renúncia sete meses após a posse, em 25 de agosto de 1961. E, antes mesmo de sua renúncia chegar ao Congresso, “o secretário de imprensa da Presidência da República, Carlos Castello Branco, distribuiu à tarde [uma] nota, em entrevista aos jornalistas [que se intitulava] Presidente Jânio Quadros renunciou ‘vencido pela reação’.”¹²⁷

Era o fim do período governado por Jânio Quadros e o início de um dos períodos mais turbulentos da História do Brasil: o período da legalidade e do governo de João Goulart, que agregou motivos para a Ditadura Militar, em 1964.

Com Jango fora do país, na China, é elevado à condição de presidente Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, tendo os chefes dos Ministérios da Marinha, Aeronáutica e Exército. Mazzilli ainda tinha a Constituição como lei máxima e envia um documento pedindo pela volta imediata de Jango para assumir seu posto; no entanto as forças militares queriam acabar com o continuísmo de Vargas que pensaram ter conseguido no momento em que Jânio Quadros, da UDN, foi eleito. Segundo Arquidiocese de São Paulo (2003, p. 57): “Apontado como radical pela alta hierarquia das Forças Armadas, o vice-presidente João Goulart, principal herdeiro do nacionalismo getulista da década de 50, teve seu nome impugnado pelos três ministros militares.”

Ou seja, vê-se claramente a posição das forças militares no Brasil naquele momento, seria feito praticamente tudo para que Jânio não voltasse atrás na decisão e Jango não assumisse. Algo que Jânio não acreditava ocorrer visto esperar “que o povo pedisse nas ruas que voltasse à presidência, como acontecera com De Gaulle, na França, e com Fidel Castro, em Cuba”.¹²⁸

Já nesse período, surge Leonel Brizola defendendo o princípio da Legalidade e afirmando que se Jânio renunciou por pressão o próprio povo não deveria aceitar. Porém Jânio não retornou ao seu posto e ocorre uma tentativa de golpe, impedindo a volta de João Goulart ao Brasil para que pudesse assumir seu posto.

¹²⁷

Ibidem, p. 20

¹²⁸

BARBOSA, opus citatum, p. 29

Assim, inicia-se o que passou a ser conhecido como “O Levante da Legalidade”, ou “A Rede da Legalidade”¹²⁹. Com declarações nos porões do Palácio Piratini, em Porto Alegre, através da Rádio Farroupilha e Rádio Gaúcha, Brizola conclamava a todo o povo brasileiro que lutasse para que a Constituição fosse respeitada. Brizola teve “a capacidade [de] mobilizar maciçamente a sociedade gaúcha na defesa da legalidade, contando com o apoio de todas as correntes partidárias” (p.279).¹³⁰ Por muitos ele foi tido como um herói, por outros um anti-herói, visto que conclamava até mesmo os reformados do exército para a luta.

Sua convocação ao povo brasileiro era baseada na luta pela independência política e econômica do Brasil, como se verifica em Felizardo (p.36):¹³¹

Que vão essas ou aquelas doutrinas para onde quiserem. Não nos encontramos entre uma submissão à União Soviética ou aos Estados Unidos. Tenho uma posição inequívoca sobre isso. Mas tenho aquilo que falta a muitos anticomunistas exaltados deste País, que é a coragem de dizer que os Estados Unidos da América, protegendo seus monopólios e trustes, vão espoliando e explorando esta Nação sofrida e miserabilizada. Penso com independência. Não penso ao lado dos russos ou dos americanos. Penso pelo Brasil e pela república. Queremos um Brasil forte e independente. Não um Brasil escravo dos militaristas e dos trustes e monopólios norte-americanos. Nada temos com os russos. Mas nada temos também com os americanos, que espoliam e matem nossa Pátria na pobreza, no analfabetismo e na miséria.

A visão de um golpe era eminente, como atesta Barbosa (2002, p.35):

As comunicações telefônicas com Brasília e o Rio de Janeiro eram, na época, muito precárias e demoradas. Tratei de colocar a Brigada Militar e a Polícia Civil de sobreaviso. Logo a seguir, em face de novas notícias sempre no sentido da confirmação da renúncia, coloquei a Brigada Militar em prontidão rigorosa e dei ordens para que passassem a ocupar e controlar alguns pontos importantes. Preocupava-me, àquela altura, com a ordem pública e com o clima de incerteza que envolvia o país e, muito especialmente, com potenciais ameaças sobre o governo do Rio Grande do Sul. A eventualidade de um golpe de Estado já era comentada naqueles dias, inclusive com muitas pessoas e notícias na imprensa atribuindo esta intenção ao presidente e a alguns círculos políticos e militares.

Através de seus contatos em Brasília teve a certeza de que se algo não fosse feito a Constituição seria burlada. Destacando-se, nesse momento, a liderança da direita e dos liberais conservadores o Ministro da Guerra Odílio Denys, que não admite em hipótese alguma que Jango assumia.

¹²⁹ BALDISSERA, 2005, p. 44

¹³⁰ CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

¹³¹ FELIZARDO, Joaquim. *A Legalidade: Último Levante Gaúcho*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; MEC/SESu/PROEDI, 1988.

Assim, Brizola inicia a organização do levante. Parecia ser uma volta ao passado gaúcho, que por tantas vezes defendeu a vontade do seu povo, do povo brasileiro.¹³² Através da organização de armamentos e pontos estratégicos, o Rio Grande do Sul estava se preparando para uma ostensiva em prol da legalidade no Brasil. Até mesmo civis recebiam armas no Rio Grande do Sul.

[...], nas torres da Catedral, no Palácio Piratini, na praça da Matriz, nas barricadas, todos os postos de presença da Brigada Militar, começaram a aparecer armamentos nunca antes vistos. Além da forte disposição de luta dos militantes da Legalidade, agora dispunham de armamento que tornavam difíceis e tortuosos os confrontos que viessem a ser dados. Os oficiais do III Exército certamente levaram na devida conta essa circunstância.¹³³

Foi na madrugada do dia 27 de agosto de 1961 que as intenções dos gaúchos chegaram ao conhecimento em Brasília: João Goulart deveria assumir o posto de chefia máxima do Estado Brasileiro.

Quando as rádios da capital que apoiavam a ideologia do Governador Brizola foram lacradas a mando do Governo Federal, Brizola requisita a única na capital que ainda funcionava para servir de porta-voz dos comandos da legalidade. “Os estúdios foram transferidos para o Palácio Piratini e um forte esquema de defesa foi montado em torno do transmissor e da torre de rádio.”¹³⁴

Barbosa (2002, p. 77) afirma que “A Rede da Legalidade não tinha programação regular. Marchas militares, conclamações, apelos, notícias marcavam o seu dia. A qualquer hora Brizola descia aos porões do palácio e entrava no ar. E o Brasil inteiro ouvia.”

Dessa forma, o levante da legalidade ganhou corpo e cresceu, estabelecendo comunicação com todo o país, fazendo surgir de um líder regional um líder nacional: Leonel de Moura Brizola. Líder do levante que fez valer o que constava na Constituição da época: “a automática substituição do presidente pelo vice-presidente”, segundo Cánepa (2005, p. 279). Brizola faz valer seu posto e parte para uma vida política nacional tornando-se deputado federal pelo Estado da Guanabara, sendo o candidato mais votado do país.

¹³² Como exemplos pode-se citar a Revolução de 1930 e o Golpe do Estado Novo em 1937.

¹³³ Ibidem, p. 61

¹³⁴ Ibidem, p. 73

Receosos da guerra civil que se esboçava, os militares novamente recuaram, impondo, no entanto, o estabelecimento do sistema parlamentarista de governo, que retirava poderes do presidente. A persistência de Brizola fez com que Jango assumisse o posto de presidente, no único período em que o País possuiu o regime Parlamentar. Assim, Jango indica como primeiro ministro Tancredo Neves, ex-ministro de Vargas, ao Parlamento, que “foi aprovado por 259 votos contra 22”.¹³⁵

O Dr. Brizola conseguiu uma grande vitória: a manutenção da democracia. Uma vitória que teve um preço, é verdade. O Congresso, com urgência e de madrugada, instalou o parlamentarismo. Lamentavelmente, o regime parlamentarista foi maculado, pela maneira abrupta com que foi adotado, uma maneira estranha, um minigolpe de Estado para tirar o poder político do Presidente da República João Goulart – aquele regime ideal, que eu sempre defendi para o Brasil. Mas Jango assumiu como Presidente parlamentarista, nomeou Tancredo Primeiro-Ministro. Estava se fazendo um governo excepcional, diga-se de passagem, não fora a campanha de Juscelino Kibitschek e Carlos Lacerda, que já estava nas ruas – “JK65, Lacerda65” – e, a união do PSD e da UDN no Congresso, para acabar com o parlamentarismo e derrubar o Dr. Tancredo Neves.¹³⁶

Também no interior do estado a Rede da Legalidade chegava através das emissoras regionais. A atividade da Cadeia da Legalidade iniciou com transmissões de manifestos mesclados a pronunciamentos de Brizola. O radialista Lauro Hagemann, titular da edição do Repórter Esso, assumiu a locução do programa, revezando-se com outros jornalistas.

As emissoras do interior do Estado mantiveram-se transmitindo a programação de Porto Alegre, algumas vezes permeadas por notícias locais sobre o Movimento e outras tantas com espaços destinados à programação local, por questões comerciais-financeiras.¹³⁷

Em Constantina a transmissão era ouvida direto de Porto Alegre, visto que não existia nenhuma rádio oficial na região que fosse sintonizada ali. Mas nem por isso o Movimento da Legalidade foi ignorado, conforme Barbosa (2002, p. 89):

Um rádio a válvulas, um punhado de munição e muitas lembranças são o que restou do movimento da Legalidade em Constantina, município do norte do Estado.

¹³⁵ Confira FELIZARDO, opus citatum, p.57.

¹³⁶ SENADOR SIMON, pronunciamento em 31/03/2005: Os 41 anos do Golpe Militar.

¹³⁷ Sobre o assunto ler o artigo *A Rede da Legalidade no Interior Gaúcho*, de Ângela Maria Zamin e Vera Lucia Spacil Raddatz. Pesquisa na disciplina de Radiojornalismo II, do curso de Comunicação Social da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do SUL – UNIJUI.
http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/files/others/angelamariazamin_veraluciaspacilraddatz.doc

Quarenta anos depois, um dos líderes da campanha na localidade recorda a época como uma das mais efervescentes na região.

O então prefeito Hermeto Araújo, na época com 26 anos, defensor ferrenho das idéias do governador Leonel Brizola, decidiu aderir ao chamado do líder petebista. Organizou uma milícia contra as forças que pretendiam impedir o vice-presidente João Goulart de assumir a Presidência.

No município, apenas dois partidos - PTB e PSD - polarizavam a vida política. Com a renúncia do presidente Jânio Quadros, no dia 25 de agosto de 1961, a campanha pela manutenção da legalidade e pela posse de Jango uniu as facções rivais.

Pessoas que viveram naquela época ainda lembram-se da movimentação que ocorreu no município, mesmo pequeno serviu para apoiar o movimento que queria o inteiro cumprimento da Constituição Federal da época.

[...] aqui em Constantina, foi recrutado grande número de companheiros, que se mobilizaram e assumiram uma posição de resistência, vigiavam a cidade para manter a paz e a ordem, tudo sob a orientação do Governador Leonel Brizola, que através da Rádio Farroupilha que comandava a Rede da Legalidade, colocava o povo do Rio Grande a par do que estava acontecendo, e orientava no caso de medidas mais drásticas tivessem de ser tomadas. Com o recuo das Forças Armadas e a aparente pacificação, os grupos de resistência se desmobilizaram e retornou a vida normal, sem ressentimentos, pois nessa legalidade o PTB liderou o movimento, mas a causa era tão justa, que era respeitada por todos. (ARAÚJO, depoimento por escrito, 24/11/2008)

O movimento era tão organizado que até mesmo possuía uniforme e distintivo. As armas foram adquiridas em Passo Fundo e após o término do movimento, jogadas no Rio da Várzea para que qualquer vestígio de ligação ao movimento fosse desfeita.¹³⁸

Através de depoimentos, constatou-se que esse momento tenha sido o segundo e último em que as forças contrárias partidárias em Constantina, tenham se unido¹³⁹. A outra como já relatado de forma anterior foi no processo de emancipação de Constantina.

¹³⁸ Sobre o assunto ler texto em BARBOSA, 2002, p.90.

¹³⁹ Conforme relatos orais de Araújo, Valle e Giacomini.

3.2. Embates político-partidários em Constantina

Até meados de 1985, Constantina viu-se dividida sob a ideologia de dois grandes partidos: PMDB e PDS. Hoje a situação está mais dividida, têm-se mais dois partidos nas disputas: PT e PDT.

Desde que Constantina era Distrito de Sarandi os dois primeiros partidos disputavam ininterruptamente as vagas na Câmara de Vereadores do Município Mãe, a administração do Distrito. Somente em dois momentos, como já afirmados anteriormente, essas diferenças foram deixadas de lado: no período da emancipação – pois era um desejo de praticamente todos os habitantes da região compreendida pelo novo município a sua maioria política; e, no período da Legalidade, em 1961 – pois ambos acreditavam que João Goulart era o presidente que deveria assumir pela Constituição Federal.

A formação desses dois partidos na região de Constantina é um tanto obscura, visto que antigamente ninguém primava pela guarda de atas antigas, documentos da comprovação desses partidos já extintos. No entanto, a história de ambos pode ser recriada através dos relatos de pessoas¹⁴⁰ que viveram e vivem em Constantina e participaram ativamente ou não da vida política do município.

O PMDB -1980 - tem origem no MDB – 1966, que por sua vez tem origem no PTB¹⁴¹ - 1955¹⁴². Seus líderes provinham da família Araújo, agregada a esse partido por herança paterna vindos da região da Campanha por volta de 1910. Defendiam o ideal de “Justiça Social – Direito Trabalhista – A Legislação Trabalhista, onde o empregado tivesse a carteira de trabalho assinada - Contribuísse para a Previdência Social – Preço justo ao produto agrícola – financiamento para compra de terra ao agricultor – Liberdade de Imprensa e do indivíduo”.¹⁴³ Formado por comerciantes “fortes” da região, também tinha nas suas bases profissionais liberais, sobretudo advogados e médicos.

¹⁴⁰ Alberto Machado, Deomir Ítalo Carboni, Domingos Giacomini, Hermeto de Araújo e Silva, José Antonio de Oliveira Valle, Loir Pedrotti, Mario Eduardo Giacomini, Wilson Menegazzo. Todos prestaram depoimentos de forma oral, os quais estão sob a tutela de Caciana Luzia Ferronato.

¹⁴¹ Este ficou inativo de 1965 a 1980, devido a Ditadura Militar, mas não teve mais espaço em Constantina, visto que o PMDB já tinha força na região por méritos próprios.

¹⁴² Conforme Valle, em depoimento oral, data deste ano a formação do PTB em Constantina.

¹⁴³ Depoimento por escrito de Hermeto Araujo e Silva, em 24/11/2008

Segundo Cánepa (2005, p. 108), o PTB tem uma vertente Pasquelinista, que agregava bacharéis e profissionais liberais, a qual defendia “um regime democrático integral (voto secreto, representação proporcional, autonomia municipal)”.

Porém, no momento em que Castelo Branco, em seu período de Governo Moderado, precisa “acalmar os ânimos de seus radicais”¹⁴⁴, são criados dois partidos para que não se configurasse “uma ditadura pura e simples mas um arremedo de democracia” (p, 115). No que

os opositoristas tiveram de se conformar com a necessidade de conviverem juntos na mesma organização. Todos somados, os políticos de oposição formavam um pequeno número, insuficiente para dar origem a mais de uma partido. As divergências no campo da oposição eram grandes, havia desde liberais até comunistas, e foi somente a contragosto que se juntaram para criar o MDB.¹⁴⁵

Os grandes nomes desse partido no período, dentro do contexto constantinense, compreendendo o período de 1959 a 1970 são: Ítalo Ferlauto, Breno Araújo, Ulisses Araújo, Job Apostolo de Oliveira, Daniel Apostolo de Oliveira, Selcio Araujo e Silva, Alberi Dalaglio, Perciliano Reis, Ernesto Marcon, Erich Brandtner, Divino Mafessoni, Alberto Anzileiro, José Agatti, Arlindo Bosi, Maria Ferronato, Antonio Giacomini.

Já o PP, em Constantina, tem origem no PDS que por sua vez surgiu da ARENA e essa do PSD. Também a ARENA surgiu da necessidade de Castelo Branco em formar a partir da reunião dos deputados governistas espalhados pelos antigos partidos o partido do Governo.

Também originário de herança paterna, a ideologia do PSD veio com os pais dos referidos abaixo, oriundos da região das Missões e da Serra, que migraram para Constantina em meados da década de 1920.

A liderança estava, sobretudo, nas mãos de Antonio Paschoal Siliprandi e Mario Eduardo Giacomini, dois grandes comerciantes da região. Segundo Mario o objetivo do então PSD em Constantina “era formar um município forte, independente de Sarandi” (depoimento oral, 02/08/2007). Os grandes líderes do partido eram os acima citados e também Ricieri De

¹⁴⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à História dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 116

Carli, Horacio Izaltino da Luz, Edi Siliprandi, Narciso Mafessoni, Marcelino Anziliero, Ricardo Guimarães.

Se observado com atenção vê-se que vários sobrenomes são encontrados tanto em um como em outro partido. Isso acontecia realmente. Irmãos e parentes próximos, devido a disputas econômicas, disputavam até mesmo em partidos contrários para mostrar ao povo mais humilde de Constantina quem eles deviam seguir. Ocorria que a posição política definia aonde comprar.¹⁴⁶

O interessante é observar que durante a Ditadura Militar os dois partidos existentes, possuíam atitudes, na visão de Motta,¹⁴⁷ “muito parecidas em relação ao Estado autoritário, sendo ambos muito obedientes e dóceis. A diferença era que o MDB seria o partido do ‘sim’, e a ARENA seria o partido do ‘sim senhor’.

No que tange à região de Constantina, as disputas ideológicas durante o período militar eram exacerbadas, mas “com o passar dos tempos, a situação foi se acalmando em torno do acirramento, apesar de alguns fatos isolados associados à razões políticas, como o caso Cassiano¹⁴⁸. [...], hoje há uma abertura maior, o que desvaforece uma rivalidade prejudicial”.¹⁴⁹

Ainda sobre o momento presente, pode-se dizer que as disputas estavam acirradas até o penúltimo pleito municipal, pois o de 2008 foi considerado calmo pelas características do município. Pleiteadas por dois grupos, as últimas três eleições municipais vem sendo ganhas pela coligação PT, PMDB e PDT.

¹⁴⁶ Entrevista de Hermeto Araujo e Silva, concedida ao Jornal Hora da Notícia de Constantina.

¹⁴⁷ MOTTA, opus citatum, p.118

¹⁴⁸ “[...] Em Constantina (no norte), o funcionário da prefeitura local Cassiano Dal'Magro, 25, levou um tiro na cabeça, em um incidente com motivação política. Ele foi internado na CTI (Centro de Tratamento Intensivo) do Hospital São Vicente de Paulo, em Passo Fundo, em estado grave. Dal'Magro foi baleado quando dirigia um carro da prefeitura atingido por quatro tiros, na localidade de Linha Bonfanti. A polícia procurava identificar o autor dos disparos. A Justiça Eleitoral pediu reforço policial em Constantina. O prefeito Rui Dal'Agnol (PPB) suspendeu as aulas de cerca de 3.000 alunos e o trabalho nas obras da prefeitura, durante o dia de hoje, a fim de "preservar" a integridade física dos estudantes e dos funcionários, conforme disse o secretário da Administração, Wilson Menegazzo. O secretário disse não haver dúvida de que o Dal'Magro foi atingido por razões políticas. "Há 101% de certeza", declarou, sem, no entanto, dizer quem atirou. A prefeitura é disputada por PPB e PT. [...] <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u7376.shtml>, 29/09/2000. Nesse período, vale ressaltar, que havia uma coligação entre PT, PDT e PMDB.

¹⁴⁹ Depoimento oral de Araujo, 08/01/2008

Procurou-se construir um consenso para a última, fato que não se concretizou, pois dizem os idealizadores do intento, “ainda há muito mágoa de 1966, para que o PMDB aceite coligar ou fazer consenso com o PP”¹⁵⁰ (entrevista oral). E também, outra pessoa que criticou veementemente o consenso foi Valle, outro personagem de 1966 que alega “quem surra esquece, mas quem apanha nunca esquece” (entrevista oral)¹⁵¹.

3.3. Madrugada fria de 1966

Retomando ao item 3.1, quando da saída de Tancredo Neves como Primeiro Ministro no regime parlamentarista brasileiro¹⁵², Jango torna-se presidente num regime presidencialista mesmo que em breves meses, poderes de Chefe de Estado e de Governo, através de um plebiscito organizado para 06 de janeiro de 1963, que lhe deu esmagadora maioria.

A partir daí os movimentos sociais tomam corpo para dissabor da ala direitista do País. Na área urbana é criado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), na área rural as Ligas Camponesas. A luta pela Reforma Agrária agrega cada vez mais simpatizantes. E em decorrência da elevada inflação os salários seguem em ascendência para equilibrar o custo de vida. Além de Jango defender uma reforma eleitoral e bancária, que apoiasse os anseios das classes menos favorecidas. Essas e outras mudanças seriam agregadas às Reformas de Base.¹⁵³

Com todo o clima de renovação social, o palco para o Golpe de 1964 se forma, iniciando em 31 de março a deposição de Goulart.

João Goulart estava enfraquecido pelo grande debate que se travava na Nação. De um lado, os homens de Esquerda indo para as ruas com as chamadas reformas de base: reforma agrária, reforma tributária, lei de remessas de lucros. De outro lado, as forças retrógradas, às vezes tendo a Igreja à frente, com “Deus, Pátria e Família”, movimentavam milhares de pessoas para exigir a deposição do Presidente.¹⁵⁴

¹⁵⁰ Depoimento oral de Araujo, 24/11/2008

¹⁵¹ Depoimento oral de Valle, 20/11/2008

¹⁵² A experiência do governo de gabinete durou de setembro de 1961 a janeiro de 1963, quando um referendo popular determinou o retorno ao presidencialismo. (CPDOC, http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/)

¹⁵³ Ver ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2003, p.57-58; e BALDISSERA, 2005, p. 48-62.

¹⁵⁴ SENADOR SIMON, pronunciamento em 31/03/2005: Os 41 anos do Golpe Militar.

João Goulart, percebendo a situação insustentável, se despede do cargo de Presidente da República do Brasil repudiando uma luta armada. A tomada do poder pelos militares precisa ser construída através de mecanismos constitucionais, visto que a ascensão da “Revolução, [tinha nascido] de um ato arbitrário.”¹⁵⁵ Com o presidente do senado, Auro Moura Andrade, encontra-se um meio legal de instituir um novo presidente, mesmo que interinamente.

Segundo o mesmo autor (p. 46), “Os militares estavam exigindo que fosse facilitado o caminho para a posse de um novo presidente que eles indicariam – sem dúvida um general. Diante disso, [...] Moura Andrade simplesmente declarou vacante a presidência...”

Torna-se presidente em exercício do país Ranieri Mazzilli, então presidente da Câmara dos Deputados, porém extra-oficialmente, os militares iniciam a tomada de medidas para tornar aceitável a probabilidade de um integrante de suas forças chegar ao poder maior do Brasil, fato este negado pela Constituição de 1946.

Então em 09 de abril de 1964 é editado o primeiro Ato Institucional que, segundo Skidmore¹⁵⁶, “esvaziando a cláusula da Constituição de 1946 [...] tornava os oficiais das forças armadas” tornava os oficiais das forças armadas elegíveis.

No dia 11 de abril, depois de um conciliábulo de governadores e generais destinado a evitar a coroação de Costa e Silva, o general Humberto de Alencar Castello Branco foi eleito presidente da República pelo Congresso Nacional, como mandava a Constituição. Prometeu “entregar, ao iniciar-se o ano de 1966, ao meu sucessor legitimamente eleito pelo povo em eleições livres, uma nação coesa”. Em 1967 entregou uma nação dividida a um sucessor eleito por 295 pessoas.¹⁵⁷

Tal estratégia foi usada, pois os militares estavam divididos em dois grupos: os moderados e os radicais, sendo que Costa e Silva pertencia ao último grupo e era preciso criar uma mudança menos radical, como atesta Motta (p. 112):

Nos primeiros anos predominaram os moderados, liderados pelo presidente empossado pelo Congresso após o movimento militar, General Castello Branco. A intenção do grupo *castelista* era promover uma “limpeza” do país, ou seja, expurgá-lo dos líderes esquerdistas e populistas e em seguida restabelecer o sistema democrático. O expurgo passava pela cassação dos mandatos dos políticos comprometidos com o regime anterior, bem como pela prisão e julgamento dos

¹⁵⁵ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Trad. Mario Salviano Silva. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁵⁶ *Ibidem*, p. 49

¹⁵⁷ GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.125.

elementos considerados mais perigosos, principalmente os comunistas. A estratégia inicial moderada se refletiu no tratamento dado aos partidos. Apesar de sofrerem dezenas de cassações os partidos foram mantidos, revelando a existência de intenções reais por parte do governo de normalizar a situação política.

Mesmo sendo considerada uma fase moderada, como descrita acima, o Brasil inicia um dos períodos mais obscuros e tristes de sua História, marcado por mortes, perseguições, torturas, prisões.¹⁵⁸ Também, no que tange as conquistas populares até então alcançadas sofreram vertiginosa desestruturação.

As mudanças não atingiram somente os grandes centros, mas em qualquer região que se fizesse ouvir ou tentar ouvir a voz da democracia.

Ditadura dispensável – nem necessária, nem propriamente útil ao processo de modernização do País. Como, de resto, qualquer ditadura, em qualquer parte do Mundo: não é sendo reacionário, politicamente, que um regime se tornará modernizante, econômica e socialmente. Falar em ditadura modernizante é estabelecer uma falsa conexão.¹⁵⁹

Era o estigma da Lei da Segurança Nacional, criada em 1935, e que permanece até hoje, a qual “definia crimes contra a ordem política e social. Sua principal finalidade era transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, submetendo-os a um regime mais rigoroso, como abandono das garantias processuais”.¹⁶⁰

O Estado Autoritário fundamentou-se ideologicamente na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, em termos de intervenção política e econômica no processo histórico brasileiro.

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi, durante muito tempo, a principal base que justificou as atividades da Comunidade de Informações no Brasil. Todo o sistema de informações e repressão brasileiro fundamentou-se na DSNeD. O alvo prioritário da Comunidade de Informações, assim, era o “Inimigo Interno”, ou seja, elementos brasileiros ou estrangeiros que agiriam subversivamente, pondo em risco a segurança nacional.

A DSNeD embasou ideologicamente as atividades de informação e contra-informação no Brasil durante a ditadura militar, embora não tenha tido capacidade de fundamentar um estrutura burocrática única, que desse conta das demandas de controle total sobre a população, especialmente aquela parcela (enorme, conforme a

¹⁵⁸ Para compreender melhor a construção do início das perseguições e desconstrução do período democrático ler SKIDMORE, 1988, p. 55-63.

¹⁵⁹ Confira O GLOBO, Editorial, 10/11/1987

¹⁶⁰ “Após a queda da ditadura do Estado Novo em 1945, a Lei de Segurança Nacional foi mantida nas Constituições brasileiras que se sucederam. No período dos governos militares (1964-1985), o princípio de segurança nacional iria ganhar importância com a formulação, pela Escola Superior de Guerra, da doutrina de segurança nacional. Setores e entidades democráticas da sociedade brasileira, como a Ordem dos Advogados do Brasil, sempre se opuseram à sua vigência, denunciando-a como um instrumento limitador das garantias individuais e do regime democrático. ”. Disponível em http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/linha_do_tempo.

mesma doutrina) que se caracterizava como oposição real ou potencial. O conjunto dos órgãos de informações estatais e para-estatais, fundamentados técnica e politicamente na DSNeD, articulados entre si e com organismos internacionais de segurança e informação, constitui o que se convencionou chamar de Comunidade de Informações, que tem como uma de suas atividades a Espionagem Política.¹⁶¹

Dessa forma, as manifestações em prol da coletividade não eram bem aceitas pelo novo regime político, chegando, muitas vezes, a serem usados subterfúgios políticos e em prol da Segurança Nacional para perseguir antigos rivais políticos. Os novos governantes não estavam à procura apenas de adversários armados; queriam pôr as mãos também naqueles líderes ‘subversivos’ que supostamente estavam levando o Brasil para o comunismo.

Um dos casos de atitude reacionária do período está no fato ocorrido em Constantina, através de prisões ocorridas em 1966. Segundo os prejudicados na questão, não movidos por questões político-partidárias, mas por questões morais, que assegurassem aos cidadãos de Constantina liberdade de escolha.

Conforme os fatos levantados em 1998, através dos processos de indenização dos envolvidos, alega-se que as prisões foram devido à luta pela encampação da energia elétrica estatal no município. O motivo alegado pelos delatores: subversão, terrorismo, tentativa de tomar o Destacamento Policial de assalto.

A grande disputa iniciou-se no momento em que ocorre a segunda eleição para o executivo de Constantina, em 1963, quando da disputa entre PTB e PSD, sai vencedor o PTB. Ocorre que o líder da campanha de emancipação do município, Edi Siliprandi, era candidato pelo PSD e não aceitou a derrota, impetrando várias atitudes contrárias ao Executivo eleito, apoiado pela bancada desse partido que, inclusive, fazia parte Antonio Paschoal Siliprandi, pai do candidato derrotado.

Assim, o partido contrário ao prefeito eleito, Giovani Panazzalo, eleito pelo PTB, já instituído MDB, sempre vetava projetos solicitados pelo Executivo. Um desses exemplos claros de perseguição constata-se no ano de 1966, pela Ata nº 140, onde o então prefeito pede que a Câmara aprove a prorrogação do pagamento de impostos, no que a mesa coloca em votação secreta o pedido. “Terminada a votação o Sr. Presidente nomeou os vereadores

¹⁶¹ Disponível em <http://www.acervoditadura.rs.gov.br/doutrina.htm>. Acesso em 20/11/2008.

Siliprandi e Araújo e Silva, para fazerem a apuração, tendo se verificado o seguinte resultado: votos brancos – 4; pela aceitação – 3, sendo o veto aceito.”¹⁶²

Mas como conquistavam tal façanha se também na Câmara a maioria era do MDB? Também, através de estudos junto as Atas da Casa percebe-se que a cada sessão que se tinha que aprovar algum pedido vindo da Prefeitura, Ido Três – vereador da bancada do MDB – enviava sua licença à Câmara no momento em que os trabalhos começassem. Dessa forma a ARENA ficava em número igual ao MDB, mas tendo o presidente – Mario Eduardo Giacomini – de seu partido ocasionava a negativa aos pedidos. Além de que, o líder da bancada do MDB tinha sido preso no mês de abril do mesmo ano, por motivos acima citados e todos os seus colegas de bancada, além dele, estavam conscientes que precisavam manter-se “na linha”¹⁶³.

Outro grande ponto de discórdia entre as duas bancadas era a questão da eletrificação estatal na sede do município – como tratado no capítulo 1, a mesma era efetivada por uma pequena Hidrelétrica, comandada pelo também vereador Antonio Paschoal Siliprandi – que estava em constante déficit de energia. “[...] quando chovia tinha luz duas horas e quando parava de chover ficava sem luz [...]” (depoimento oral).¹⁶⁴

E esse foi o ponto que gerou a grande discórdia entre as agremiações políticas de Constantina, em 1966. Porém é preciso rever um pouco o que aconteceu anteriormente a instituição da ARENA e do MDB.

Em Constantina, o PTB torna-se o adversário político direto do PSD que se pronuncia a favor da Revolução. Quando em outubro de 1965, o governo Castello Branco editou o Ato Institucional nº 2, que, entre outras medidas, pôs fim ao fim do multipartidarismo. "Ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros", dizia o artigo 18 do referido Ato Institucional, em Constantina prontamente se fizeram as devidas modificações. Surgem ARENA – partido governista - e o MDB – que representaria os adversários do governo, porém se sabe que era mais para o Brasil continuar a ser visto como uma democracia, e esse partido seria um contrário policiado, ou seja, todos os passos do referido

¹⁶² Ata nº 140, datada de 04/06/1966

¹⁶³ Conforme relato do próprio Araújo, de forma oral.

¹⁶⁴ Pronunciamento de Araújo, na sessão da Câmara de Vereadores de Constantina em 18/04/2002.

seriam cuidados pelo governo. Mas, contrária as previsões do governo, o MDB, em todas as instâncias, não se calou e de alguma forma buscava o “retorno à normalidade democrática”.¹⁶⁵

Quando em Constantina ambos os partidos foram criados, os ânimos tornaram-se ainda mais exaltados pelos desmandos de Siliprandi. A grande luta sempre sobrepunha a questão energia elétrica, gerada por uma “usineca”.¹⁶⁶

Para que a questão fosse realmente sanada, o Prefeito da época Giovanni Panazzolo envia para o Delegado de Polícia de Constantina, em 17 de março de 1966, uma petição apresentando o problema e pedindo uma solução. Na referida petição ele alega que:

1 – Os representantes Antônio Paqual Siliprandi ou Edi Siliprandi, desde o ano de 1958, vêm explorando a força e a energia elétrica no município de Constantina, usando águas públicas de propriedade do Estado do Rio Grande do Sul, pois serve de limite o dito rio entre os municípios de Srandi, Constantina e Rondinha (Código de Águas artigo 29 n° II).

2 – Essa atividade vem sendo desempenhada, sem cumprimento das normas legais e em desobediência as leis do país que no caso é regida pelo decreto n° 24.643 de 10 de julho de 1934 CÓDIGO DE ÁGUAS.

3 – Além dessa irregularidade a empresa que se diz concessionária, vem cobrando preços fora do exigido por lei e isso se prova através da cobrança de Kilovates, artigo 4° da lei 4156, imposto único, taxas e outras cobranças de puro arbítrio dos dirigentes, [...]

Não contentes na extorsão de leis federais, o dirigente ou dirigentes criaram taxas fixas sem normas de Kws. com o intuito de mais ainda extorquir do povo o seu sagrado dinheiro. Este assunto constitui verdadeiro crime contra a economia popular, [...]

Ao mesmo tempo requeria

[...] que contra os representantes seja movido o competente inquérito policial, que afinal verificando a irregularidade seja remetido a justiça para na forma da lei, sejam condenados primeiramente por crime contra a economia popular e posteriormente por Extorsão e usurpação de águas.

Requer ainda o firmatário ao ser verificado a irregularidade na cobrança, seja devolvido aos consumidores da luz todo o dinheiro adquirido por extorsão pelo Sociedade Fôrça e Luz Constantina Ltda.

Uma visão ampla da situação elétrica na sede do município de Constantina pode ser esclarecida através do relato de Alberto Machado, médico da época

Muito se tem falado, e falado muito mal, do snr. Antonio Siliprandi. Ele era o chefe, o “coronel” político do município, e proprietário de todo o hoje chamado Bairro São Roque, o “manda-chuva”. Todas as milhares de casas que lá existem hoje, os terrenos foram cedidos (ou vendidos), mas tudo sem a documentação legal. E muitos

¹⁶⁵ Confira DEL PRIORE & VENÂNCIO, 2001, p.161.

¹⁶⁶ Pronunciamento de Araújo na sessão da Câmara de Vereadores de Constantina de 18/04/2002

foram mesmo invadidos, e sobre os mesmos se construíram casas. Você sabe que tudo está em andamento na justiça. Não posso dar opinião a respeito, porque quando eu cheguei aqui tudo já era como está hoje. Mas, voltando ao assunto da luz elétrica, o snr. Antonio era também o proprietário de uma pequena usina hidroelétrica no rio Sarandi, construída por ele, e abastecia a cidade de Constantina. Mas a luz era ligada somente as 6(seis) horas da tarde, e era desligada as 11 horas da noite. Portanto, havia apenas cinco horas de luz para as casas. Era neste horário que se tomava banho de chuveiro elétrico, passava-se roupas (embora se usasse também o ferro à brasa), ouvia-se rádios, etc...; muita gente falava mal do snr. Siliprandi, como falam até hoje, mas eu acho que ele era apenas um empresário que queria lucros, como todo empresário quer. Ninguém dá nada “de graça”. Veja o que as empresas de eletricidade fazem hoje: se não pagar, cortam a luz, aumentam as tarifas a seu bel prazer, e o povão tem de ficar calado. Era o que havia com a luz do snr. Siliprandi, não na escala vergonhosa de hoje, é claro, mas o povo sentia, porque seu poder aquisitivo (há 44 anos) era bem menor. O hospital também se submetia a este horário de luz: das 18 às 23 horas. Quando surgia uma operação de urgência, eu telefonava para o snr. Siliprandi, e ele mandava ligar a energia para o número de horas que eu precisasse. Os ferros cirúrgicos eram fervidos, as seringas e agulhas eram fervidas, pois não podíamos ter equipamentos elétricos para uma melhor esterilização. Era assim em todo o vasto interior brasileiro. [...] ¹⁶⁷

Iniciava-se uma disputa de forças que culminaria nas prisões das pessoas que auxiliaram o então prefeito a arrecadar provas sobre o citado acima: José Antônio de Oliveira Valle, Armando Casa, Bruno Mendonça Costa, Hermeto Araújo e Silva e Ruy Domingos Martini. Também tinham prisão decretada Wilson Riffel – dentista – e João de Mello Saraiva – delegado que aceitou a denúncia, por ambos estarem em viagem a Passo Fundo e receberem aviso dos fatos. O que fez com que os mesmos não voltassem para Constantina e assim não sendo presos.

Além dos referidos acima, Giovani Panazzolo também possuía ordem de prisão que não foi efetuada por ser ligado ao Exército e fazer valer sua patente militar no momento – era sargento reformado do Exército do Brasil.

Pelos fatos descritos observam-se discrepâncias sobre as denúncias e a possível real causa das prisões. Tudo era movido em prol dos objetivos de Siliprandi.

No dia 5 de abril de 1966¹⁶⁸, às 6 horas, apareceu na cidade de Constantina um caminhão do 2º Batalhão da Brigada Militar, com sede em Passo Fundo, conduzindo, mais ou menos, vinte praças armados de fuzis e metralhadoras portáteis, comandados por um sargento, e passaram, imediatamente, a efetuar prisões de pessoas de maior destaque social e intelectual da localidade, sem qualquer indicação dos motivos.

[...]

Os presos foram recolhidos àquela unidade da Brigada Militar e detidos, separados uns dos outros, em regime de incomunicabilidade. Lá foram interrogados pelo 1º Tem. de nome Roberto, quando ficaram sabendo que o motivo de suas prisões fora

¹⁶⁷ Depoimento colhido via e-mail, datado de 26/01/2008)

¹⁶⁸ Portanto aproximadamente 18 dias após o Prefeito entrar com o requerimento na Delegacia de Polícia.

uma denúncia apresentada ao comando da referida unidade militar pelos Srs. Antônio Pasqual Siliprandi e Pompilio Caureo da Silva, o primeiro industrialista e vereador, e o segundo cabo comandante do Destacamento da Brigada Militar de Constantina, sob o fundamento de que os denunciados estavam tramando um assalto ao destacamento policial, promovendo, com isso, subversão da população e dando início a guerrilha.¹⁶⁹

Sabe-se bem como a maioria dos presos daquela época eram tratados, mas conforme depoimentos dos presos de Constantina, constatou-se que sofreram muito mais tortura psicológica e moral do que qualquer outra.¹⁷⁰ Eles fizeram parte da porcentagem que foi presa para averiguação.

Já no dia 09 de abril do mesmo ano, os acusados foram soltos devido a alegação de que nada foi comprovado contra eles. No entanto a agressão moral continuou quando todos os dias, às 17h, todos os presos deviam comparecer junto à Delegacia de Polícia para assina ponto. Foi num desses dias que um dos presos sofreu agressão física do então delegado de polícia Assis Felix da Costa.

[...] fui testemunha ocular no mês de Abril de 1966, de que pelo fato do Dr. JOSÉ ANTONIO DE OLIVEIRA VALLE ter chegado com atraso para a assinatura do mencionado ponto, foi violentamente agredido pelo Delegado Assis a socos e pontapés, causando-lhe lesão aparente na face. E graças á minha intervenção e de meu irmão policial militar, DOBRASIL DA SILVA OLIVEIRA, as agressões foram contidas. [...]¹⁷¹

Também outras duas testemunhas foram arroladas por Valle em seu processo de indenização, onde ambos, falho determinados detalhes, declaram a veracidade dos fatos ocorridos naquela madrugada.

O fato chamou a atenção da população, pois as pessoas [...], depois de presas foram colocadas com roupas de dormir em um caminhão da Brigada Militar de Passo Fundo, tendo esse veículo dado várias voltas na cidade com um contingente de mais ou menos vinte (20) policiais, armados de rifles e metralhadoras portáteis. Após essa operação essas pessoas foram levadas para o quartel da Brigada Militar de Passo Fundo. Decorrido vários dias de prisão [...], voltaram para a cidade de Constantina mas foram obrigados a assinar ponto na Delegacia de Polícia de Constantina. Também é do meu conhecimento de uma agressão sofrida pelo Dr. José Antônio de Oliveira Valle, pois fui visita-lo em razão desse fato, podendo constatar várias lesões no rosto e nos braços, que segundo ele foram causadas por socos e pontapés dados pelo Delegado de Polícia na época. Declaro, ainda, que a época que ocorreram esses

¹⁶⁹ Carta expedida ao Comandante do III Exército General Justino Alves Bastos, enviada por Giovani Panazzolo, em 15/04/1966.

¹⁷⁰ Sobre como os presos eram tratados nos porões da Ditadura, ler BRASIL: Nunca Mais, Editora Vozes; e DAS CATACUMBAS: Cartas da prisão 1969-1971, Civilização Brasileira.

¹⁷¹ Declaração Pública feita por GENTIL DA SILVA OLIVEIRA, que se encontra junto ao processo de indenização de José Antonio de Oliveira Valle

fatos, tinha meu gênero de negocio em frente ao escritório de advocacia do Dr. José Antônio de Oliveira Valle, [...] sofrendo o mesmo por um espaço de sessenta (60) dias sérias restrições e abalos em sua clientela, motivado pelo fato acima, pois como se tratava de uma época de falta de garantias individuais, as pessoas tinham receio de contatar com o mencionado bacharel, com medo de serem interpeladas do porquê de tal relacionamento.¹⁷²

[...] no início do mês de abril do ano de 1966, residia nas imediações da residência do Dr. José Antônio de Oliveira Valle, e por volta das seis (6) horas da manhã, houve um tumulto na vizinhança, motivado pelo fato de sua casa estar cercada de policiais. Na condição de vizinho do mesmo, fui, a exemplo de outras pessoas, ver o que ocorria e, chegando na esquina da rua presenciei que havia mais ou menos vinte (20) policiais armados de fuzis e metralhadoras carregando o Dr. José Antônio de Oliveira Valle em um caminhão da Brigada Militar, da forma como ele havia saído da cama (só de pijama). O caminhão saiu do local e dirigiu-se a outras residências onde foram presos o Dr. Bruno Mendonça Costa, médico local, Hermeto Antônio de Araújo e Silva, técnico em contabilidade, Dr. Armando Casa, advogado e secretário do município, e, Ruy Domingos Martini, comerciante da localidade. Após efetivada as prisões, o caminhão carregado de presos e os soldados armados deu várias voltas na cidade, mostrando à população o ato praticado. Assisti, também, várias vezes e todos os dias as pessoas acima nominadas, dirigirem-se à Delegacia de Polícia de Constantina, a fim de informarem ao Sr Delegado de Polícia da época se estavam na cidade. Tal fato posso afirmar com absoluta segurança, pois o meu trabalho me obrigava a passar em frente a mencionada Delegacia.¹⁷³

Ainda junto ao referido processo, comprova-se, através de declaração expedida por um Médico Clínico Geral, que as agressões sofridas por Valle tiveram seqüelas, não na face, mas no braço esquerdo.

Declaro que examinei hoje o Dr. José Antonio de Oliveira Valle, e constatei: tumoração de aproximadamente 1,5m de diâmetro na extremidade superior, face posterior, do braço esquerdo.
Pelo aspecto, julgo tratar-se de lesão antiga. Consistência endurecida, indolor, sem alteração de coloração da pele circundante.¹⁷⁴

Outra forma utilizada pelos inimigos dos presos foi a distribuição de um panfleto, em agosto de 1966, conforme alega um dos prejudicados, serviria apenas para preparar a população para mais um ato de violência.

Os termos do panfleto, que traz fotografias de pessoas, tem a seguinte referência:

- a) Cafajeste Barato, indicado pela seta ° 1, se refere ao requerente;
- b) Beijudo – indicado pela seta de nº 2, se refere ao Dr. Hermeto Antonio Araujo e Silva.
- c) Molecão – indicado pela seta de nº 3 se refere a pessoa do Sr. Ruy Domingos Martini.

Com o presente documento, se pretende provar o abalo moral e psicológico sofrido, principalmente no seio da família onde viveram naquele mês, momentos de enorme tensão.¹⁷⁵

¹⁷² VITAL MARTINI, Escritura Pública, nº 5.918-030, expedida pelo Tabelionato de Notas de Constantina, datada de 19/11/1998

¹⁷³ ARY FERRONATTO, Escritura Pública, nº 5.917-029, expedida pelo Tabelionato de Notas de Constantina, datada de 19/11/1998

¹⁷⁴ Declaração expedida por Alberto Machado, CRM 2797-RS, em 18/11/1998, anexado no processo de indenização de Valle

As referidas prisões também tiveram repercussão junto à Assembléia Legislativa, em Porto Alegre, em dois momentos distintos: na sessão do dia 11 de abril e na do dia 13 de abril daquele ano.

Em ambos os momentos o Deputado Wilmar Taborda, eleito pelo PTB, na época já MDB, no uso da palavra, relata os fatos ocorridos em Constantina, na madrugada de 05 de abril daquele ano.

Os momentos de anormalidade constitucional, quando não vige com plenitude o estado de direito, acarretam consigo a voragem de apetites e interesses escusos que, para substirem, buscam esconder-se em razões de estado e segurança pública, via de regra. Sob a capa do legítimo esconde-se, às vezes a motivação sorrateira, atentatória ao bem público.

[...]

Agora Sr. Presidente e Srs. Deputados tomamos conhecimento de fatos realmente ilustrativos, ocorridos no pequeno Município de Constantina, localizado entre Palmeira das Missões e Sarandi. [...]

O fato, Sr. Presidente e Srs. Deputados imediatamente causou estarrecimento na cidade de Constantina, eis que todos esses cidadãos são homens de destaque na vida social [...], vêm elevando o conceito daquele Município entre as demais comunas da região.¹⁷⁶

Sendo Taborda oriundo de Palmeira das Missões, existia outro Deputado Estadual dessa região – Ivo Sprandel, também do PTB/MDB, encontrava-se naquele momento em Constantina para apurar os fatos.

Continua Taborda em seu pronunciamento do dia 11 de abril:

[...] Para sindicar, para verificar ‘in loco’ o que se estava passando em Constantina, seguiu para aquele Município nosso colega Deputado Ivo Sprandel. Acabo de receber, [...] uma comunicação daquele Deputado na qual manifesta V.Exa. o descontentamento gerado em toda a região pela atitude arbitrária das autoridades em relação a esses companheiros nossos.

Então, incitado por colegas, relata o porquê das prisões

Segundo consta – e esta é a única razão plausível – houve uma denúncia por parte de adversários políticos do Município de Constantina precisamente a área de influência do Sr. Antônio Siliprandi, pessoa de destaque na vida do Município (concessionário do serviço de força e luz)

¹⁷⁵

Documento agregado ao processo de Valle

¹⁷⁶

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 11/04/1966, sessão nº 18

[...] sob o argumento de que se pretendia tomar o destacamento da Brigada Militar naquele Município[...].

As alegações de Taborda, como previstas, foram rechaçadas na sessão do dia 13 de abril, pelo então Deputado Amaral de Souza, ligado à ARENA.

[...] sobre a conduta do digno Cel. Vargas, muito prestigiado Comandante do II Batalhão Policial de Passo Fundo, no que tange às ocorrências de Constantina, queremos repetir que aquela autoridade militar agiu com a máxima isenção cumprindo com o seu dever, procurando com a sua ação positiva, precípuamente, a tranqüilidade daquele Município do Rio Grande do Sul.

[...] continuo esclarecendo à Casa que o ilustre comandante do II Batalhão policial de Passo Fundo, efetivamente, determinou, em Constantina, a detenção de alguns cidadãos, porquanto pesava-lhes a grave acusação de estarem ligados ao Delegado de Polícia local na prática de diversas tropelias. Aquêlo Delegado havia invadido, semi-embriagado, o destacamento da Brigada Militar localizado em Constantina espancando um praça que lá se encontrava. Eram acusados de terem combinado com o Delegado a invasão, no dia 24 de março, do destacamento da Brigada Militar para obrigar o cabo responsável efetuar a prisão do cidadão Antonio Siliprandi e, caso, este se negasse a fazê-lo, eles próprios, sob a liderança do Delegado, fariam a prisão, utilizando inclusive armas do destacamento.¹⁷⁷

A contenda vai ainda por algum tempo auxiliar a inflamar as sessões da Assembléia em Porto Alegre. Como resultado disso: Taborda, por defender os direitos civis junto à Assembléia Legislativa, tem seu mandato cassado ainda no ano de 1966. Amaral de Souza torna-se um grande representante da ARENA no Estado, indo a Governador do Rio Grande do Sul de 15 de março de 1979 a 15 de março de 1983.

Dessa forma, o ano de 1966 foi um marco para a História de Constantina. Outras manifestações públicas sobre o processo ditatorial pelo qual o País atravessava não se revelou no município. Os constantinenses, no entanto, estavam sempre informados das manifestações que ocorriam nas principais cidades do Brasil, através de jornais – Correio do Povo e Zero Hora – e de rádios – Gaúcha e Guaíba.

Sabia-se que eram os estudantes os críticos mais abertos ao regime e por isso uma das classes mais perseguidas. As atividades estudantis em prol da democracia no Brasil, a partir de 1966, intensificam-se ocasionando uma violenta e generalizada reação policial.

[...] tiveram um grande ensaio geral em setembro de 1966 quando, pela primeira vez desde o advento do novo regime, os estudantes ganharam as ruas com manifestações no Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília e outras capitais, culminando com um Dia Nacional de Protesto, realizado a 22 daquele mês. Esse

¹⁷⁷

episódio, registrado então como “setembrada”, trazia à tona uma mistura de reivindicações específicas na área do ensino, como a defesa da UNE, [...], com denúncias políticas de ordem geral, reunidas no slogan “Abaixo a Ditadura”. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2003, p.133)

Os presos de Constantina, como já comentado anteriormente, fizeram parte da parcela presa somente para averiguações. Porém centenas de outros presos, em todo o país, sofreram torturas pesadas.

De abuso cometido pelos interrogados sobre o preso, a tortura no Brasil passou, com o Regime Militar, à condição de “método científico”, incluído em currículos de formação de militares. O ensino deste método de arrancar confissões e informações não era meramente teórico. Era prático, com pessoas realmente torturadas, servindo de cobaias neste macabro aprendizado. Sabe-se que um dos primeiros a introduzir tal pragmatismo no Brasil, foi o policial norte-americano Dan Mettrione [...] ele utilizou mendigos recolhidos nas ruas para adestrar a polícia [...]¹⁷⁸

Os relatos de pessoas presas e torturadas durante o Regime Militar têm na obra Brasil: nunca mais, da ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, um dos mais completos materiais sobre o assunto.

Talvez a única característica em comum entre todos os envolvidos tenha sido o fichamento junto ao Departamento de Ordem Política e Social (Dops), feito a partir de 1967 onde caracteriza os principais personagens políticos da localidade.¹⁷⁹

Cx. 6 - Mario Eduardo Giacomini - DOPS 1.1460.6 – Cx. 06 – Prontuário Geral n. 0034 - 10/10/67: OB n. 103/SCI/67 – Of. N. 99/DP. Constantina/67 – O nominado é vereador em Constantina com boa atuação na Câmara, seu partido político é a ARENA.
15/03/69: IP n. 1/DP Constantina/69 – O nominado foi indiciado no Inquérito citado, juntamente com Valdoiro Algayer e Leonildo Santin, por delito perpetrado contra a Administração Pública. Art. 321 =do CPB.

Cx. 6 - Antonio Pascoal Siliprandi – Prontuário Geral n. 0065
10/10/67: OB n. 103/SCI/67 – Of. N. 99/DP. Constantina/67 – O nominado é vereador em Constantina com boa atuação na Câmara, seu partido político é a ARENA.
15/03/69: IP n. 1/DP Constantina/69 – O nominado foi indiciado no Inquérito citado, juntamente com Valdomiro Algayer, Leonildo Santin e Eduardo Giacomini (Mario Eduardo Giacomini), por delito perpetrado contra a Administração Pública. Art. 321 =do CPB.

Cx. 08 - Ruy Domingos Martini: 10/10/67 – OB nº 103/SCI/67 – Of nº 99/DP. Constantina 67 – O nominado esteve envolvido no Movimento de 31 de março, foi 2º vice presidente do extinto PTB, neste município.

Cx 11 – Giovanni V. Panazzolo: - DOPS 1.2762.11 – Prontuário Geral n. 0017

¹⁷⁸

Confira ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2003, p.32.

¹⁷⁹

A pesquisa foi realizada no dia 12/12/2008, junto ao Arquivo Histórico em Porto Alegre.

10/10/67: OB n. 103/SCI/67 – Of.99/DP. Constantina/67. O nominado é prefeito em Constantina, foi eleito pelo extinto PTB. Sua atuação frente à Prefeitura é boa, não tem partido político. Respondeu a Inquérito Policial, durante a Revolução de 31 de março por infração dos artigos 9 e 10 da lei n. 1802 de 05/01/53.

15/03/69: IP n. 01/DP. Constantina/69 – O nominado apresentou contra Antonio Pascoal Siliprandi, Mario Eduardo Giacomini, Valdomiro Algayer e Leonildo Santin por crime de Calúnia e Estelionato, entretanto o delito perpetrado encontra-se contido no art. 321 do CPB contra a Administração Pública.

30/05/69: OB n. 241/SCI/69 – O nominado, eleito pelo extinto PTB, colocou a máquina administrativa municipal a serviço dos candidatos do MDB, fazendo perseguições políticas especialmente contra o magistério municipal e do DIMEP. Da mesma forma órgãos da administração estadual com sede no município estiveram mobilizados a favor dos candidatos vencedores, etc. etc.

Fica claro que todos os envolvidos com a administração pública do município eram monitorados pelos militares através de fichas atualizadas pela Delegacia de Polícia de Constantina.

Também se faz necessário salientar que os presos de Constantina, quando de sua volta de Passo Fundo, seguiram suas atividades normalmente, ocasionando junto às sessões da Câmara Municipal discussões sobre o ocorrido em 05 de abril.

Um dos fatos mais marcantes foi o relato do então vereador Hermeto Araujo e Silva, um dos presos, na sessão do dia 04 de junho de 1966:

[...] o nome do denunciante virá a esta Casa, pois o descobrimos como já descobrimos na perseguição passada [...] resta a quem quer que seja, para que prove algo contra as pessoas detidas e apontem algo que possa manchar seus nomes. Finaliza dizendo que deseja deixar registrada nos anais da Casa, a sua crítica veemente ao Legislativo Municipal pela maneira como este de conduziu quando tão graves acontecimentos ocorriam no município, nada tendo feito e entrando simplesmente em recesso.¹⁸⁰

Após pedindo a palavra o também vereador Antonio Siliprandi expõe seu ponto de vista sobre a situação, visto que já sabia que caía sobre ele a acusação da delação dos presos à Brigada Militar de Passo Fundo.

Naquela oportunidade o entrevista [Giovani Panazzolo, em Porto Alegre, para o Correio do Povo], categoricamente afirmara que o denunciante, das pessoas que foram presas, havia sido ele, orador [quem falava no momento era Antonio Siliprandi], e que a motivação da denúncia se prendia a assuntos referentes ao fortalecimento de energia elétrica no município. Por tal razão, o orador, neste momento, encarregava o Sr. Líder da situação, e fazia o mesmo portador de uma proposta a ser levada ao Sr. Prefeito municipal nos seguintes termos: “Me comprometo Sr vereador, renunciar meu mandato, se na denúncia formulada às autoridades policiais e militares, de Passo Fundo, há uma letra minha ou em

¹⁸⁰

Ata n° 140, de 04/06/1966

qualquer linha haja o meu nome”. Lanço este desafio ao ser. Prefeito, condicionando-o à condição de que se ele não puder provar a minha participação na dita denúncia, que ele, Sr. Prefeito, também renuncie ao seu mandato.¹⁸¹

Ao que parecia, Siliprandi fez uma proposta ao Prefeito, Panazzolo, que sabia o primeiro nada existir de concreto, com seu nome, nas denúncias que chegaram até a Brigada Militar, em Passo Fundo, para ludibriar o então prefeito e fazê-lo renunciar. Fato que estavam tentando a todo custo visto que era o único prefeito da região de partido contrário à situação nacional.

As divergências e conflitos entre MDB e ARENA não param por aí, na Câmara Municipal nem naquele ano. Em outubro o vereador Divino Mafessoni, presidente da Câmara eleito pela ARENA, alerta para um pedido de impeachment contra o Prefeito Giovani Panazzolo, pelo motivo de o estarem acusando de má administração do dinheiro público, visto que assinou o Balanço de 1965 feito erroneamente pelo então Contador da prefeitura Municipal Léo Finger. “O senhor presidente comunicou a Casa que dera entrada na Mesa uma denúncia contra o senhor Prefeito Municipal, pedindo, por motivos diversos enumerados na petição (denúncia), seja decretado o ‘impeachment’ de sua Excia.”¹⁸²

Na mesma sessão, Hermeto Araujo e Silva, no momento de sua fala, apresenta o pedido de cassação do vereador Antonio Siliprandi.

[...], por infração aos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e de outras leis que regem a matéria, é pedida a cassação do mandato do vereador Antonio Paschoal Siliprandi. [...], diz que é dever do vereador zelar pelo cumprimento dos dispositivos da lei Maior do Município, na forma do juramento sagrado feito pelo vereador ao ser empossado. Não devemos temer nem vacilar, prossegue o orador, quando se trata de manter a honrosa tradição do Legislativo Constantinense, cumprindo com nosso dever de legislador e de cidadão. Assim devemos proceder sempre que um membro da Câmara por seus atos, possa manchar o bom nome da Casa e só assim teremos tranqüila a nossa consciência.¹⁸³

Ainda dentro das disputas entre os dois grupos, sabe-se que Panazzolo sofreu impeachment, porém, através de “[o mesmo] impetra junto ao Dr. Juiz de Direito de

¹⁸¹ Declaração proferida pelo Vereador Antonio Paschoal Siliprandi, Ata nº 140, de 04/06/1966

¹⁸² ATA nº 147, de 13/10/1966

¹⁸³ Ibidem

Carazinho Dr. Nelson Costi, que respondia pela comarca de Sarandi, MANDADO DE SEGURANÇA, requerendo a sua permanência no cargo”.¹⁸⁴

A resposta ao pedido de Panazzolo veio no dia 11 de fevereiro de 1967¹⁸⁵

É líquido e certo o direito do impetrante de somente ser afastado do cargo, por crime de responsabilidade, se apurado em processo legal, assim não podendo ser considerado, pelos motivos acima expostos, o processo em curso na Câmara Municipal de Constantina.

Concedo, pois, ao impetrante, preventivamente, a segurança requerida. (NELSON COSTI, Juiz de Direito substituto)

Tanto assim, que Panazzolo concluiu seu mandato, exercendo, inclusive, um “mandato tampão”¹⁸⁶, ficando no cargo de 1964 a 1968.

Quanto a Siliprandi, foram-lhe concedido dez dias para apresentar defesa, sendo o pedido de cassação do mesmo negado. Tanto que consegue se reeleger para o mandato de 1968 a 1972.

O dia-a-dia dos constantinenses era totalmente diferente do levado nas cidades maiores onde o clima que predominava era sempre tenso: “Aqui a gente só escutava pela rádio, mas aqui era tudo calmo. Ninguém queria complicação com a polícia. As dez da noite tava todo mundo dentro de casa.”¹⁸⁷ Em outros relatos, afirma-se que “Eu com a minha bodega não tinha mais problema com os bêbados, eles sumiram nessa época. Foi uma época boa. Sem folia pelas ruas. As pessoas tinham mais respeito umas com as outras.”¹⁸⁸ “Na escola a gente tinha um inspetor, mas nada que não desse pra trabalhar como sempre. Ele só ficava cuidando prá ver se a gente não falava mal da Ditadura. Pra que a gente ia falar mal? Todo mundo tinha emprego, todo mundo tinha comida. Não existia vadio.” Diamantino Zanella, em entrevista a Angelica Ghedini Santin, em 10/11/2005¹⁸⁹

¹⁸⁴ Depoimento por escrito de Valle datado de 15/05/2007

¹⁸⁵ Um tanto demorada, mas conforme consta da própria resposta do Juiz “Demorada pelo acúmulo de serviço procedente dos onze (11) municípios sob a minha jurisdição”.

¹⁸⁶ Expressão usado por Mario Eduardo Giacomini, em entrevista datada de 02/08/2007.

¹⁸⁷ Anelino Menegazzo, entrevista concedida a aluna Ana Paula Mori Previatti, em 08/10/2005)

¹⁸⁸ Elísio Bressan, em entrevista ao aluno Vinicius Signor, em 05/11/2005

¹⁸⁹ As falas foram feitas para um trabalho sobre o Período Ditatorial com uma turma de terceiro ano do Ensino Médio, em 2005, junto a moradores de Constantina. Os relatos se encontram em poder de Caciana Luzia Ferronato, professora que organizou as entrevistas. A pergunta chave nas mesmas era: Como era a sua vida em Constantina, no período da Ditadura Militar? Foram entrevistados pessoas de vários segmentos da comunidade,

Mesmo não tendo ocorrido nenhum outro fato como as prisões de 1966, e a vida se tornar pacata, durante a Ditadura Militar a cautela persistiu, muito mais com a legalização do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968:

O que ocorreu a partir daí foi um recrudescimento das arbitrariedades e violências, como prisões arbitrárias, tortura, desaparecimento de pessoas, invasão de domicílios, cassações de direitos e ampla corrupção, tanto quanto ao uso das instituições públicas quanto relativamente aos desvios de recursos públicos. Deve-se observar, entretanto, que tudo isso já ocorreu desde a substituição do Presidente da República, eleito pelo povo, por uma junta militar, em 1º de abril de 1964.¹⁹⁰

E eram nas cidades maiores, com grupos organizados advindos de Sindicatos e associações de estudantes, que a luta persistiu até a redemocratização do Brasil ocorrida somente em 1985, com a eleição, mesmo que indireta, de um civil à Presidência da República, o mineiro Tancredo Neves.

4.4. A vitória dos homens de pijama

Quando inicia no Brasil o período ditatorial de 1964, via-se que a economia nacional estava debilitada, sobretudo pela quase que ruptura do Governo Jango com instituições internacionais. Dentro desse contexto, identificava-se, segundo Skidmore (p. 69): “na inflação acelerada o principal obstáculo a um sadio desenvolvimento econômico.[...] causada principalmente pelo excesso de demanda, que, por sua vez, tinha as seguintes causas: déficits do setor público, excesso de crédito para o setor privado e excessivos aumentos de salário.”

No entanto, o desenvolvimento econômico dependia de empréstimos estrangeiros advindos, conforme Skidmore, p. 87:

[...]de organismos como o Banco Mundial e o BIRD (Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento), [em contrapartida seria preciso apresentar] projetos (rodovias, escolas, usinas hidrelétricas etc.), que em seguida deviam ser processadas. [Mas o objetivo não foi alcançado afinal] de 1964 a 1967, o Banco Mundial levou mais dinheiro para fora do Brasil (em amortizações de empréstimos) do que enviou para cá.

alguns permitiram que suas falas fossem usadas como material de pesquisa, assinando um termo que constava junto a relação de perguntas.

¹⁹⁰ CONTREIRAS, Hélio. *AI-5: a opressão no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p.9.

Após a deposição do presidente João Goulart, o governo do general Castelo Branco formulou um programa econômico de curto prazo que objetivava o controle da inflação e a correção das distorções que haviam sido criadas no sistema econômico resultantes da rápida substituição de importações da década de 1950 e do longo período de inflação. Essas políticas foram continuadas pelo governo do general Costa e Silva, que tomou posse em 1967.

As reformas fiscal e financeira associadas à mudança da política econômica e à política de arrocho salarial, concentrando ainda mais a distribuição de renda, impostas pela ditadura militar sob o comando do general Castelo Branco no período 1965/66, propiciaram a recuperação da economia brasileira a partir de 1967, basicamente via expansão do setor de bens de consumo durável, dando origem ao que se denominou de “milagre econômico”.

O modelo econômico adotado rende finalmente seus frutos, e o Brasil, até 1973, apresenta taxas bastante elevadas, superando os 10% ao ano. [...] Sabe-se hoje que o “milagre” ampliou, em relação aos padrões da economia brasileira da época, um mercado de produtos industriais de custo elevado, como o de automóveis. Tal decisão gerou um quadro perverso no qual a concentração de renda tornou-se necessária para garantir o funcionamento do sistema econômico.¹⁹¹

A partir de 1964, os diversos governos militares que se sucederam aprofundaram a tríplice aliança entre o Estado, a burguesia nacional e o capital internacional, atraíram vultosos investimentos diretos do exterior e captaram recursos em bancos internacionais para financiarem a expansão da infra-estrutura de energia, transportes e comunicações.

Neste contexto, lideranças de Constantina viram a oportunidade de requerer novamente a estatização da energia elétrica no município, tida como a grande mola propulsora dos fatos desencadeados em abril de 1966.

Sua solução tomou forma coesa, quando da criação do Lions Clube, em 28 de junho de 1968, que seria formado, em sua maioria, das pessoas que foram presas em 1966 obtendo apoio de outros clubes regionais.

Em 19 de agosto de 1969, o Lions Clube de Constantina, elaborou um documento oferecendo às autoridades competentes dados que demonstravam que a Sociedade Força e

¹⁹¹

DEL PRIORE & VENÂNCIO, 2001, p.370

Luz Constantina Ltda. não oferecia um serviço com a qualidade para que o município pudesse se desenvolver economicamente no ritmo que o País se encontrava. E solicitando ao governador da época Walter Perachi de Barcelos uma solução para o caso:

Que em nossa cidade, não há iluminação pública ruas e, a noite a população não tem o mínimo de segurança, correndo o risco de toda a sorte de atentado, é lamentável ver cerca de duzentos estudantes que freqüentam o Ginásio Noturno, transitarem por esta escuridão.

[...]

Sabemos que uma das metas principais do Governo de V. Excía. é a eletrificação de nosso Estado o que realmente vem se verificando o progresso nesse sentido. Daí a razão desse clube de serviço, [...], em mais uma de suas colaborações que vem dando para a solução do problema em nosso município, se dirigir a V.Excía fazendo uma apelo para que seja ligado a C.E.E.E. em nossa cidade e nos demais núcleos de nosso município.¹⁹²

O governador, de posse desse documento, solicitou do Secretário de Minas e Energia Henrique Anawate o seguinte: “Para que seja dado uma solução definitiva no caso pois população não pode continuar sofrendo as restrições da falta de luz e energia” (19/08/1969)

Também expuseram a questão de no Distrito de Engenho Velho não se viabilizar a construção de um Hospital pelo simples fato de não possuir energia elétrica, como no Distrito de Xingu, onde já existia uma Cooperativa de pequenos agricultores que queriam construir um silo e eram impedidos pelo mesmo motivo.

Porém essa atitude não resultou em uma resposta objetiva, pois o governo Perachi chegava ao fim e, não querendo se comprometer contra seus companheiros de partido, engavetou o pedido.

O Lions então passou a tornar público a situação do município de Constantina, ocupando espaços nos jornais e rádios, câmara dos deputados, assembléia legislativa e outros, existindo, inclusive documentos da época que comprovam tais iniciativas. Culminando os trabalhos com uma visita de uma comissão de deputados da Assembléia Legislativa do Estado, presidida então pelo Deputado Valdir Pires, ao município de Constantina.¹⁹³

¹⁹² Fragmento do documento expedido pelo Lions Clube de Constantina ao Governador do Rio Grande do Sul, em 19/08/1969

¹⁹³ Ver fotos da visita em anexo.

Dessa forma constatou-se de fato o problema de energia que o município enfrentava, através de visita a usina, sua rede, ouvindo pessoas. O resultado foi o agendamento de uma audiência com o Governador do Estado Euclides Triches, onde foi entregue ao mesmo Dossiê da situação de Constantina¹⁹⁴.

Ainda, como uma última tentativa de solucionar o problema, foi determinada pelo mesmo uma investigação do Ministério de Minas e Energia, para ver da viabilidade da encampação pela CEEE dos bens da Sociedade Força e Luz Constantina Ltda.

Veio para Constantina um soldado do Exército, a paisana, somente o Prefeito da época, Hermeto A. Araujo e Silva, sabia quem era o soldado e quando chegou. Tal soldado tinha a função de averiguar se as denúncias eram fundadas em verdades.

Então,

após se apresentar junto à Prefeitura, fomos jantar no hotel do Antonio Giacomini. Era verão e o soldado pediu uma cerveja. Eis que a mesma veio quente. O soldado interpelou o dono do hotel e esse lhe disse: 'Temos luz só até umas horas e bem fraquinha, não agüenta nem geladeira, parece luz de vela.' No outro dia o soldado solicitou uma maquina de escrever a secretaria da Prefeitura e posse a escrever. Agradeceu a atenção e foi embora. Alguns meses depois chegaram novos caminhões do Exército e pararam bem em frente à Prefeitura. A secretária veio correndo e disse que os soldados tinham voltado em um caminhão. Fui me esconder no banheiro da Prefeitura acreditando que iria novamente ser preso. Mas não era nada disso, os soldados tinham vindo para ligar a energia da CEEE no Hospital do Machado e na caixa d'água da cidade. Mais tarde ligaram a da Praça central Getúlio Vargas. Vinha povo de toda a região ver a praça iluminada a noite. Na época era a mais bonita dessa região. (depoimento oral)¹⁹⁵

Entretanto, o administrador da Usina que fornecia energia à sede do município – Siliprandi - se mostrara intransigente nessa negociação e o caminho foi então a CEEE assumir a responsabilidade da energia no município¹⁹⁶, fato que se deu nos anos de 1970, quando então era prefeito o Sr. Hermeto Antonio Araújo e Silva, um dos presos de 1966.

Com o problema da luz resolvido os grupos políticos continuaram suas caminhadas. Dos presos daquela época somente Bruno Mendonça Costa morreu. Hermeto Araújo e Silva e Antonio de Oliveira Valle permanecem em Constantina. O primeiro advogando e sendo o

¹⁹⁴ Ver foto da audiência em anexo.

¹⁹⁵ Depoimento oral de Hermeto Araujo e Silva em 31/07/2008

¹⁹⁶ Depoimento oral de Loir Pedrotti, em 06/07/2008

presidente do PMDB, o segundo também advogando e vendo seu filho mais velho, que na época das prisões, já era aguardado, sendo eleito Vice-Prefeito de Constantina.

Ruy Antonio Martini e Armando Casa residem em Porto Alegre, o primeiro aposentado e o segundo advogando.

Todos entraram com pedido de indenização e receberam valores conforme a Lei Estadual nº 11.042/97, que se refere às indenizações:

Art. 1º: O Estado do Rio Grande do Sul indenizará, nos termos desta Lei, as pessoas que, presas ou detidas, legal ou ilegalmente, por motivos políticos entre os dias 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, que tenham sofrido sevícias ou maus tratos, que acarretaram danos físicos ou psicológicos, quando se encontravam sob a guarda e responsabilidade ou sob o poder de coação de órgãos ou agentes estaduais. Parágrafo único: Não terá direito à indenização a pessoa que já a tiver obtido judicialmente, em ação movida contra o Estado do Rio Grande do Sul, ou que o esteja acionando com este fim, ressalvada, neste último caso, a hipótese de desistência da ação antes do encaminhamento do pedido de que trata o artigo 4º desta Lei.”

O Estado do Rio Grande do Sul, foi o primeiro Estado a estabelecer uma lei para garantir uma reparação simbólica¹⁹⁷ a todos aqueles que foram afetados pelo período da Ditadura, a partir de então vários Estados criaram mecanismos próprios para averiguar cada situação. Hoje os processos são julgados a partir da Lei Federal nº 9.140/95, modificada pela Lei nº 10.536/02, com os respectivos dispositivos que a complementam.¹⁹⁸

Da bancada o PSD/ARENA, da época das prisões, somente a família de Mario Eduardo Giacomini permanece morando em Constantina. Deixou para seus sobrinhos a herança política. No último pleito seu sobrinho concorreu a vice-prefeito pelo PP contra a coligação PT/PDT/PMDB que tinha como candidato a vice-prefeito Aluisio Valle, filho de José Antonio de Oliveira Valle, um dos presos de 1966.

Edi Siliprandi, herdeiro político de Antonio Paschoal Siliprandi, mudou-se para o Estado do Paraná, ainda na década de 1960. Em 1990 candidatou-se, pelo PDT, a uma cadeira

¹⁹⁷ Simbólica, pois as primeiras indenizações, as quais os presos de Constantina de 1966 receberam entre R\$ 10.000,00 e R\$ 30.000,00, sabendo também que nenhum valor monetário pode ressarcir os danos causados pelos dias passados na prisão em Passo Fundo, segundo Araújo e Valle.

¹⁹⁸ É importante ressaltar que a mudança ocorrida entre essas duas leis é de significativa importância aos presos durante o período da Ditadura Militar, visto que a primeira não contemplava esse segmento, vindo a ser retratada somente em 2002, com a segunda referida.

na Câmara de Deputados Federais. Conseguiu se eleger portando a bandeira da formação do “Estado do Iguaçu”. Eleito, Edi Siliprandi buscou a efetivação de sua proposta de campanha. No primeiro semestre de 1991, realizou vários discursos na tribuna da Câmara, e colocou seu gabinete inteiramente à disposição do movimento. No dia 10 de agosto, reuniu em Pato Branco várias lideranças políticas e simpatizantes para discutir a “mobilização da região”. Neste encontro, foi organizada, provisoriamente, uma comissão central e três comissões regionais, para mobilizar a região, coordenar e, dar sustentação política às comissões municipais, que passaram a ser criadas, ao mesmo tempo, que seu trabalho era feito em Brasília, junto aos demais Deputados, na preparação e tramitação do Projeto Legislativo.

Apesar de toda a estrutura montada e trabalho incessante, o projeto do novo Estado foi rejeitado em março de 1993.

Também em 1994, já pelo partido PSD, Siliprandi entra com pedido de plebiscito para a criação de mais um estado: o Estado de São Paulo do Sul. Novamente tem suas aspirações frustradas.

A partir de 1994 candidata-se a vários cargos públicos não conseguindo se eleger. Porém, conforme descrito acima, ainda faz parte de debates sobre emancipações, quer sejam em âmbito municipal ou estadual.

No que diz respeito à Constantina, ainda possui ligações econômicas com o município. Até hoje luta para ser indenizado por terrenos que alega terem sido invadidos e que pertenciam a sua família. Terrenos esses, que segundo, depoimentos, foram a grande causa do mesmo ter perdido o pleito municipal de 1963.

Antes simpatizava com o PDS – coisa de berço, votando contra somente em 1963 contra o candidato Edi Siliprandi (PSD) a favor de Giovanni Panazzalo (PTB), devida ao pai de Edi ter “passado a perna em mim e no meu pai na compra de uns terrenos na cidade” – na época moravam no interior – Linha Taquaruçu. Outros simpatizantes do PSD votaram contra o candidato desse partido pelos mesmos motivos – Balduino Costa, Capelli, Zeferino Almeida – o que acarretou na perda das eleições pelo PSD por 43 votos. Ou seja, a perda dessa eleição ocorreu porque 4 famílias do PSD se voltaram contra o mesmo pelas atitudes da família de Antonio Paschoal Siliprandi, pai de Edi. (entrevista oral)¹⁹⁹

Seus pedidos de reintegração de posse iniciaram em 1983 e permanecem até hoje em aberto, tendo na pessoa de José Antonio de Oliveira Valle, um dos presos de 1966, representante jurídico de partes contrárias à Siliprandi na Justiça devido o direito pelas terras.

Ou seja, as disputas que se iniciaram na década de 1960 ainda perduram, dentro das linhas jurídicas, tendo Edi Siliprandi como requerente e famílias constantinenses como rés. São vários processos, onde as famílias alegam terem comprado os lotes, mas não receberam as escrituras. Prática usada constantemente pela família Siliprandi, não somente em Constantina, ocorrendo casos no Estado do Paraná.

Como é a situação encontrada na cidade de Pato Branco.

Na localidade, existem umas 30 ou 40 famílias que vivem como esta senhora. O terreno pertencia ao Sr^o. Edi Siliprandi, ex-deputado, mas ele negociou com o Dr. Alcení Angelo Guerra, ex-ministro da Saúde do governo Fernando Collor de Mello, quando era prefeito em Pato Branco-PR. Este responde a uma ação na justiça que ainda não foi julgada. A audiência está marcada para o ano que vem, segundo nos informou a juíza.²⁰⁰

Os processos em Constantina estão seguindo os prazos estipulados pela Justiça. Muitas pessoas tiveram de sair de suas casas, pois Edi Siliprandi ganhou a reintegração dos terrenos, passando para as famílias despejadas um valor referente às casas existentes nos mesmos.

Algumas manifestações são feitas em prol das famílias despejadas, porém como as mesmas não possuem documentos legais da posse dos terrenos, resta constantinenses deporem a favor alegando a veracidade da propriedade dos lotes por parte das famílias ali moradoras. Depoimentos feitos, até mesmo, por antigos aliados políticos de Siliprandi que também correram o risco de perder sua propriedade pelo mesmo motivo alegado por Siliprandi; mas que conseguiram provar serem donos dela.²⁰¹

Novamente a localidade de Constantina se vê em meio a um embate onde quer prevalecer a vontade de um pequeno grupo em detrimento do grande grupo.

²⁰⁰ Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais – DhESC Brasil. Extrema Pobreza no Brasil: a situação do direito à alimentação e a moradia adequada. 2002, caso 32.

²⁰¹ Conforme depoimento de Deomir Ítalo Carboni.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário de disputa protagonizado por grupos da esquerda e militares e seus apoiadores, durante o período da ditadura, transformou-se numa linha rica de pesquisa e relato. Este trabalho buscou retratar uma dessas lutas situadas em uma região determinada – Constantina – porém não fugindo do contexto maior – Brasil; onde as diferenças políticas tornam-se ainda mais distintas, influenciando nas decisões primordiais da localidade. Neste caso, a energia elétrica e o desenvolvimento econômico da pequena região.

Em todo o território brasileiro, o ano de 1964 foi caracterizado pela ruptura de um status que vinha sendo construído desde 1951 com a subida de Vargas ao poder, instalando um Governo populista que ia de encontro às aspirações desenvolvimentistas da elite econômica brasileira. Foi deposto o governo legitimamente eleito pelo voto popular e revogados seus atos em prol da reforma agrária e contra as remessas de lucros das empresas estrangeiras obtidos no território nacional.

Este processo iniciou-se em 1961: João Goulart assume a presidência, e os receios elitistas se alargam acusando-o de ser simpático a causa comunista. Em Constantina, neste período, as elites deixam suas diferenças de lado e se unem para fazer valer a Constituição.

No entanto, com a campanha contra Jango, liderada pelos militares direitistas e pela elite econômica brasileira, que culmina com o Golpe Militar de 1964, essa aliança temporária é rompida e as diferenças e disputas voltam com muito mais força.

Sabe-se que neste período milhares de pessoas foram presas, torturadas e tiveram seus direitos políticos cassados. Ora por serem sindicalistas, camponeses, advogados ou parlamentares, ora por serem funcionários públicos, ferroviários ou simplesmente estudantes. Outras tantas conseguiram escapar para o exílio. No caso de Constantina por serem de um

grupo contrário aos objetivos do líder da ARENA, partido do governo naquele momento, que usou seu posto de liderança para proteger seus interesses, buscando em um dos grandes objetivos do Regime embasamento para que as prisões ocorressem – a Doutrina de Segurança Nacional.

Baseado nos fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional, o Governo Militar amparou-se para aniquilar o Estado do Bem Estar. Segundo essa doutrina, o principal inimigo está dentro do próprio país e deve ser procurado entre o povo. Para defender o Estado de Segurança, justifica-se a violação aos direitos constitucionais e da pessoa humana.

Em Constantina, o grupo ligado ao PTB, e liderado pelo advogado Hermeto Araujo e Silva, foi perseguido pela ditadura por ter sido apontado como inimigo da Pátria. Alguns líderes, além de Araújo e Silva, foram presos junto ao Batalhão da Brigada Militar de Passo Fundo e após alguns dias soltos, pois nada foi comprovado. Estabelece-se, dessa forma, uma questão: se realmente não existiam provas o próprio Regime tratava de libertar seus contrários, não deixando de monitorá-los, como ficou claro quando todos os dias após a soltura precisavam se apresentar junto à Delegacia local para assinar livro-ponto.

As prisões ocorridas em 1966, segundo documentos analisados, vieram de denúncias sem provas concretas. Nem mesmo os denunciante de fato foram esclarecidos, apenas existem suposições quanto a eles.

Ficou claro durante o trabalho que as discórdias políticas durante todo o processo esteve liderada por duas famílias: a Siliprandi e a Araujo e Silva. Defensores respectivamente do PSD/ARENA e PTB/MDB. Também se percebe que a liderança das duas famílias ultrapassa os limites políticos e permeava a questão econômica do município.

Os problemas advindos da ditadura militar parecem ter se arrefecido no decorrer do período até o momento em que a CEEE encampou seus serviços no município, no ano de 1970, pois não se tem relato de nenhum outro incidente do porte das prisões.

Quando em 1970 a luz estatal foi instalada no município, vários serviços foram melhorados, como também a vida social e econômica se desenvolveu. “Lembro bem quando teve a Copa de 70. Organizamos uma festa da comunidade no Salão da Igreja. Pedi

emprestadas todas as televisões dos paroquianos de Constantina e as instalei por todo o salão. Como televisão ainda era uma novidade e todo brasileiro é louco por futebol, nosso lucro foi bem grande.”²⁰²

Em um relato, que faz parte de um maior já utilizado no presente trabalho é de um dos médicos da época em Constantina, Alberto Machado, que faz uma reflexão sobre as disputas políticas no município.

O que havia em Constantina, e há ainda hoje, infelizmente, é a politicagem. São os ódios políticos, as brigas até dentro das famílias por causa da política. Vou te dizer uma coisa que você não sabe, certamente: NO DIA DA MORTE DO SNR. SILIPRANDI, ENQUANTO ELE ESTAVA SENDO ENTERRADO, HAVIA PESSOAS SOLTANDO FOGOS DE ARTIFÍCIO DE ALEGRES QUE ESTAVAM PELA MORTE DO INIMIGO POLÍTICO.²⁰³

Pode-se alegar que o Estado do Rio Grande do Sul optou pela instalação da energia estatal em Constantina, porque um dos objetivos claros do governo militar era o desenvolvimento econômico em todo o território nacional. Assim, seria preciso desfazer os entraves existentes para alcançar tal anseio.

Percebe-se outra peculiaridade em Constantina, também descrita no trabalho, as disputas políticas suplantavam as siglas partidárias e adentravam, até mesmo, nas famílias:

Olha que engraçado: na época dos Siliprandi, veio dois prá cá – o Antonio e o Franklin – eram irmãos, mas não se davam. Inclusive eram adversários políticos e econômicos. Ali onde é a Cooperativa era do Antonio, onde é a Quero-Quero era do Franklin. Cada um tinha um comércio – loja de secos e molhados, de roupa, moinho,... esse tipo de coisa. Mas o Antonio sempre foi o mais forte.²⁰⁴

Com o estudo, também se pode fazer a ligação entre água-luz e luta política da seguinte forma: como no Brasil a maior parte da energia elétrica provém das águas correntes, os líderes locais têm poderes para ir em busca de uma melhoria neste setor que gere desenvolvimento econômico e melhora na vida diária dos habitantes da região em questão. Eram lutas dessa envergadura que gerou os maiores conflitos no período: grupos que não calavam e iam em busca de respostas e melhoras à população. O grupo de Constantina diminuiu o “ruído” e as disputas se acalmaram. Outros grupos continuaram em busca das verdades sendo perseguidos pelos censores.

²⁰² Depoimento via e-mail de Getulio Teixeira Guimarães, Vigário Paroquial e Pároco em Constantina de 1969-1975

²⁰³ Depoimento via e-mail datado de 26/01/2008

²⁰⁴ Depoimento oral de Deomir Ítalo Carboni, em 05/01/2008

O que deixou um rastro de perseguições, prisões arbitrárias, assassinatos, fim da liberdade de imprensa e restrição aos direitos individuais. Os defensores da ditadura, porém, garantem que o Brasil vivia uma bagunça generalizada sob o governo Goulart e que o ufanismo imposto pelos militares resultou num crescente desenvolvimento do país. Foi a época do chamado “milagre econômico”, quando o Brasil avançou à custa, dizem hoje a maioria, de uma dívida externa astronômica.

A ditadura começou a ruir no final dos anos 70 e o país voltou à democracia em 1985, após o conhecido movimento das “diretas já” e a posse de José Sarney. Apesar das dificuldades, a construção e consolidação de instituições democráticas foram tidas como uma exigência das condições históricas para alcançarmos uma sociedade integrada e moderna, dentro do que se via no período da abertura política, no contexto mundial.

A luta pelo esclarecimento das mortes e desaparecimentos políticos ocorridos durante o período da ditadura militar brasileira iniciou-se ainda na primeira metade dos anos 70 e se estende até os dias de hoje. De início, foram os grupos de familiares que, em diferentes Estados, começaram a se organizar para denunciar não somente as mortes e desaparecimentos de seus parentes, mas também as torturas e as péssimas condições pelas quais passavam os presos políticos na época. Naquele momento, foi de fundamental importância o apoio de alguns setores da Igreja, com suas Comissões de Justiça e Paz, e de alguns parlamentares opositores.

Hoje, a questão das mortes, desaparecimentos e prisões vem tomando vulto perante a sociedade através das várias matérias veiculadas nos meios de comunicação em que o Ministro da Justiça, Tarso Genro, vem a público dizer que os “torturadores” da Ditadura devem ser julgados e condenados pelos crimes cometidos.

Aqui não cabe questionar esta questão jurídica, porém salientar que muitos perseguidos da época estão recebendo do Estado Brasileiro o reconhecimento em função de terem sido injustamente castigados neste período. Também cabe salientar que todo o estudo em prol do reconhecimento histórico do País é válido, independente do período estudado, analisado. Além de deixar em aberto todos os outros fatos ocorridos em pequenos locais como Constantina, que também possuem um valor dentro do contexto maior, e que precisam ser

relatados para tornarmos esclarecidos todos os acontecimentos do período de 1964 a 1985; proporcionando à sociedade brasileira o seu reencontro com o passado tornado-a responsável para assumir os delitos e retratar todas as injustiças cometidas no período.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alvenir Antonio de. *As usinas hidrelétricas e os atingidos da bacia do Rio Uruguai: intenções entrecruzadas*. Dissertação de Mestrado. Orientador: Prof. Dr. João Carlos Tedesco. Universidade de Passo Fundo: 2004.

ALMEIDA, José Ernani. *Denuncismo e censura nos meios de comunicação de Passo Fundo – 1964/1978*. Dissertação de Mestrado. Orientador: Dr. Tau Golin. Universidade de Passo Fundo: 2005.

ANDRADE, Darcy Bessone de Oliveira. *Idéias Políticas*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. 33ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. *O satânico Dr. Go: a ideologia bonapartista de Golbery do Couto e Silva*. Dissertação de Mestrado. Orientadora: Drª Vera Lúcia Michalany Chaia. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo: 1999

BARBOSA, Vivaldo. *A Rebelião da Legalidade: documentos, pronunciamentos, noticiários, comentários*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BÔA NOVA, Antonio Carlos. *Energia e Classes Sociais no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

BRASIL. *Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643.htm>. Acesso em: 05 Out. 2008.

BRASIL. *Decreto nº 52.626, de 08 de outubro de 1963*. Fração.

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. *Liberdade de expressão, poder e violência: um diálogo com Hannah Arendt*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

BRUM, Argemiro Jacob. *Democracia e partidos políticos no Brasil*. Ijuí: UNIJUI, 1981.

CALABI, Andréa Sandro (et al). *A energia e a economia brasileira: interações econômicas e institucionais no desenvolvimento do setor energético no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1983.

CALVEZ, Jean-Yves. *Política: uma introdução*. Trad. Sonia Goldfeder. São Paulo: Ática, 2002.

CAMARGO, Enjolras José de Castro. *Estudo de problemas brasileiros*. 3. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

CARINI, Joel João. *Estado, índios e colonos: o conflito na reserva indígena de serrinha norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2005.

CARNEIRO, Ricardo. *Estado, mercado e o desenvolvimento do setor elétrico brasileiro*. Universidade Federal de Minas Gerais: 2000. 400 p. Tese (doutorado) - Orientadora: Laura da Veiga

CARRION JR., Francisco M. *RS: política econômica e alternativas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

CAVALHEIRO, Maria Eloisa. *Relações de poder no Estado Novo: uma permanência sui generis – o caso de Albino Hillebrand em Carazinho – RS*. Dissertação de Mestrado. Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Luisa Gobbi Setti Reckziegel. Universidade de Passo Fundo: 2003.

CEEE, Companhia Estadual de Energia Elétrica. *Histórico*. Disponível em: <<http://www.cee.com.br/pportal/cee/Component/Controller.aspx>>. Acesso em 10 Set. 2008.

CONANT, Melvin A.; GOLD, Fern Racine. *A Geopolítica Energética*. Trad. Ronaldo Sergio de Biasi. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

CONTREIRAS, Hélio. *AI-5: a opressão no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O que é Participação Política*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. *O livro de ouro da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

DIAS, Renato Feliciano (Coord.). *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1988.

DOWBOR, Ladislau. *O que é Poder Local*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

DUARTE, José Bacchieri. *100 anos da política brasileira: e a influência exercida pelas lideranças do Rio Grande do Sul no século XX*. 2. ed. Pelotas: UFPel: 1997.

ECO, Umberto. *Como Se Faz Uma Tese*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

ELETOBRÁS. *Memória da Eletricidade*. Disponível em: <<http://www.eletobras.gov.br/elb/portal/main.asp>>. Acesso em: 10 set. 2008.

ELETROSUL, Centrais Elétricas S.A. *A empresa*. Disponível em: <<http://www.eletrosul.gov.br/home/conteudo.php?cd=160>>. Acesso em: 05 out.2008.

FELIZARDO, Joaquim. *A Legalidade: Último Levante Gaúcho*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; MEC/SESu/PROEDI, 1988.

FREI BETTO. *Das Catacumbas: cartas da prisão: 1969-1971*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE CONSTANTINA. *Bloco Cultural Filhos da Lua, 1900 – 1984*.

LEBRUM, Gerard. *O que é Poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Livro Tombo da Paróquia São José, Constantina, vol. I

MAAR, Wolfgang Leo. *O que é Política*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MACEDO, Jorge Antônio Barros de. *Águas & Águas*. São Paulo: Livraria Varela, 2001.

MACKENZIE, W.J.M. *Poder, violência, decisão*. Trad. A. Penteado dos Reis. Rio de Janeiro: Artenova, 1978.

MAFESSOLI, Michel. *A Transfiguração do Político: a tribalização do mundo*. Porto Alegre: Sulina, 1997.

MELLO, Henrique Couto Ferreira. *Setor Elétrico Brasileiro – Visão Política e Estratégica*. Monografia Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia. Rio de Janeiro: ESG, 1999.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. DNAEE. Código de Águas. Brasília: 1980.

MORUS, Thomas. *Utopia*. Porto Alegre: L&PM, 1997.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à História dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MÜLLER, Geraldo. A Economia Política Gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. (Org.). *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

PETERSEN, Áurea; PEDROSO, Elisabeth. Movimentos Sociais Urbanos. In: Coord. Geral Tau Golin, Nelosn Boeria; Diretor do volume René Gertz. *República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

PONTING, Clive. *Uma história verde do mundo*. trad. Ana Zelma Campos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, p. 441-453.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. 46ª reimpressão da 1ª ed. de 1945. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CONSTANTINA. 1958.
Responsável Edi Siliprandi

ROSENFELD, Denis L. *O que é democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

ROUSSEFF, Dilma Vana. O Rio Grande do Sul e a crise de energia elétrica. In: CORAZZA, Gentil; MIRANDA, Luiz; SCHMIDT, Carlos (Org.). *A energia elétrica em debate: a experiência brasileira e internacional de regulação*. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p.161-210.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Trad. Mario Salviano Silva. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TEIXEIRA, Elenaldo. *O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

UEDA, Vanda. O papel das redes técnicas: transportes, energia e telecomunicações. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (orgs). *República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. v.4. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2007.

VENCATTO, Almedoro. *Sarandi, um recanto histórico do Rio Grande do Sul*. Sarandi: A região, 1994.

VINHAES, Élbina A. Silva. O novo modelo da indústria de energia elétrica brasileira. In: CORAZZA, Gentil; MIRANDA, Luiz; SCHMIDT, Carlos (Org.). *A energia elétrica em debate: a experiência brasileira e internacional de regulação*. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 135-157.

FONTES DOCUMENTAIS

Fichas de ISS da Prefeitura Municipal de Constantina, de 1959 a 1984.

Partes de processos de indenização de anistia política.

Processo de emancipação de Constantina.

FONTES DE IMPRENSA

Jornal A Folha da Produção – Constantina – RS – 1990 a 2008.

Jornal Hora da Notícia – Constantina – RS – 2008

Jornal Integração Regional – Constantina – RS 2002 a 2008

LOCAIS DE PESQUISA

Câmara Municipal de Constantina

Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul

Arquivo Histórico Regional – Passo Fundo

PESSOAS ENTREVISTADAS (DEPOIMENTOS ESCRITOS E INFORMAÇÕES VERBAIS)

Alberto Machado

Deomir Ítalo Carboni

Domingos Giacomini

Herneto de Araújo e Silva

José Antonio de Oliveira Valle

Loir Pedrotti

Mario Eduardo Giacomini

ANEXOS

ANEXO 1

tais	DECRETO N.º 52.626 — DE 8 DE
A.	OCTUBRO DE 1963
de	
iga	<i>Concede autorização para funcionar</i>
do	<i>como empresa de energia elétrica à</i>
	<i>Fôrça e Luz Constantina Limitada.</i>
do	
sa	O Presidente da República, usando
les	da atribuição que lhe confere o ar-
ha	tigo 27, n.º I da Constituição, e nos
	termos do art. 1.º do Decreto-lei nú-
to-	mero 938, de 8 de dezembro de 1938,
la-	e atendendo ao que requereu a Fôr-
n-	ça e Luz Constantina Limitada, de-
	creta:
as	Art. 1.º É concedida à Fôrça e Luz
to-	Constantina Limitada, com sede na
li-	cidade de Constantina, município de
a-	Constantina, Estado do Rio Grande
2-	do Sul, autorização para funcionar
e-	como empresa de energia elétrica, de
1-	acordo com o Decreto-lei n.º 938, de
o.	8 de dezembro de 1938, ficando a
as	mesma obrigada, para os seus objeti-
to	vos, a satisfazer integralmente as
2-	exigências do Código de Águas (De-
e-	creto n.º 24.643, de 10 de julho de
1-	1934) leis subsequentes, e seus regu-
	lamentos, sob pena de revogação do
e	presente ato.
-	
	Art. 2.º O presente Decreto entra
	em vigor na data de sua publicação.
R	Art. 3.º Revogam-se as disposições
1,	em contrário.
1,	Brasília, 8 de outubro de 1963, 142.º
9	da Independência e 75.º da Repú-
-	blica.
	JOÃO GOULART
	Antonio de Oliveira Dias
	(N.º 41.721 — 16-11-63, — Cr\$ 122 40)

D.O. de 24 de outubro de 1963 – Seção I – Parte I – p. 8971

ANEXO 2



**Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande
do Sul**
Sistema LEGIS - Texto da Norma

DEC: 42.400

DECRETO Nº 42.400, DE 21 DE AGOSTO DE 2003.

Cria o Programa para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai - PRÓ-RIO URUGUAI - AQUÍFERO GUARANI, define a estrutura institucional para sua implementação e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 82, inciso V, da Constituição do Estado,

considerando a importância da região da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai no território do Estado do Rio Grande do Sul sob os aspectos espacial, demográfico, econômico, social, cultural e ambiental;

considerando a gravidade dos problemas ambientais da região, em função da prática de atividades predatórias e poluidoras;

considerando a necessidade da adoção de um processo de tratamento integrado e coordenado para a recuperação da Bacia do Rio Uruguai e de seus formadores, induzindo o aproveitamento racional dos recursos não renováveis e conciliando atividades produtivas com preservação ambiental;

considerando a importância que tem uma bacia de águas internacionais e a conseqüente necessidade de integração de esforços junto ao Estado de Santa Catarina e ao Uruguai e Argentina;

considerando a necessidade de se desenvolver um conhecimento maior sobre as influências mútuas entre as águas superficiais da bacia do rio Uruguai e as águas subterrâneas do Aquífero Guarani, promovendo uma proteção ambiental mais eficiente;

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Programa para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai - PRÓ-RIO URUGUAI - AQUÍFERO GUARANI, junto ao Gabinete do Governador.

Art. 2º - O Programa criado por este Decreto tem como objetivo geral criar, na área de abrangência da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai, condições necessárias ao desenvolvimento dos seus recursos naturais, promovendo a recuperação da qualidade ambiental das áreas urbanas e rurais, e o manejo ambiental auto-sustentável da produção industrial, agrícola, pecuária e florestal.

Art. 3º - São objetivos específicos do PRÓ-RIO URUGUAI - AQUÍFERO GUARANI:

- a) promover o fortalecimento institucional e consolidar uma base legal integradora para a Bacia;
- b) elaborar plano integrado para o manejo ambiental da Bacia que trace as diretrizes,

objetivos, políticas e estratégias para guiar o trabalho das instituições que executam ações na área;

- c) prestar serviços que facilitem o trabalho integrado das instituições envolvidas, especialmente através da geração de informações básicas e de critérios que orientem o uso adequado do solo, água e florestas;
- d) identificar, analisar, projetar e implantar sistemas de redução e tratamento de contaminação atmosférica e de despejos sólidos e líquidos;
- e) estudar a vocação natural do solo quanto ao uso atual e suas potencialidades, instituindo um zoneamento agroecológico para o reordenamento produtivo;
- f) realizar obras físicas de conservação de solos, de reflorestamento e de controle de agrotóxicos, com técnicas mais modernas e menos poluentes;
- g) estudar a relação entre os impactos positivos e negativos gerados pela utilização dos recursos naturais;
- h) contribuir para a conservação efetiva do patrimônio natural, fortalecendo as unidades de conservação existentes e promovendo o estabelecimento de unidades adicionais;
- i) desenvolver e implementar programas de recuperação de áreas desertificadas junto à bacia;
- j) estabelecer parcerias com organismos internacionais, nacionais, municipais, da iniciativa privada e instituições de ensino visando a proteger a bacia como um todo;
- k) identificar vetores de poluição do Aquífero Guarani junto à bacia;
- l) promover a educação ambiental e a extensão rural, contribuindo para a mudança de atitude das pessoas face ao meio ambiente, especialmente em relação aos usuários dos recursos mais frágeis;
- m) induzir a atuação do setor privado e das comunidades à utilização racional e não predatória dos recursos naturais;
- n) capacitar o Poder Público para atuar na prevenção e fiscalização de agressões ao meio ambiente e no socorro às áreas atingidas por acidentes industriais.

Art. 4º - O Programa criado por este Decreto será formado por:

- I - Conselho Diretor;
- II - Comitê Consultivo;
- III - Secretaria Executiva;
- IV - Grupos de Trabalho.

Art. 5º - O Conselho Diretor terá como membros titulares o Secretário de Obras e Saneamento, que o presidirá, e um representante de cada um dos seguintes órgãos:

- I - Secretaria do Meio Ambiente;
- II - Secretaria da Coordenação e Planejamento;
- III - Secretaria de Combate às Desigualdades Regionais;
- IV - Secretaria da Agricultura e Abastecimento;
- V - Secretaria da Educação;
- VI - Secretaria da Fazenda;
- VII - Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer;
- VIII - Secretaria da Ciência e Tecnologia;
- IX - Secretaria do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais;
- X - Federação das Associações de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul

- FAMURS;

- XI - Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica -

EMATER;

- XII - Conselho Regional de Desenvolvimento de região abrangida pelo

Programa.

Parágrafo único - A Secretaria da Coordenação e Planejamento, será responsável pela coordenação das ações relativas à intermediação das atividades de cooperação financeira, assim

entendida como toda a atividade de captação de recursos nacionais e internacionais para projetos de criação e desenvolvimento da infra-estrutura de apoio necessária.

Art. 6º - Ao Conselho Diretor compete:

- I - indicar as entidades da sociedade civil que integram o Comitê Consultivo;
- II - assegurar a operação de Programa, em conformidade com o sistema de proteção ambiental e demais normas afetas ao meio ambiente;
- III - coordenar a captação e a distribuição dos recursos necessários à implementação das ações do Programa;
- IV - coordenar a integração das ações e serviços do Estado com as ações da União e dos municípios localizados na área da Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai abrangidas pelo Programa;
- V - indicar o Secretário Executivo para posterior designação pelo Governador do Estado;
- VI - compatibilizar as intervenções previstas com os princípios e normas básicas para a proteção dos recursos hídricos do Estado, conforme estabelecido em lei pertinente.

Art. 7º - O Comitê Consultivo será composto por entidades representativas da sociedade civil, de reconhecida identificação com a defesa do meio ambiente, indicadas pelo Conselho Diretor.

Art. 8º - A Secretaria Executiva será dirigida por um Secretário Executivo, que participará das reuniões do Conselho Diretor.

Art. 9º - À Secretaria Executiva, dentro das diretrizes definidas pelo Conselho Diretor, compete:

- I - deliberar, em última instância, sobre os assuntos gerais do Programa;
- II - coordenar as atividades concernentes ao Programa Pró-Rio Uruguai - Aquífero Guarani;
- III - acompanhar o desenvolvimento dos Grupos de Trabalho;
- IV - coordenar as negociações para captação dos recursos destinados à viabilização do Programa Pró-Rio Uruguai - Aquífero Guarani;
- V - garantir os meios necessários à consecução dos objetivos do Programa Pró-Rio Uruguai - Aquífero Guarani;
- VI - planejar e executar os projetos que lhe forem submetidos;
- VII - analisar a viabilidade dos projetos submetidos aos Grupos de Trabalho;
- VIII - supervisionar a execução dos projetos submetidos aos Grupos de Trabalho.

Art. 10 - A Secretaria Executiva contará com uma Coordenadoria Técnica e uma Financeira, responsáveis, dentro de suas áreas, pelas atividades de controle, supervisão, acompanhamento e análise das iniciativas e projetos executados, ainda não executados ou em andamento.

Art. 11 - Para o planejamento e desenvolvimento das ações do Programa criado por este Decreto, serão constituídos Grupos de Trabalho, cuja composição será recomendada pela Secretaria Executiva e aprovada pelo Conselho Diretor, abrangendo os órgãos dos setores públicos municipal, estadual e federal vinculados a áreas afins, bem como entidades civis e acadêmicas da região, que tenham reconhecida atuação na defesa do meio ambiente.

Art. 12 - Os órgãos e entidades estaduais da Administração Direta e Indireta prestarão a colaboração necessária à implementação deste Programa.

Art. 13 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº35.235, de 06 de maio de 1994.

**PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 21 de agosto de 2003.
Registre-se e publique-se.**

**Antônio Hohlfeldt, Governador do Estado em exercício.
Alberto Walter de Oliveira, Chefe da Casa Civil.**

ANEXO 3 – Primeira Composição da Câmara de Vereadores do município de Constantina



ANEXO 4 – Composição do Poder Legislativo no Período das Prisões



ANEXO 5

Encontro com o Governador do Estado e Comissão do Lions Clube de Constantina, em prol da energia elétrica do Município.

ANEXO 6



Hermeto Araujo e Silva explanando para a Comissão da Assembléia Legislativa os problemas de energia eléctrica em Constantina.



Deputado Waldir Lopes, um dos componentes daquela Comissão.